



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA PAULINO**



**A PRAÇA JOÃO PESSOA: DA TERRA AO MÁRMORE**

João Pessoa  
2012  
**MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA PAULINO**

**A PRAÇA JOÃO PESSOA: DA TERRA AO MÁRMORE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre em História da Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Célia Gonçalves  
Linha de Pesquisa: História da Arquitetura e Urbanismo, Projeto e Memória

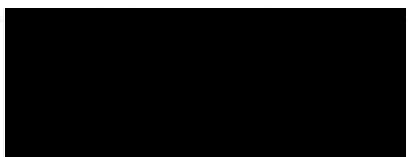
João Pessoa  
2012  
**MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA PAULINO**

### **A PRAÇA JOÃO PESSOA: DA TERRA AO MÁRMORE**

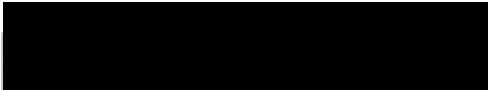
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre em História da Arquitetura e Urbanismo.

Dissertação de Mestrado avaliada em 29/10/ 2012 com conceito Aprovada

#### **BANCA EXAMINADORA**

  
**Prof.ª Dr.ª Regina Celia Gonçalves (Orientadora - UFPB)**

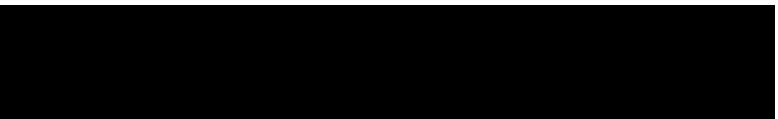
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal da Paraíba

  
**Prof.ª Dr.ª Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha (Membro Interno - UFPB)**

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Universidade Federal da Paraíba

  
**Prof.ª Dr.ª Ângelo Emílio da Silva Pessoa (Membro Interno - UFPB)**

Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal da Paraíba

  
**Prof. Dr. George Alexandre Ferreira Dantas (Membro Externo – UFRN)**

**Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação**

P328p Paulino, Maria da Conceição Pereira.  
A Praça João Pessoa : da terra ao mármore / Maria da Conceição Pereira Paulino. - João Pessoa, 2012.  
170 f. : il.

Orientação: Regina Célia Gonçalves.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Espaço público. 2. Jardim Público. 3. João Pessoa. 4. Memória. 5. Jesuítas. I. Gonçalves, Regina Célia. II. Título.

UFPB/BC

CDU 711.61 (043)

À minha família, em especial às minhas irmãs, pelas  
brincadeiras de crianças na Praça João Pessoa

## **AGRADECIMENTOS**

Fiz minha graduação em História ao mesmo tempo em que exercia uma atividade profissional totalmente diversa. As dificuldades enfrentadas na jornada de trabalho e estudo não diminuíram a paixão pelo ofício, que aumentava a cada leitura, a cada debate, a cada descoberta. Com o diploma em mãos, abandonei o antigo trabalho e fui para a sala de aula iniciar a profissão. A experiência foi boa, mas as saudades da academia e a necessidade de qualificação me chamaram a cumprir uma nova etapa da carreira acadêmica. Digo isso para que saibam de onde falo.

Concluir esta pesquisa é, assim, uma vitória, a primeira de muitas que espero ter com o labor historiográfico que me propus. Meus agradecimentos vão para todos aqueles que, direta ou indiretamente, me ajudaram a chegar aqui e para aqueles que, longe ou perto, torceram por mim.

Nesses dois anos, a filha, a irmã, a tia, a namorada, a amiga e a professora ficaram um pouco afastadas, mas valeu a pena. Registro aqui alguns nomes de pessoas que tiveram participação especial nessa jornada:

À minha professora da graduação e orientadora Regina Célia Gonçalves, historiadora de mão cheia, de quem sou fã. Sempre carinhosa, atenciosa e dedicada.

Ao professor Ângelo Emílio da Silva Pessoa, pela pronta ajuda e por me contagiar com seu entusiasmo pelo tema da minha pesquisa.

À professora Maria Berthilde de Lima Barros e Moura Filha, pelas dicas valiosas que me fizeram focar o olhar no objeto, bem como me fizeram conhecer uma nova história da cidade de João Pessoa.

Ao professor George Alexandre Ferreira Dantas, pelo aceite à banca e pelas indicações importantes, que enriqueceram a discussão desenvolvida nesta pesquisa.

À professora Rosa Maria Godoy Silveira, por suas valiosas observações no primeiro Seminário de Dissertação.

À minha querida amiga Elisabetta Romano, pela torcida, compreensão e paciência na espera do término do mestrado, e também pela força e incentivo para que eu fizesse a seleção.

À professora Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia, que me abriu as portas quando me aceitou como aluna especial de sua disciplina e me levou a descobrir o mundo da arquitetura e do urbanismo.

Às minhas colegas da pós-graduação e amigas da graduação, em especial Katielle Dayvianne e Elizete Medeiros, pela ajuda, torcida e incentivo.

A Acácio José Lopes Catarino, que deu seus ouvidos pacientes às minhas divagações. Também pelos conselhos sábios que me ajudaram no direcionamento do trabalho e pelos abraços confortantes nos momentos de fraqueza.

A Aldair Guedes Catarino, pelos gestos de carinho e pelas abençoadas orações.

A todos os meus irmãos e irmãs, especialmente à Maria Consuêlo Pereira Medeiros, pelos pedidos de silêncio: "ela está estudando" ou "ela está dormindo, foi dormir tarde, estudando". E ao meu irmão, Everaldo Carlos Pereira Medeiros, que sempre mostrou interesse pelo meu tema de pesquisa e dizia com orgulho: "minha irmã está estudando a história da Praça João Pessoa".

À minha mãe e ao meu pai, pelo amor incondicional, pelo apoio em todas as situações, e também por suas orações e consagrações.

A todos os que fazem parte da coordenação do PPGAU, em especial ao secretário Sinval Gleryston Maciel Quirino, por todos os atenciosos atendimentos recebidos, dados não só a mim, mas a todos os mestrandos.

Ao REUNI e à CAPES, pela bolsa recebida no último ano da pesquisa.

E para aquele que me dá o dom da vida, para que eu possa, com Ele, vencer todas as batalhas.

Agradeço.

## **RESUMO**

A atual Praça João Pessoa, na capital paraibana, originou-se no século XVI como Terreiro de Jesus, diante das edificações da Companhia de Jesus. Em 1771, após a expulsão dos jesuítas, tornou-se Largo do Palácio, sede da administração da Capitania e, depois, da Província. Em 1879, foi transformada em Jardim Público no Campo do Comendador Felizardo, recebendo gradil e coreto, retirados em 1928. Já em 1933, quando o espaço já se chamava Praça João Pessoa em homenagem ao presidente do Estado assassinado em 1930, foi erguido o monumento Altar da Pátria, conferindo-lhe caráter político e memorial. Com base em fontes documentais, iconográficas e bibliográficas, esta pesquisa analisa as transformações físicas, os usos sociais e a memória urbana associada à praça, evidenciando seu papel como espaço simbólico e lugar de culto a João Pessoa, mitificado e heroicizado.

**Palavras-chave:** espaços públicos; jesuítas; jardim público; João Pessoa; memória.

## ABSTRACT

The current João Pessoa Square, in the capital of Paraíba, originated in the 16th century as Terreiro de Jesus, in front of the Jesuit buildings. In 1771, after the Jesuits' expulsion, it became Largo do Palácio, the seat of the Captaincy and later the Province. In 1879, it was transformed into the Public Garden at Campo do Comendador Felizardo, with a fence and a bandstand later removed in 1928. By 1933, already named João Pessoa Square in honor of the state president assassinated in 1930, it received the Altar da Pátria monument, marking its political and memorial significance. Using documentary, iconographic, and bibliographic sources, this study analyzes the square's physical transformations, social uses, and urban memory, highlighting its role as a symbolic space and a place of worship for the mythologized and heroicized João Pessoa.

**Keywords:** public spaces; Jesuits; public garden; João Pessoa; memory

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Rua Duque de Caxias	13
<b>Figura 02</b> - Largo do Erário, 1910	14
<b>Figura 03</b> - Praça Rio Branco, 2011	14
<b>Figura 04</b> - Ponto de Cem Reis, 1938	14
<b>Figura 05</b> - Praça Vidal de Negreiros, 2011	14
<b>Figura 06</b> - Praça Venâncio Neiva. 1935	15
<b>Figura 07</b> - Praça Venâncio Neiva. 2011	15
<b>Figura 08</b> - Jardim Público, 1910	16
<b>Figura 09</b> - Praça João Pessoa, 2011	16
<b>Figura 10</b> - Paraíba, Rio de São Domingos, 1626 João Teixeira de Albernaz II	37
<b>Figura 11</b> - Cidade da Philipeia, 1609. Diogo de Campos Moreno	40
<b>Figura 12</b> - Detalhe do mapa	41
<b>Figura 13</b> - Detalhe do mapa	41
<b>Figura 14</b> - Detalhe	43
<b>Figura 15</b> - Detalhe	44
<b>Figura 16</b> - Planta da Cidade da Paraíba de Alfredo Barros de Vasconcelos	
	64
<b>Figura 17</b> - Mapa Elaborado por Bless e Poleman. Fragmento do mapa da Província da Parahyba do Norte	65
<b>Figura 18</b> - Complexo Jesuítico, 1878 (Acervo Humberto Nóbrega)	76
<b>Figura 19</b> - Vista lateral do Jardim Público, 1910	77
<b>Figura 20</b> - Planta da Cidade da Parahyba do Norte, 1889	79
<b>Figura 21</b> - Primeiro coreto do Jardim Público, 1910	88
<b>Figura 22</b> - Segundo coreto do Jardim Público, 1916	89
<b>Figura 23</b> - Coretos do catálogo da fabricante escocesa Saracen Foundry de Walter MacFalarne & Cº	90

<b>Figura 24</b> - Palácio do Governo e área interna do Jardim Público. sd	92
<b>Figura 25</b> - Lyceu Paraibano e Lateral do Jardim Público. Sd	93
<b>Figura 26</b> - Rua Direita e lateral do Jardim Público, 1906. Em destaque um dos portões	94
<b>Figura 27</b> - Praça Comendador Felizardo, 1928	96
<b>Figura 28</b> - Coreto da Praça Venâncio Neiva, 1920	97
<b>Figura 29</b> - Escola Normal e Canteiro do Jardim Público, 1920. Fotografia feita de dentro do Jardim Público	98
<b>Figura 30</b> - Jardim Público e Prédio da Imprensa Oficial, 1923	99
<b>Figura 31</b> - Detalhe da Planta da Cidade elaborada em 1923 por Otto Kunh	
101	
<b>Figura 32</b> - Esboço do Jardim Público	102
<b>Figura 33</b> - Imagem aérea da Praça Comendador Felisardo em 1930	102
<b>Figura 34</b> - Praça Comendador Felisardo (Busto Epitácio Pessoa)	104
<b>Figura 35</b> - Prédio da Imprensa Oficial	109
<b>Figura 36</b> - Getúlio Vargas e João Pessoa (sd)	115
<b>Figura 37</b> - Imagens da Campanha da Aliança Liberal	116
<b>Figura 38</b> - Cartaz da Aliança Liberal	117
<b>Figura 39</b> - Obras no Lyceu Paraibano	122
<b>Figura 40</b> - Obras no Palácio do Governo	123
<b>Figura 41</b> - Altar da Pátria sd	125
<b>Figura 42</b> - Altar da Pátria Homenagem Antenor Navarro e João Pessoa. Escola Normal	126
<b>Figura 43</b> - Praça João Pessoa, Altar da Pátria homenagem Antenor Navarro e João Pessoa	127
<b>Figura 44</b> - Vista área da cidade alta, vendo-se ao centro a Praça João Pessoa.	129
<b>Figura 45</b> - Praça do Trabalho, ou Praça da Pedra	130

<b>Figura 46</b> - Palácio do Governo (ou da Redenção)	131
<b>Figura 47</b> - Discurso do cônego Matias na benção Pedra Fundamental do Monumento a João Pessoa	134
<b>Figura 48</b> - Aspecto da Praça João Pessoa na Benção da Pedra Fundamental do Monumento à João Pessoa	135
<b>Figura 49</b> - Momento em que o arcebispo abençoava a primeira pedra, tendo a seu lado o interventor Gratuliano Brito	136
<b>Figura 50</b> - Autoridades municipais, estaduais e federais assistindo à colocação da pedra	136
<b>Figura 51</b> - Vista da Praça João Pessoa e do Monumento 1933	137
<b>Figura 52</b> - Planta da Praça João Pessoa. SEDURB, 2005	138
<b>Figura 53</b> - Vista aérea do centro de João Pessoa, com a Praça João Pessoa em 1974	139
<b>Figura 54</b> - Inauguração do Monumento a João Pessoa	140
<b>Figura 55</b> - Monumento a João Pessoa (post.1933)	141
<b>Figura 56</b> - Maquete do Monumento	141
<b>Figura 57</b> - Monumento Altar da Pátria – João Pessoa	142
<b>Figura 58</b> - Monumento Altar da Pátria – Civismo	142
<b>Figura 58</b> - Monumento Altar da Pátria – Ação	143
<b>Figura 59</b> - Monumento Altar da Pátria – Nego	143
<b>Figura 60</b> - Praça João Pessoa sd	145

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2 DO TERREIRO DE JESUS A LARGO DO PALÁCIO</b>	27
<b>2.1 A conquista da capitania da Paraíba, a fundação da cidade e a herança urbanística portuguesa</b>	29
<b>2.2 O terreiro da igreja dos jesuítas nas representações da cidade</b>	39
<b>2.3 A atuação dos jesuítas na Paraíba: a implantação do projeto de ação em meio a conflitos e expulsões</b>	44
<b>2.4 Os usos do terreiro de Jesus</b>	54
<b>2.5 A Residência dos governadores e a consolidação do largo do palácio</b>	58
<b>3 DO JARDIM PÚBLICO À PRAÇA COMENDADOR FELIZARDO</b>	70
<b>3.1 O ajardinamento do largo do palácio e a modernização da cidade</b>	72
<b>3.2 O jardim público: usos e o regulamento</b>	87
<b>3.3 O jardim público na gestão de João Pessoa</b>	103
<b>4 A PRAÇA JOÃO PESSOA</b>	110
<b>4.1 João Pessoa, entre a vida e a morte: política, campanha e combate</b>	
111	
<b>4.2 A cidade e as homenagens ao João Pessoa herói e mártir</b>	119
<b>4.3 A construção do monumento</b>	131
<b>4.4 A sacralização política da Praça João Pessoa</b>	144
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	148
<b>REFERÊNCIAS</b>	154

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do estudo dos elementos urbanos de uma cidade, é possível compreendê-la em sua complexidade. Cada espaço, cada lugar habitado ou não, traz consigo as marcas da sua história. Assim, a morfologia das ruas, seu traçado, sua geografia, as edificações e seus estilos arquitetônicos, as praças e os demais elementos urbanos que formam a cidade e sua ambiência revelam a história dos seus habitantes. Nos seus espaços e lugares, ficam evidentes, entre outras coisas, como foram e são as formas de morar, os costumes, as sociabilidades vividas, ou seja, todo o cotidiano urbano de uma sociedade. Como disse Calvino em *Cidades Invisíveis* (Calvino, 1998, p. 14-15):

[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

O elemento urbano que escolhemos como objeto deste estudo é a Praça João Pessoa, localizada na cidade homônima, capital da Paraíba. A pesquisa concentra-se em sua memória urbana, buscando a compreensão do processo histórico de sua formação, do seu desenvolvimento na cidade e da relação com a ação de seus agentes históricos, sociais e políticos.

O objetivo é analisar as transformações e os usos que a praça recebeu nos diferentes períodos entre os séculos XVI e XX.

A Praça João Pessoa, está localizada às margens da Rua Duque de Caxias (antiga Rua Direita)<sup>1</sup>, a que mais concentra espaços públicos, se comparada a outras ruas. Assim, destaco na figura 01 a localização desses espaços ao longo dessa rua; são eles: (1) o adro da Igreja de São Francisco; (2) a Praça Rio Branco; (3) a Praça Vidal de Negreiros, também conhecida como Ponto de Cem Réis, que ocupa o lugar da extinta Igreja do Rosário das Irmandades de Cor e é, hoje, a praça

---

<sup>1</sup> Devido à existência de edificações religiosas e também por abrigar as casas dos moradores mais abastados, esta rua se tornou um dos logradouros de maior fluxo de passantes, o que ocorre até os dias atuais. O trecho da atual Rua Duque de Caxias, localizado entre a Igreja da Misericórdia e a Praça João Pessoa, passou a ser exclusivamente destinado aos pedestres em 1982, tornando-se, portanto, um passeio público. Assim, é hoje uma das ruas mais movimentadas do centro de João Pessoa, também pelo seu comércio.

de eventos da cidade; (4) a Praça João Pessoa, objeto deste estudo e, por fim, (5) a Praça Venâncio Neiva.<sup>2</sup>

**Figura 01 - Rua Duque de Caxias**



Fonte: Google Earth. Intervenções da autora. Acesso em 11 ago. 2011.

O adro da Igreja de São Francisco (ponto 1) é um dos espaços mais antigos da cidade e o único que não sofreu modificações em sua forma. O segundo espaço desta rua (ponto 2) é o largo que abrigou o Pelourinho, a Casa de Câmara e a Cadeia (figuras 02 e 03), e que teve, até o século XVIII, funções político-administrativas. A atual Praça Rio Branco só passou a funcionar, de fato, como praça a partir de 1918, com a implantação de seu ajardinamento. Por sua inegável importância histórica e por sofrer também um processo de degradação, devido a ter sido usada durante muito tempo como estacionamento, ela foi revitalizada, em 2010, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e hoje abriga eventos artístico-culturais, promovidos principalmente pela municipalidade.

<sup>2</sup> Há ainda, na área do entorno da praça em estudo, outro espaço denominado Praça 1817, na verdade, uma via ajardinada (ponto 6), que foi **construído** do antigo pátio da Igreja das Mercês, demolida em 1935. Contudo, esta não se localiza na Rua Direita, que abordo aqui. As imagens seguintes das praças, não foram feitas do mesmo ângulo, devido a impedimentos físicos (tais como postes, fios, construções, etc.) provenientes das modificações do entorno das mesmas.

**Figura 02 - Largo do Erário, 1910**

Fonte: Stuckert Filho (2004)

**Figura 03 - Praça Rio Branco, 2011**

Fonte: Dados da pesquisa (2011)

O terceiro espaço desta rua (ponto 3), que é conhecido como Ponto de Cem Réis, é a Praça Vidal de Negreiros (figuras 04 e 05), inaugurada em 1924. Essa praça, que surgiu a partir da demolição de um conjunto de edificações, entre elas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, atualmente é uma das maiores praças da Rua Duque de Caxias, compreendendo uma área de mais de cinco mil metros quadrados.

Ela também passou por muitas modificações quanto à sua forma e uso. Na década de 1910, esse espaço funcionou como “ponto” dos carros de aluguel e bondes. A partir da década de 1950, foi o reduto dos intelectuais e aposentados que se reuniam para debater assuntos cotidianos e políticos. Na década de 1970, com a construção do viaduto que passa por baixo dela, deixou de ser área de serviço de transporte. Atualmente, com a reforma realizada após o rompimento de uma passarela em 2009, passou a ter a função de praça de eventos da cidade.<sup>3</sup>

**Figura 04 - Ponto de Cem Reis, 1938****Figura 05 - Praça Vidal de Negreiros, 2011**

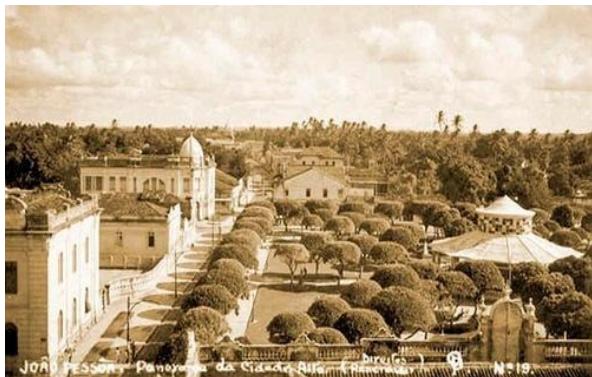
<sup>3</sup> Vale lembrar que a Lagoa, e mais recentemente a Praça Antenor Navarro, na cidade baixa, foram locais em que se realizavam festas, shows e demais eventos; a maioria das quais promovidas pelo poder público.

**Figura 04** - Ponto de Cem Reis, 1938  
Fonte: Stuckert Filho, 2004

**Figura 05** - Praça Vidal de Negreiros, 2011  
Fonte: Dados da pesquisa (2011)

O quinto espaço desta rua (ponto 5) é o antigo Pátio do Palácio, atual Praça Venâncio Neiva (figuras 06 e 07), que ainda possui o coreto construído em 1917 (não visualizado na imagem). Até 1928, esta praça possuía uma pista de patinação, quando se iniciou uma reforma, concluída em 1932, que a substituiu por um Pavilhão Central, para servir o chá da tarde, frequentado naturalmente, nestes primeiros tempos, pela elite, sendo conhecido até o presente como o Pavilhão do Chá. Esta praça sofreu poucas alterações em sua arquitetura; contudo, viveu um período de abandono e deterioração e, em 2010, passou por um processo de requalificação promovido pela prefeitura municipal.<sup>4</sup>

**Figura 06** - Praça Venâncio Neiva. 1935



Fonte: Gilberto Stuckert (2004)

**Figura 07** - Praça Venâncio Neiva. 2011



Fonte: Dados da pesquisa (2011)

Abordamos, por fim, a quarta praça da rua, que será o objeto deste estudo: a Praça João Pessoa (ponto 4; figuras 08 e 09). Essa praça, juntamente com a Praça Venâncio Neiva, foi, no início do século XX, o principal espaço de lazer, sociabilidade e convívio da sociedade paraibana.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> A alguns anos funciona também como um dos locais de ponto de prostituição do centro da cidade.

<sup>5</sup> Quanto às tipologias dessas praças, observamos serem quadrangulares; no entanto, as vias que as circundam dão a elas conformações diferenciadas. A Praça João Pessoa e a Praça Venâncio Neiva se enquadram na forma quadrangular, conformadas pelo cruzamento de quatro vias paralelas entre si. A Praça Rio Branco se diferencia porque é circundada por vias em duas de suas faces, ao passo que as outras duas faces estão emolduradas por edificações. Já a Praça Vidal de Negreiros é conformada por duas vias (sendo uma de pedestres) e, nas suas duas outras faces, está emoldurada por edificações. Sobre as tipologias de praças, consultar: De Angelis, Bruno D.; Castro, Rosanda Miranda de; De Angelis Neto, Generoso. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil-UM**, n. 20, 2004.

**Figura 08 - Jardim Público, 1910**

Fonte: Stuckert Filho (2004)

**Figura 09 - Praça João Pessoa, 2011**

Fonte: Dados da pesquisa (2011)

A atual Praça João Pessoa teve seu nome modificado para homenagear o Presidente do Estado, assassinado em 1930. Esse fato, que desencadeou a chamada “Revolução de 1930”, marcou historicamente o fim da Primeira República no Brasil<sup>6</sup>. Na transformação da praça em 1933, foi instalado o monumento denominado Altar da Pátria. Mas, mesmo antes, a praça já havia sido transformada em um espaço de culto ao herói forjado, João Pessoa, transformando-se, assim, em um “lugar de memória”.<sup>7</sup>

Foram muitas as alterações que este espaço sofreu, seja na denominação, no uso ou na forma. Assim, por considerarmos importante ir à sua origem para entendermos este processo, o recorte temporal foi trabalhado para ilustrar alguns dos momentos mais representativos da história deste espaço, desde sua condição

<sup>6</sup> Movimento desencadeado após o assassinato do presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, vice de Getúlio Vargas na disputa presidencial. A chamada “Revolução de 30” conduziu Vargas à Presidência do Brasil por meio de um golpe que impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes. Sobre esse assunto, há uma vasta produção. Consulte, dentre outros: Mello, José Octávio de A. A Revolução Estatizada: Um Estudo Sobre a Formação do Centralismo em 1930. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1984; Fausto, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>7</sup> “São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente ou em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos coexistem sempre”. (Nora, 1993 p. 21-22). A presença desses aspectos na Praça João Pessoa foi observada no trabalho do historiador Luciano Aires, intitulado *Inventando Tradições, Construindo Memórias: A 'Revolução de 1930' na Paraíba*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2006, que trabalha muito bem essa questão.

de Terreiro de Jesus até a de Praça João Pessoa. Esses momentos giraram em torno de três períodos: o primeiro, de fins do século XVI até fins do século XVIII (1771); o segundo, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, retomando no início do século XX até 1929; e o terceiro, de 1929 a 1933. Desenvolvi, portanto, um estudo em profundidade, considerando as motivações políticas e sociais relacionadas, sobretudo, às demandas urbanas que fizeram com que a praça viesse a se tornar um “lugar de memória”.

A longa permanência deste espaço na cidade, assim como minhas motivações pessoais, despertou meu interesse em estudá-la. Primeiro, por eu ser frequentadora assídua na década de 1980, durante a primeira infância. Embora não houvesse equipamentos voltados para isso, a praça foi o playground da criançada da minha rua. Ser levada pelas minhas irmãs à praça é uma das lembranças mais distantes e agradáveis que guardo. Logo, o envolvimento pessoal me levou a um interesse profissional orientado pela percepção de que a praça é um elemento urbano marcante na cidade, sobretudo do ponto de vista histórico.

As praças se consolidaram como objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento. Sobre elas, muitos trabalhos foram e estão sendo realizados com as mais diferentes abordagens e enfoques. Arquitetos, urbanistas, geógrafos, sociólogos e historiadores têm trabalhado diversos aspectos relacionados a elas, tais como paisagens, formas, funções, usos, apropriação, localização, expansão, morfologia e história.

Procurando não arriscarmos repetições, optamos por não iniciar este trabalho realizando uma grande discussão sobre as origens urbanas da praça, remetendo-as à ágora grega, ao fórum romano ou às praças medievais e do Renascimento. Sobre isso, há muitas discussões descritivo-conceituais, disponíveis em inúmeros artigos, teses e dissertações, que as fazem de forma muito bem elaborada. Tais trabalhos extrapolaram, inclusive, a tão conhecida e repetida discussão sobre as origens das praças e se embasaram em obras clássicas de –história urbana e da cidade (Benevolo, 1993; Marx, 1980; Munford, 2004; Argan, 1992; Sitte, 1992; Reis Filho, 2000). Entretanto, tecemos considerações sobre a presença das praças no urbanismo português e as acepções de espaço e lugar da geografia humana para o ambiente urbano.

A tradição urbanística portuguesa é marcada também pela presença de um bom número de praças em seus traçados. Sobre este assunto, os estudos do

arquiteto português Manuel C. Teixeira têm se mostrado como referências importantes. Estes revelaram que as praças resultantes da prática urbanística portuguesa procuravam se adequar ao traçado do sítio de origem (Teixeira, apud Caldeira, 2007, p. 44). Assim, a praça brasileira quase sempre

[...] constituía-se do edifício religioso e da presença do adro, do largo, do terreiro ou da praça. São espaços adjacentes à entrada da Igreja, delimitados, ou não, por uma pequena mureta. Denominações como Praça Matriz, Terreiro de Jesus, Largo do Carmo, Largo São Francisco, Praça da Sé, indicam a diversidade de praças religiosas que constituíram nossa paisagem urbana. (Caldeira, 2007, p. 81)

As cidades construídas no Brasil possuíam características formais similares às das cidades portuguesas, no que diz respeito, entre outros fatores, às localizações, à topografia dos sítios, às formas do traçado e às características provenientes da adoção das vertentes vernáculas e eruditas. Nesse sentido, Teixeira (2001, p. 1) afirma que as praças costumavam ter uma “lenta estruturação formal, associadas a diferentes núcleos geradores e a funções distintas em muitos casos”. Sendo assim, a usual multiplicidade de praças do urbanismo português ocorre por meio das funções que se distribuem na cidade e, nesse sentido, a praça passou a ser o melhor lugar para abrigá-las. As funções comerciais, militares, político-administrativas e religiosas foram as mais comuns, e as praças foram progressivamente assumindo diferentes usos devido à mobilidade de seus agentes. Nas cidades brasileiras, ou de origens portuguesas, a praça surgiu de forma marcante e típica diante de capelas, igrejas e conventos, tal como destaca Murilo Marx (1945, p. 50). Aliás, a regra “uma igreja, uma praça” sempre esteve presente nas povoações antigas,

[...] largos pátios, rocos e terreiros, ostentando o nome dos santos que consagrava a igreja, garantiam uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o frontispício. Serviam de acesso mais fácil aos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos de fé. (Marx, 1945, p. 54).

Foi essa a condição do espaço fronteiro à igreja jesuítica da Cidade de Nossa Senhora das Neves, evidenciando similaridades e diferenças em relação a algumas cidades portuguesas. Contudo, há que se considerar que a formação das praças seguirá a dinâmica própria de cada cidade, e diversos fatores contribuem para

especificidades. Nesse sentido, Teixeira (2001, p. 9) enfatiza que, nas cidades portuguesas, existiram tanto as praças planejadas como as que surgiram a partir do entroncamento ou do cruzamento de caminhos, como também as que surgiram em espaços urbanos abertos localizados junto às portas da cidade. Isso nos leva a afirmar que foram movimentos como esses que fizeram com que, à frente da Igreja dos Jesuítas, se formasse o espaço público objeto deste estudo.

Como já mencionado, após passar à condição de Largo do Palácio no século XIX, e a este ponto voltarei, a presença do monumento Altar da Pátria na praça revela que esta foi, de fato, transformada em um “lugar de memória”. O historiador francês Pierre Nora, teórico desse conceito, nos diz que esses são locais, ou quaisquer suportes de registro histórico-documental, material ou imaterial, sejam “simples e ambíguos, naturais e artificiais”, que transmitam lembrança de um fato passado. Mas, para ser considerado lugar de memória, ele deve estar investido de uma aura simbólica, ser objeto de um ritual e ter a funcionalidade de lembrar um fato ou algo. O autor ainda nos diz que

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 10).

Embora atualmente a condição de “lugar de memória” tenha perdido parte de seu significado, por não serem mais praticados os rituais e celebrações comuns de 1930 a 1945, todos esses aspectos são perceptíveis na praça. O processo de sua formação observado revela que ele se iniciou com sentido religioso, se secularizou e depois voltou a ter ambas as conotações, a profana e a sagrada; contudo, essa sacralização se deu na esfera política. É esse processo que objetivamos entender com esta pesquisa, paralelamente ao de conhecer a história de sua criação/formação na cidade.

No que diz respeito às acepções de espaço e lugar, embora a discussão sobre elas seja mais complexa do que a que apresentarei aqui, quero destacar que esses termos, por vezes, assumem o mesmo sentido tal como indica Figueira (1998). também, para Yi-Fu Tuan (1983), ou seja, na concepção humanística da geografia, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, e por isso o que começa como espaço pode se transformar em lugar. Torna-se lugar,

portanto, o espaço que passa a ser dotado de valores advindos da relação de afetividade de seus usuários. O lugar é como uma pausa no movimento, pois a pausa permite que uma localidade se torne um centro de valor reconhecido; assim como a permanência é vista como um elemento importante na ideia de lugar.

Lugar também pode ser definido como qualquer objeto estável que capta a atenção. Nesse sentido, considera-se que as esculturas conseguem criar uma sensação de lugar pela sua própria presença física, aspecto que os arquitetos também podem produzir. Para Relph (apud Leite, 1998, p. 10), “os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas”. Desse pensamento também partilha Ana Fani Carlos (2007, p. 43-44) quando afirma que

[...] lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido. [...] lugar é a porção do espaço apropriável para a vida - daí a importância do corpo e dos sentidos que comandam as ações, que envolvem e definem o ato de morar que tem a casa como centro, mas que a partir dela vai ganhando os significados dados pela articulação desta com o bairro, com a praça, com a rua através do movimento da vida. Nesse processo vão se identificando os lugares da vida, arcando/apoiando a relação com o outro. Assim se constrói a tríade cidadão/identidade/lugar, que aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso) e significa que nossa existência espaço-temporal, tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo; é ele que nos dá acesso ao mundo.

Na concepção do positivismo e do marxismo, o lugar é visto como resultado das características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação. Nesse sentido, as praças, e algumas mais que outras, podem ter, ao mesmo tempo, sentido de espaço e de lugar, considerando que são produtos da experiência humana. Baseado nessas acepções, consideramos a praça objeto deste estudo como lugar, por ela possuir elementos que permitem a pausa no movimento, por captar a atenção e pelas presenças das esculturas, presentes no monumento Altar da Pátria, conseguirem criar uma sensação de lugar. É, portanto, lugar de memória e lugar da vida, tanto por sua permanência e evolução na configuração urbana da cidade, mas também pelas transformações pelas quais passou, que a fazem ser, de fato, social, cultural e historicamente construída.

Considerando essas acepções e remetendo à origem, observamos que muitos trabalhos denominam os espaços fronteiros aos colégios, capelas e seminários jesuíticos como Terreiro de Jesus. Nesse sentido, os verbetes do **Dicionário Portuguez e Latino** de Raphael Bluteau<sup>8</sup> (escrito entre 1712 e 1728) são esclarecedores. Nele, **Terreiro** é definido como:

**Pedaço de chão espaçoso**, com plana superficie [...] em Vitruvio esta palavra significa o lugar, em que ainda não houve edifícios & no qual quer alguém fazer obras [...] segundo Plínio Junior he hum pateo, cercado de muros, ou de edifícios [...] propriamente he Rua Larga, mas segundo Lampridio vale o mesmo que Terreiro, ou Praça grande, em que costuma ajuntarse o povo (Bluteau, 1712-1728, p. 125). (Destaque meus)

Destacamos também o termo **Campo** descrito como “Terra fora da Cidade & do povoado” (Bluteau, 1712-1728, p. 125, p. 86), pois o espaço em estudo, também foi assim denominado no século XIX: Campo do Comendador Felizardo. Quanto ao termo **Espaço**, há uma peculiaridade, segundo a qual:

[...] *Spatium* e *Intervallum* têm estas duas esta diferença, que *Spatium* significa qualquer comprimento de tempo, ou qualquer **extensão de lugar**, grande ou pequena, no principio, meyo, ou no fim; mas *Intervallum* significa só o espaço, que esta como encerrado entre dous limites de tempo, ou de lugar (Bluteau, 1712-1728, p. 252). (Destaque meus)

É interessante notar que, na descrição de espaço, se fala em extensão de lugar e, nesse sentido, lugar é descrito como “Povoação pequena. Parece que he menos que Villa, & mais que aldea” (Bluteau, 1712-1728, p. 202). Englobando ainda a designação de lugar, temos também o termo praça, descrito como “Lugar público, plano, & espaçoso, nas Cidades, Villas, &c. Para feiras, & jogos públicos, em que se core a argolinha, se joga as contoadas, se tourea, &c.” (Bluteau, 1712-1728, p. 666). A praça também aparece da seguinte forma: “No tempo da antiga Roma, Forum não só significava Praça, Mercado, Senado, e Audiencia, que então se chamava Fora Civilia, ou Judiciaria, também por Forum, onde havia feiras [...]” (Bluteau, 1712-1728, p. 150). (Destaque meus)

Percebemos que os termos de Bluteau possuem uma intrínseca relação entre si, são complementares e demonstram como esses elementos urbanos eram vistos

---

<sup>8</sup> BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico (...)**, edição de Coimbra, 1712-1728, foi consultada no sítio eletrônico <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acessos em: 29 ago. 2011.

na cidade, o que não difere da realidade a ser estudada aqui. Com essas informações preliminares, já verificamos que a área da atual praça foi, de fato, um pedaço de chão espaçoso situado diante da igreja dos jesuítas e recebia a denominação de Terreiro de Jesus. Assim como também percebemos que foi uma terra fora da Cidade & do povoado, por estar situada no extremo sul da malha urbana da cidade, um arrabalde tal como recebeu a denominação de Campo, que tem essa mesma conotação. Com a expansão urbana observada em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e dentro da concepção moderna de cidade, esse espaço passou a ser Jardim Público, depois passou a ser Praça, ou seja, lugar público, plano, & espaçoso.

Às considerações tecidas acima, acrescentamos o pensamento de Sennett (apud Caldeira, 2007, p. 6) quando este afirma que a praça surgiu como um dos elementos que organizam o espaço urbano, redefinindo os papéis sociais. Para Robba e Macedo (2002, p. 17), as praças são:

Espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos, definidos pela malha urbana formal e que não ocupem mais de duas ou três quadras consecutivas.

Essa descrição pontual de uma pesquisa recente mostra embasamento no dito passado, tal como o arquiteto Murilo Marx havia feito no livro *Cidades Brasileiras*:

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus freqüentadores. (Marx, 1980, p. 50)

Seja para convívio social ou para aformoseamento urbano, as praças existem. Nesse sentido, pode-se destacar que foi durante o período do Renascimento que elas se converteram em elemento urbano de transformação e embelezamento das cidades e passaram a ter mais do que valor funcional, pela incorporação de valor político-social, além de valor simbólico e artístico (De Angelis et al., 2004, p. 58). Assim, elas não só realçavam os edifícios, mas passaram a ser realçadas por eles.

Esta pesquisa busca também não dissociar a análise do espaço público da relação com o entorno e da abordagem política no que diz respeito às realizações dos governos nesses diversos períodos. Procuramos, no entanto, abordar com maior profundidade o contexto político e urbano das intervenções realizadas na praça, bem como na construção das edificações que a emolduram. Nesse sentido, um questionamento que se fez presente ao longo desta pesquisa diz respeito às demandas sociais e políticas que foram redefinindo o espaço urbano da cidade que a desenvolveu e a incorporou em seu traçado. Assim, discutimos as transformações realizadas no espaço da praça e do seu entorno, a exemplo dos prédios do atual Palácio do Governo ou da Redenção, e da Escola Normal, atual Tribunal de Justiça e da Imprensa Oficial (Jornal A União), demolido para dar lugar à Assembleia Legislativa. Além das edificações mais antigas do entorno, como o Colégio e o Seminário dos Jesuítas e a Capela de São Gonçalo, depois Igreja da Conceição, que também foi demolida.<sup>9</sup>

Desde o princípio deste estudo, lançamos o olhar especificamente ao nosso objeto, ou seja, ao espaço aberto fronteiro às edificações jesuíticas, uma das primeiras construções erguidas na cidade. Retomando, a Praça João Pessoa teve origem como terreiro no século XVI, conformou-se em largo no século XVIII, depois em jardim público no século XIX e, por fim, em praça no século XX. Meu ponto de partida foi o princípio de formação da cidade de Nossa Senhora das Neves, em 1585, na qual os jesuítas tiveram um papel importante. As edificações jesuíticas foram sendo construídas e reconstruídas ao longo de anos, entre as idas e vindas dos inacianos à Capitania da Paraíba, e foram ditando os usos do espaço durante boa parte do período colonial. A intenção foi refletir sobre esse espaço, de modo a considerar o processo de apagamento de parte da memória urbana, as atuações dos agentes/usuários e as motivações sociopolíticas das intervenções urbanístico-arquitetônicas para compreender como este lugar se produziu.

Buscar nessas fontes dados sobre o terreiro dos jesuítas foi um desafio, principalmente para o primeiro capítulo, por haver pouca documentação referente à atuação dessa ordem na Paraíba. Assim, realizamos um levantamento das origens do terreiro na malha urbana primitiva da Cidade de Nossa Senhora das Neves. Como fontes, utilizamos o **Sumário das Armadas**, um relato que tem autoria

---

<sup>9</sup> Abordei, no entanto, as edificações do entorno na perspectiva das suas construções, e apenas citarei, mas sem aprofundar a discussão, os seus estilos arquitetônicos.

atribuída ao padre jesuíta Simão Travassos, que havia participado da expedição de conquista da Paraíba em 1585. Apoiamo-nos também nos estudos sobre os jesuítas e em obras que tratam da história da cidade. Traçamos, neste primeiro capítulo, o perfil da atuação e da presença desses religiosos na Capitania da Paraíba, para o qual utilizamos as fontes documentais disponibilizadas pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/Portugal.

As fontes iconográficas também foram importantes para a pesquisa, pois os desenhos e mapas da cidade produzidos no século XVII possibilitaram a discussão do papel deste espaço na cidade, pela supressão de sua representação. A partir deles, foi possível confrontar as fontes bibliográficas da historiografia paraibana e tentar compreender a função e os usos do terreiro para a cidade naquela época.

No primeiro capítulo, abordamos os diversos momentos deste espaço, desde sua condição de Terreiro de Jesus até a segunda metade do século XVIII, quando os governadores passaram a morar no antigo seminário jesuítico e o espaço passou a ser conhecido como o Largo do Palácio, permanecendo com esta denominação até o século XIX.

No segundo capítulo, discutimos a transformação do Largo do Palácio em Jardim Público, com intervenções iniciadas em fins do século XIX, quando teve seu perímetro cercado, sendo instalado um coreto em seu centro, que permaneceu até as primeiras décadas do século XX.<sup>10</sup>

Meu olhar continuou, assim, voltado para a praça e para o entorno, no qual foi destacado também o processo de secularização dos usos e da forma em curso.

Este segundo capítulo inicia com a discussão, em paralelo, sobre os ajardinamentos realizados na Europa e no Brasil e as ações desenvolvidas na Paraíba. Abordando o processo de modernização da cidade, continuei a utilizar estudos sobre a história da Cidade da Parahyba e a literatura existente sobre o tema. As plantas e as fotografias da cidade possibilitaram, mais uma vez, visualizar e confrontar as informações verificadas na bibliografia com a documentação consultada. Nesse sentido, os Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba e

---

<sup>10</sup> Não apenas esta praça, mas também outras da cidade, a exemplo da Praça Vidal de Negreiros ou Ponto de Cem Réis, situadas na mesma rua, sofreram muitas transformações em sua forma. Para aprofundar o conhecimento sobre a Praça Vidal de Negreiros e o Ponto de Cem Réis, recomendo consultar a dissertação de mestrado de Lígia Maria Tavares da Silva: “Memória e Intervenção Urbana: O caso do Ponto de Cem Réis no Centro de João Pessoa/PB”, defendida em 1995 na Universidade Federal de Pernambuco.

as notícias dos jornais foram documentos essenciais para a construção deste capítulo.

No terceiro capítulo, versamos sobre as intervenções urbanísticas e arquitetônicas realizadas na praça entre 1930 e 1933, concluindo-se com a instalação do monumento Altar da Pátria que, como já foi dito anteriormente, resultaram de motivações sociopolíticas relacionadas aos acontecimentos da “Revolução de 1930”.

Discutimos, portanto, as modificações do Jardim Público, que se transforma em Praça Felisardo Toscano durante o governo de João Pessoa, para, logo em seguida, após sua morte, receber seu nome. Início abordando o contexto político da gestão de João Pessoa como Presidente do Estado e o combate da Guerra de Princesa.<sup>11</sup>

Abordo os usos da praça e das edificações do entorno como palco das manifestações políticas promovidas pelo governo e também, principalmente, após o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho daquele ano.

A Praça mantém, até o momento atual, a característica de seu traçado e o ajardinamento da última intervenção ali realizada em 1933. No entanto, a manutenção dessas características ocorreu em um contexto de alteração de seu uso por parte da população, que viu, com esta última modificação, a Praça ser transformada em um “lugar de memória”.

Assim, por guardar parte significativa da história e da memória política e urbana da cidade de João Pessoa, justifica-se a sua escolha como objeto de estudo. As transformações pelas quais passou refletiram cada momento vivido e deixaram suas marcas na história da cidade. Esta praça pode ser tomada como emblemática, pois, além das modificações na sua forma, também recebeu várias e diferentes denominações, como já mencionado anteriormente, e atualmente é conhecida como Praça dos Três Poderes, devido às funções das edificações de seu entorno imediato.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Del Priori e Venâncio dizem que “os primeiros religiosos a desembarcar entre nós foram oito franciscanos, (...) Sua presença como capelães de bordo na navegação portuguesa era comum, mas sua participação na evangelização do gentio ou nas práticas religiosas de colonos só ganha envergadura a partir de 1580, quando acontece a conquista da Paraíba. Papel bem mais relevante, contudo, teriam os jesuítas” (Del Priori; Venâncio, 2001. p. 40).

<sup>12</sup> TEIXEIRA, R. Brazão. *Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. EDUFRN. Natal. 2009. Neste trabalho, que tem como recorte geográfico o Rio Grande do Norte, percebe-se um sentido religioso atribuído aos aglomerados coloniais brasileiros, visível até o final do século XVIII. Segundo o autor, a realidade começa a se modificar ao longo do século XIX, resultando em espaços mais ou menos desprovidos de significado religioso no século

Assim, conforme já mencionado, vemos que a forma e o uso da atual Praça João Pessoa são resultados de um longo processo que se iniciou na segunda metade do século XIX e se concluiu no fim da Primeira República. Sua formação foi resultado das demandas urbanas nascidas de interesses religiosos, sociais e políticos. Essa longa trajetória, da terra ao Altar da Pátria, será, portanto, ilustrada e discutida nas próximas páginas.

---

XX. A passagem do espaço sagrado para o espaço profano é analisada em quatro períodos: de 1700 a 1759 (forte sentido religioso - Cidade de Deus); de 1759 a 1822 (a coexistência dos valores profanos e sagrados - Cidade de Deus x Cidade dos Homens); de 1822 a 1889 (marcado pelo crescente processo de secularização – Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens); e de 1889 a 1964 (quando esse processo se consolida – Cidade dos Homens). Outras considerações desse trabalho serão apresentadas ao longo desta dissertação.

## 2 DO TERREIRO DE JESUS A LARGO DO PALÁCIO

A praça analisada neste trabalho teve sua origem em uma das primeiras construções erguidas na Povoação de Nossa Senhora das Neves, na Capitania da Paraíba: a Capela de São Gonçalo. Esta ermida, construída pelos jesuítas, provavelmente em fins de 1589, marca o início da história do espaço público em questão.

Os jesuítas, ordem de clérigos regulares, faziam votos de obediência, castidade e pobreza, como a maioria das ordens religiosas. Apesar de possuírem uma legislação própria, composta por diversos regulamentos, e de estarem submetidos às bulas papais, a Companhia de Jesus se diferenciava das demais ordens em alguns aspectos. Um exemplo é o voto de realizar missões em qualquer lugar do mundo, quando designados. Esse compromisso se chocava com as tradições monásticas praticadas pelas outras ordens, que faziam o “voto de estabilidade, que tornava um homem num monge, prometendo-o a uma vida inteira no mosteiro, onde buscaria sua santificação” (O’Malley apud Ishaqe, s.p.). Os jesuítas, portanto, assumiram a missão de levar a fé católica por todo o mundo, o que os diferenciava das demais ordens religiosas.

Em 1549, chegaram ao Brasil os primeiros religiosos da Companhia de Jesus, integrando a comitiva de Tomé de Souza. Desde o início, coube a eles a tarefa de converter os indígenas à fé católica. Assim, os jesuítas estiveram presentes na Paraíba desde sua conquista, sendo uma das primeiras ordens a se estabelecer no território.<sup>13</sup>

Segundo o regime de Padroado Régio, estabelecido entre Portugal e a Igreja Católica<sup>14</sup>, cabia à Coroa portuguesa administrar e organizar a Igreja em territórios

<sup>13</sup> Sobre a formação da cidade, é referência importante a tese de doutoramento de Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha, *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (séculos XVI-XVIII)*, defendida em 2005. Nesta, busca-se uma explicação para o traçado regular da cidade, pois mesmo diante da inexistência de vestígios concretos de um projeto, é possível observar-se a existência de uma regularidade em sua conformação. Segundo a autora, tal situação pode ser atribuída à existência de um “modo de fazer cidades regulares à portuguesa”, no primeiro momento, e que essa característica foi reforçada com as reconstruções realizadas a partir do século XVII. Esta tese será utilizada e referenciada ao longo deste capítulo.

<sup>14</sup> Diante das várias tentativas frustradas de tomada do território, ocorridas de 1574 a 1585, os portugueses tiveram que fazer uma aliança com os tabajaras que haviam se fixado na Paraíba e viviam em conflitos com os nativos da terra, os potiguara. Assim, foi por meio do acordo selado entre o capitão João Tavares e Piragibe que se conseguiu conquistar o território. Entre outras obras que tratam da história da Paraíba no período colonial, destaco Lins, G. G. da S. D’Ávila, *Uma Apreciação Crítica do Período Colonial na “História da Paraíba Lutas e Resistência*, João

sob seu domínio, nomeando padres e bispos. A ela também cabia o financiamento da construção de igrejas e a defesa do território (Oliveira, 2008, p. 11-12). Nesse contexto, a Companhia de Jesus atuou como o principal agente evangelizador do padroado, acompanhando as viagens ultramarinas portuguesas.

A Igreja como uma instituição religiosa mesmo com suas finalidades ligadas a uma religião, era um organismo pertencente a um projeto maior, de conquista de uma nova terra, que naquele momento tinha que dar retorno dos investimentos destinados pela Coroa Portuguesa. (Oliveira, 2008, p.10)

O retorno dos investimentos que os religiosos deveriam propiciar à Coroa seria, então, a conversão dos gentios, o que os tornaria prestadores de serviços à colonização. Contudo, os religiosos não se limitaram à catequese, como observou Marx (2003, p. 18), pois as determinações eclesiásticas também interferiam na organização do espaço físico citadino. As relações entre Estado e Igreja se refletiram no espaço urbano, tanto em seu uso quanto em sua forma e função até o final do século XVIII. A partir de então, os espaços vão perdendo o sentido religioso a eles atribuído pelas relações sociais (Teixeira, 2009, p. 34).<sup>15</sup>

Foi nesse contexto religioso de cidade que os jesuítas estabeleceram-se na Paraíba no século XVI. Para entender a formação da praça que se instalou em seu terreiro, é necessário conhecer um pouco da formação da cidade, ao menos em alguns aspectos, a fim de compreender a ambiência em que estavam circunscritos os jesuítas nesse processo.<sup>16</sup>

---

Pessoa: Felipéia. 2006. Segundo este autor, a condição de cidade só foi alcançada em fins de 1586.

<sup>15</sup> SOUSA. G. Soares. **Tratado Descritivo do Brasil.** Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>. Acesso em 08-Ago-2012

<sup>16</sup> O Sumário das Armadas, informa que essa comitiva partiu de Pernambuco em 15 de outubro de 1585. Relato intitulado *Sumário das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a orivíncia do Brasil*. Sua autoria é atribuída ao padre jesuíta Simão Travassos, que havia participado da expedição de conquista da Paraíba, em 1585. Disponível em [http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/1585\\_sumario\\_das\\_armadas.html](http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/1585_sumario_das_armadas.html) Acesso em 01-Set-2011. Sobre o forte, o termo Citadella, em Bluteau (op cit, p. 330), diz que “He hum forte de quatro, ou cinco ângulos, fabricado junto da praça, ou dentro della, para a dominar ...”. Nesse sentido, há como também se entender a conotação de cidade à povoação erguida.

## 2.1 A conquista da capitania da Paraíba, a fundação da cidade e a herança urbanística portuguesa

A data 05 de Agosto de 1585 é comemorada como a da fundação da atual cidade de João Pessoa, embora, na verdade, corresponda ao dia de Nossa Senhora das Neves, em que foi firmada a paz entre os colonos portugueses vindos da Capitania de Pernambuco e o povo Tabajara.<sup>17</sup> Por meio desse acordo, ocorreu a “primeira grande vitória dos portugueses contra os Potiguara e os franceses” (Gonçalves, 2007, p. 82); estes últimos eram aliados dos Potiguara, que então eram os senhores da terra. Essa teria sido a primeira vitória importante desde que a guerra entre europeus e os povos Potiguara havia começado, com a primeira expedição de conquista do território em 1574. Gabriel Soares Sousa, no Tratado Descritivo do Brasil, escrito em 1587, fala da necessidade de se fortificar o Rio Paraíba com o fim de acabar com a “ladroeira dos franceses” (Gonçalves, p. 17).<sup>18</sup>

A data de fundação da cidade de João Pessoa e a questão da sua condição de “cidade” desde o início são temas controversos, não apenas na historiografia paraibana.<sup>19</sup> A comemoração do aniversário da cidade em 5 de agosto, com a divulgação de que a capital paraibana já nasceu como cidade, é uma narrativa que se tornou senso comum. Essa visão, porém, decorre do contexto da conquista do rio Paraíba, inserida no processo de retomada das terras brasileiras que estavam sob o domínio de outros povos europeus, iniciado em 1548 com a criação do Governo Geral pela Coroa Portuguesa. Essa medida política visava defender a presença portuguesa na colônia americana, ameaçada, principalmente, pelos franceses.

Em decorrência da conquista, as terras foram organizadas em Capitanias Reais, um modelo que também servia para demonstrar a força e a autoridade da Coroa Portuguesa (Ricupero, 2012). O núcleo urbano criado, por ser de propriedade do Rei, passou a ser considerado “cidade” devido aos investimentos reais que

<sup>17</sup> **Novo Orbe Serafico, ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil.** Impressa em Lisboa em 1761. Rio de Janeiro, Typ. Basiliense de Maximinando Gomes Ribeiro. 1858. Disponível em <http://books.google.com.br>. Acesso em: 08 jul. 2012.

<sup>18</sup> **Diálogos das Grandezas do Brasil**, de Ambrósio Fernandes Brandão (Salvador, Progresso, 1956). Texto proveniente da Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa [www.bibvirt.futuro.usp.br](http://www.bibvirt.futuro.usp.br) Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000025.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2011.

<sup>19</sup> O Sumário das Armadas refere-se ao sítio escolhido dizendo que ele era “planície de mais de meia legoa, muito chão (...)" (s.p.).

impulsionaram o desenvolvimento das capitâncias reais, inicialmente, de forma mais rápida que as capitâncias privadas.

Sobre esse fato, há menção no “Livro que dá Rezão ao Estado do Brasil”, que também menciona o futuro promissor da Paraíba. Apesar de alguns estudiosos considerarem que a condição de Capitania Real (que a Paraíba teria assumido em 1574) determinaria que o núcleo original de povoamento já tivesse sido fundado como **cidade**<sup>20</sup>, para outros, a fundação da cidade é uma questão que requer considerações mais aprofundadas. De acordo com Lins (2005, p. 7):

El-Rei (a quem exclusivamente competia erigir **Cidades**) não havia mandado que ali se fundasse uma **Cidade** mas sim, que se expulsasse dali os corsários franceses, que se fortificasse aquele território e que se povoasse o Rio Paraíba. Dessa maneira, tão logo se conseguisse ali plantar promissoramente uma **Povoação**, a ereção à condição de **Cidade** seria uma consequência natural quando o soberano viesse a tomar conhecimento do feito, o que demandaria uma razoável lapso de tempo (destaques do autor).

Ou seja, os donatários e demais autoridades estavam autorizados pela Coroa a fundar apenas vilas. A fundação de cidades era uma prerrogativa real que deveria ser implantada em terras que estavam sob o domínio direto do Rei (Teixeira, 2009, p. 58). Lins (2006), em outra obra, reforça a questão da fundação:

Nenhuma obra marcando a fundaçāo da capital paraibana foi aí construída antes da chegada (29 outubro de 1585) do corpo expedicionário propriamente dito, sob o comando do Ouvidor Geral, o qual como era de se esperar, deu a palavra final sobre a escolha do sítio onde finalmente se levantou o forte do Varadouro, iniciado em 04 de novembro de 1585. (LINS, 2006. p 16) (Destaques do autor)<sup>21</sup>

Quanto ao ano da fundação, encontrei referência nos escritos do Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatam<sup>22</sup> segundo o qual,

<sup>20</sup> Não há como afirmar, diante da documentação existente, contudo, que existe discussão entre pesquisadores quanto ao fato de Martim Leitão ter decidido sozinho a escolha do sítio ou se o fez com o conselho de seus auxiliares. Sobre o assunto, consultar MOURA FILHA (2005), bem como SOUSA, Alberto José de; NOGUEIRA, Helena. O plano de implantação da cidade da Paraíba (1585). In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 2006.

<sup>21</sup> Que levou à formação posterior dos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas.

<sup>22</sup> Documento consultado e transscrito por Moura Filha constante no I.A.N./T.T. Ministério do Reino. Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos. **RELAÇÃO das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil** por Diogo de Campos Moreno. 1609. fl. 10.

[...] de 1584 para 85, se comprova melhor com o que achamos escrito da fundação do nosso Convento **naquella Cidade**; porque sendo esta no anno de 1589, se diz expressamente que forão os nossos fundar Convento na Cidade Filippéa, **novamente erecta**, e assim chamada em obsequio do Monarcha Philippe, que a ennobreçera com o titulo de **Cidade**. (JABOATAM, 1858, p. 161) Destaques meus

A passagem acima revela que, em 1589, ano da chegada dos Franciscanos à Paraíba, a cidade já havia sido reedificada. De acordo com Teixeira (2009, p. 57-58), a cidade era considerada o nível hierárquico mais elevado de uma aglomeração, constituindo uma jurisdição territorial com “um poder político local, Senado da Câmara, com sua Casa de Câmara e cadeia”. Essa informação sugere que o que foi construído no final de 1585, de fato, possuía os elementos característicos de uma cidade, visto que já contava com esses elementos antes de 1610. Assim, compreendemos por que muitos consideram que o núcleo original de povoamento da Paraíba tenha sido fundado como cidade. No entanto, independentemente da data da fundação, a conquista do território foi um passo fundamental para sua construção.

A motivação para a conquista não se restringiu à expulsão dos franceses, que exploravam e traficavam o pau-brasil por meio de acordos com os povos indígenas potiguara. Havia também o interesse dos senhores de engenho da vizinha Capitania de Pernambuco em expandir seus negócios açucareiros. O empenho desses senhores de engenho no financiamento das guerras revela essa intenção. Com base na pesquisa do historiador João Lyra Tavares, Gonçalves analisou as cartas de doação das sesmarias e observou que, já na primeira concessão, feita a João Afonso Pamplona em janeiro de 1586, há a demonstração de gastos particulares realizados por ele nas guerras de conquista da Capitania.<sup>23</sup> Entre outros casos, o mais notável, sem dúvida, é o de Duarte Gomes da Silveira, morador mais rico da capitania, sempre beneficiado pela Coroa e figura presente e atuante na produção da cidade, tendo financiado, inclusive, a construção da Igreja da Misericórdia no início do século XVII (Gonçalves, 2007, p. 147-165).

A construção da Povoação de Nossa Senhora das Neves teve um longo percurso, ocorrendo no contexto de recente conquista e constantes conflitos, como observou Moura Filha (2005, p. 161), no período entre o final do século XVI e as

---

<sup>23</sup> Fonte das figuras 12,13,14 e 15 Reis Filho, 2000. CD Rom

primeiras décadas do século XVII.<sup>24</sup> Nesse ínterim, vale observar que não foi apenas a cidade que mudou nesse percurso de formação; seu nome também foi se alterando ao sabor dos acontecimentos políticos. Guilherme D'Ávila Lins realizou uma pesquisa profunda sobre as denominações apresentadas nos documentos e percebeu a utilização concomitante de vários nomes. Contudo, ele conseguiu chegar à seguinte conclusão:

- Povoação de Nossa Senhora das Neves: fins de 1585 ou início de 1586 até final de 1586, ou início de 1587;
- Cidade de Nossa Senhora das Neves: fins de 1586 ou início de 1587 até 1588;
- Cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves: meados de 1588 até fins de 1634 ou início de 1635;
- Frederikstadt ou Frederica: fins de 1634 a início de 1654;
- Cidade de Nossa Senhora das Neves [novamente]: início de 1654 a meados de 1817;
- Cidade da Paraíba ou Paraíba do Norte: meados de 1817 a 4 de setembro de 1930;
- Cidade de João Pessoa: de 4 de setembro de 1930 até os dias atuais.

Essas denominações revelam a complexidade que envolvia o domínio da região. Gonçalves (2007, p. 87) salientou que a organização da capitania e sua povoação não foram tarefas fáceis, pois muitos desafios tiveram de ser enfrentados. A vitória sobre os Potiguara exigiu quinze anos de luta e empenho por parte dos colonizadores. Somente em 1599 os Potiguara reconheceram sua derrota. Gonçalves (2007, p. 104) também observou que, durante a expansão da conquista, após as primeiras investidas coloniais na Baía da Traição e em outras aldeias costeiras ao norte da bacia do Rio Paraíba, uma parte significativa dos Potiguara fugiu para o interior, em direção à Copaoba<sup>25</sup>, perseguidos pelos portugueses. Por isso, a luta se estendeu até o final de 1586, de modo que o acordo de paz entre os tabajaras e os portugueses não significou o fim dos conflitos. A Baía da Traição e a

---

<sup>24</sup> Os exemplares de complexos jesuíticos existentes no Brasil - constantes de Seminário, Colégio e Igreja - comprovam o sucesso desse projeto de ação. Contudo, vale lembrar que estes empreendimentos não foram realizados de uma só vez, pois demandavam tempo. O caso aqui estudado terá as construções dessas edificações apresentadas no momento oportuno.

<sup>25</sup> Provavelmente os métodos de catequese entre as ordens diferiam, contudo, tal como observou Teixeira, tanto o Regulamento dos Jesuítas, quanto o Regulamento para os Missionários dos Franciscanos, que regravam a vida nas missões destas ordens, a conjunção de ideias e de princípios entre esses é quase total. (Teixeira, 2009).

Copaoba foram palco de mais um ano de combates, de novembro de 1585 a dezembro de 1586, contra franceses e Potiguara, como registrado no “Sumário das Armadas”. No “Diálogo das Grandezas do Brasil”, Ambrósio Fernandes Brandão (1618) relata que a Capitania da Paraíba

[...] com muita força defendida dos Piratas franceses confederados com o gentío Petiguar, senhor de todo o sertão, belicosíssimo e inclinado a guerras, custou muito trabalho e despêsa fazê-los reduzir à nossa amizade, e desviá-los da que tinham com os franceses, sendo fôrçado aos nossos, para se haver de conseguir êste efeito, fazerem muitas entradas com mão armada, pelo sertão a dentro, principalmente a uma serra, que chamam de Copaoba, onde estava o gentío junto em muita quantidade [...].<sup>26</sup> (s.p.)

Somente após o sucesso da campanha da Copaoba se concretizaram as primeiras doações de terras na área que seria urbanizada, destinadas à construção de residências e equipamentos religiosos (Gonçalves, 2007, p. 167). O ouvidor-geral Martim Leitão, pessoalmente, deslocou-se de Pernambuco para decidir a localização da nova cidade. Para tanto, analisou cuidadosamente as indicações de seus auxiliares: João Tavares, por ele nomeado primeiro governador da Capitania Real da Paraíba, e Manuel Fernandes, seu mestre de obras.

Observa-se no urbanismo português “a escolha dos sítios topograficamente dominantes para a implantação dos núcleos originais dos aglomerados urbanos”, que considerava também “a íntima articulação do seu traçado com a topografia” (Teixeira, 2001, p. 2).<sup>27</sup> Percebe-se que Martim Leitão seguiu essa tendência do urbanismo português vigente, optando por sítios planos ou terrenos em posição de domínio. Essa parece ter sido a escolha para a Paraíba.

Sobre a implantação da cidade, de acordo com Sousa e Nogueira (2006, p. 11), o sítio escolhido:

[...] continha área suficiente para a implantação do assentamento, compreendendo dez hectares de terreno plano ou muito pouco inclinado, dispostos no interior de um retângulo com duzentos e cinqüenta metros de largura e quatrocentos metros de comprimento – o que era muito mais do que os seis hectares dos quais ele necessitava. Nessa área ele [Martim Leitão] poderia acomodar tanto uma cidade quadriculada com duzentos

<sup>26</sup> Tal fato ocorreu em diversas capitarias, sobretudo no Grão Pará e Maranhão (cf. SANTOS, 2002).

<sup>27</sup> Retomo a ausência da capela no desenho de Moreno em 1609. A falta de documentação não nos permite afirmações, contudo, podemos pensar em possíveis motivos para esta ausência. Os Jesuítas foram expulsos da Paraíba em 1593, e de acordo com a passagem acima, possivelmente em 1603 iniciaram sua volta, ficando sua capela abandonada por dez anos. Assim, possivelmente em 1609 ela estava em ruínas, os jesuítas estavam presentes em pequeno número e com pouca atuação neste período e, talvez, por isso Moreno deliberadamente a tenha omitido.

metros por trezentos, quanto uma cidade axial, com cento e cinqüenta metros por quatrocentos.<sup>28</sup>

Martim Leitão, ao escolher o sítio, considerou também as condições de defesa, e o local escolhido proporcionava uma vista privilegiada de seus arredores. Além disso, considerou a localização das fontes de água, para garantir o abastecimento, bem como a proximidade de uma pedreira, necessária para o início das construções, e a acessibilidade por terra a partir de Olinda. Assim, situado no topo do platô, nasceu a cidade alta, característica do urbanismo português presente desde o século XIII, como observa Teixeira (2001, p. 5):

Nos aglomerados urbanos costeiros, o núcleo de ocupação primitiva, [...] localizava-se habitualmente na colina ou no morro mais proeminente, ou pelo menos num local mais elevado com boas condições de defesa. Daqui resultava que muitas cidades portuguesas se estruturavam em duas partes distintas: a cidade alta, local do poder institucional, político, militar e religioso, e os espaços habitacionais de estatuto mais elevado, e a cidade baixa, dedicada às atividades marítimas e comerciais, e às áreas habitacionais mais pobres.

Devemos lembrar que a cidade de Salvador também foi erguida com essas características. No caso da Paraíba, apesar da falta de provas documentais que possibilitem afirmações definitivas, é provável que Martim Leitão não tenha dissociado a escolha do sítio da forma do traçado urbano. Essa decisão, tomada em conjunto com seu mestre de obras, e mesmo que influenciados por seus referenciais urbanísticos, faz com que a cidade de Nossa Senhora das Neves pareça ter sido, de fato, pensada para ter um traçado regular, diferente da concepção medieval de Olinda e da trama quadriculada de Salvador.<sup>29</sup>

Conforme mencionado, a cidade de Filipéia surgiu durante o período da União Ibérica, quando Felipe II da Espanha foi coroado como Felipe I de Portugal, em 1581<sup>30</sup>. No entanto, as Leis das Índias, legislação urbanística instituída por este monarca em 1573, não foram aplicadas em seu caso. Essas leis definiam o traçado urbano das cidades, no qual o núcleo da aglomeração se concentrava a partir da Plaza Mayor ou da Plaza de Armas, onde se instalavam a igreja matriz e os principais prédios públicos (Marx, 1945, p. 50). Essa praça era, portanto, o elemento

<sup>28</sup> Sobre este caso ver, VAINFAS, Ronaldo. **Traição:** um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>29</sup> A.H.U. – ACL CU\_014, Cx. 7, Doc. 560 *apud* MOURA FILHA, 2005, p.372. Todas as referências completas a todos os documentos estão na bibliografia.

<sup>30</sup> A.H.U. – ACL CU\_014, Cx. 7, Doc. 560 *apud* MOURA FILHA, 2005, p. 373.

central da conformação da cidade e geralmente apresentava um traçado regular. As Leis das Índias determinavam todas as diretrizes para a criação dessa praça principal.<sup>31</sup>

No urbanismo português dos primeiros tempos, havia a preocupação de adaptar o traçado da cidade ao sítio de origem<sup>32</sup>. Nesse sentido, a praça surge de forma diferente da ordenação espacial espanhola, havendo, assim, uma “espontaneidade” morfológica (Caldeira, 2007, p. 84). Dentro desse contexto, os principais edifícios, dentre eles as igrejas, eram:

[...] ligados por caminhos que se sobreponham às linhas naturais do território – linhas de festo ou as suas ramificações – os quais se tornavam geralmente nas principais ruas do aglomerado, que estruturavam o território urbano. **No encontro destas vias geravam-se por sua vez espaços urbanos com características de centralidade, potenciais praças urbanas, com formas que resultavam directamente do modo como as ruas neles confluíam.** (Teixeira, *apud* Caldeira, 2007, p. 84) destaque da autora.

Assim, vemos que o surgimento das praças portuguesas está associado ao traçado da cidade, por isso há a existência de muitos largos, pátios e terreiros que se sucediam e que deram origem a futuras praças. No caso da cidade de Filipéia, mesmo que não tenhamos encontrado o plano que nos garantiria segurança para uma afirmação definitiva, foi observada uma tendência à regularidade em seu traçado. Essa percepção fica clara principalmente com os mapas elaborados no período do domínio holandês. Conforme Moura Filha (2005, p. 87) também observou, a adoção de um traçado urbano com tendência à regularidade e à racionalidade traria algumas vantagens administrativas, como assegurar uma maior rapidez na construção das vilas, a facilidade de distribuição de terras para os colonos e a previsão de seu desenvolvimento posterior.

Dessa forma, vemos que a cidade de Filipéia, embora não se tenha encontrado registro de um plano pré-concebido com traçado regular, possui muitas características do urbanismo português reproduzidas no ultramar, embora não se saiba se todos esses exemplares tenham sido oriundos ou não de projetos e planos. Ainda assim, percebe-se que a Rua Nova, que, segundo Moura Filha (2005, p. 189), foi o logradouro que marcou o início da ocupação da cidade alta, sendo assim provavelmente a primeira rua, partia do largo da igreja matriz. Esta igreja, de início

---

<sup>31</sup> A.H.U. – ACL CU\_014, Cx. 7, Doc. 560 *apud* MOURA FILHA, 2005 p. 374.

<sup>32</sup> A.H.U. – ACL CU\_014, Cx. 7, Doc. 560 *apud* MOURA FILHA, 2005, p. 375.

uma pequena capela, foi edificada ainda em 1585, a mando de Frutuoso Barbosa (2005, p. 161). Sua feição atual é resultado de várias reconstruções realizadas ao longo dos séculos.

Paralelamente à Rua Nova, formou-se a Rua Direita<sup>33</sup>. Ainda segundo Moura Filha, conforme as datas dos documentos existentes sobre as doações de lotes, esta rua estaria em formação por volta de 1600 e foi resultante da construção dos quarteirões da Rua Nova bem como da presença das edificações religiosas: a Santa Casa da Misericórdia, o Convento Franciscano e a Capela dos Jesuítas. Assim, a formação da Rua Direita foi o ponto de culminância da intenção de regularidade<sup>34</sup> que caracterizou a espacialidade da cidade alta. As sesmarias doadas às ordens religiosas ficaram, portanto, distribuídas nas proximidades da Rua Nova e da Rua Direita: ao sul, os jesuítas; ao norte, os franciscanos; a oeste, os beneditinos; e a leste, os carmelitas. Como a Rua Direita se estendia até a Igreja da Misericórdia até o século XVII e início do XVIII, as principais terras doadas aos jesuítas ficaram situadas fora da cidade, na direção sul. Há uma discussão sobre a questão de as igrejas na cidade alta formarem um traçado em cruz.<sup>35</sup> De fato, existe um traçado em cruz, mas as fontes de que dispomos sobre o assunto não nos dão segurança para afirmar se ele foi planejado ou se a distribuição dos sítios seguiu a orientação dos pontos cardinais, o que poderia explicar o referido traçado. Contudo, à medida que os lotes foram sendo distribuídos e, conforme o desenrolar dos acontecimentos, essas ordens foram se estabelecendo e construindo suas edificações, gerando o suposto traçado.

Como foram realizadas as doações das sesmarias, isso possivelmente veio atender a outra premissa do urbanismo português: “a localização de edifícios institucionais, de natureza religiosa, civil ou militar, em sintonia com as particularidades topográficas e o papel destes edifícios na estruturação dos traçados

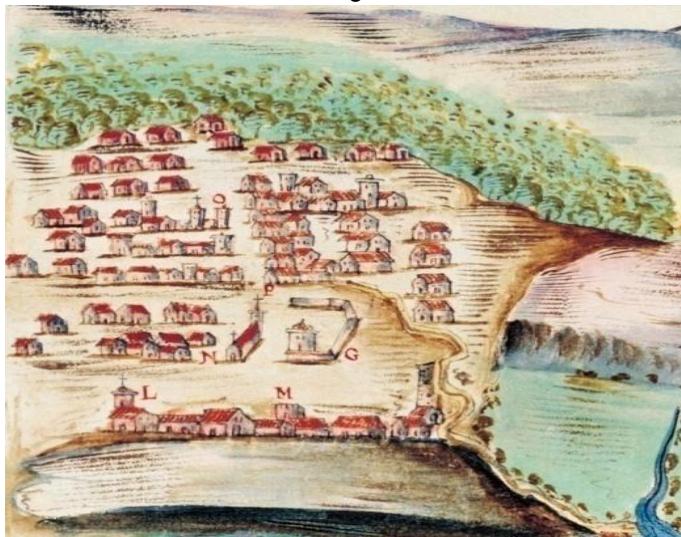
<sup>33</sup> A.H.U. – ACL CU\_014, Cx. 14, Doc. 1177 *apud* MOURA FILHA. 2005, p. 375.

<sup>34</sup> Outros fatores devem ter influenciado Pombal na sua decisão. Destaco que possivelmente ele tenha levado em consideração a bula emitida pelo Papa Bento XIV, em 1742, citada anteriormente, que discordava do método de evangelização jesuítica por se adequar, em larga medida, aos costumes indígenas. Além disso, a Companhia de Jesus também foi acusada por Pombal de envolvimento no regicídio fracassado em 1758, contra D. José I. Ver: ISHAQE, Vivien. **Companhia de Jesus**. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br>. Acesso em 26 jan. 2012.

<sup>35</sup> De acordo com Teixeira (2009, p. 51), a expulsão dos jesuítas foi um ato que refletiu uma série de questões de ordem estrutural na relação entre Igreja e Estado desenvolvidas especialmente entre os anos de 1759, ano da expulsão destes, e 1822, quando se dá a mudança do regime do governo no Brasil, para os qual se efetivaram as novas orientações políticas e religiosas.

urbanos” (Teixeira, 2001, p. 2). Com o tempo, a cidade ficou pontuada pelas edificações religiosas dessas ordens. Entre os séculos XVI e XVIII, as igrejas desempenharam um importante papel na configuração urbana das cidades, sendo sempre representadas e destacadas nas iconografias produzidas, como na figura “Paraíba”, de Albernaz II, datada de 1625 (Figura 10), presente no **Livro que Dá Razão ao Estado do Brasil**. Mesmo que a cidade tenha sido representada sem o traçado regular, pois, conforme Reis Filho, esta forma de representação procurava reunir o maior número de informações em um mesmo desenho, sem preocupação com o rigor, podemos visualizar algumas dessas igrejas.

**Figura 10 - “Paraíba, Rio de São Domingos”, 1626 João Teixeira de Albernaz II**



Fonte: Reis Filho (2000. CD-ROM)

Assim, segundo este autor, o ponto “N” é a Igreja Matriz, o “M” é a Igreja de São Francisco e o ponto “O” é a Igreja da Misericórdia (Moura Filha, 2005, p. 188). Curiosamente, não é representada a Capela dos Jesuítas e, como veremos mais adiante, essa supressão também ocorrerá em alguns mapas holandeses, elaborados alguns anos depois. Conforme já mencionado, em 1610 criou-se, na Rua Direita, um novo espaço, o largo destinado a sediar a Casa de Câmara e a cadeia (hoje Praça Rio Branco), estabelecimentos transferidos da Rua Nova (Moura Filha, 2005, p. 202). Nesta praça, também se construiu, anos mais tarde, no governo de Jeronymo José de Melo e Castro, entre 1764 e 1767, a Casa da Tesouraria da Fazenda, destacando ainda mais sua importância como praça central da cidade, tal como consta em Machado:

A edificação destas duas casas, dispostas como foram aos lados do edifício da cadêa e camara municipal, no centro da cidade, forma uma pequena praça, agradável a vista pela regularidade, e certa imponéncia que lhe dá o edifício da thesouraria, de um andar circundado de janellas, com dois lances d'escadaria de pedra, collocados externamente, por onde se chega a um terraço com entradas para o edifício, dividido de boas e espaçosas salas. (Machado, 1977, p. 445).

Além destas edificações, conforme observou Moura Filha (2005, p. 200), no início do século XVII, a Rua Direita já tinha uma ocupação significativa no trecho situado entre a Igreja da Misericórdia e o convento dos franciscanos. Embora, como já mencionado, não se disponha de registros documentais acerca de um projeto de planejamento para a cidade de Nossa Senhora das Neves, sabemos que, a partir do século XVI, se começa a construir traçados urbanos regulares no Brasil. Nesse sentido, como vimos pela localização dos principais edifícios, as estruturas religiosas, assim como as políticas e militares, determinavam as direções do crescimento urbano.

Na Capitania Real da Paraíba, a doação das sesmarias para as ordens religiosas pode ter obedecido a esse critério, pois suas igrejas e conventos, que foram os marcos simbólicos da paisagem urbana desse período, de fato determinaram os caminhos para a expansão urbana da cidade anos mais tarde. Marx (1945, p. 28) nos diz que a evolução urbana das cidades, em geral, levou à formação de núcleos variados de atração no tecido urbano, nos quais predominavam os largos, pátios e terreiros, cada um em seu setor ou freguesia eclesiástica.

Esta percepção pode ser associada ao papel atrativo que o terreiro jesuítico teve para o crescimento da cidade. Assim, o crescimento rumou para o sul, a partir da Igreja dos Jesuítas e da estrada que dava início ao caminho de saída para Pernambuco.<sup>36</sup>

## **2.2 O terreiro da igreja dos jesuítas nas representações da cidade**

---

<sup>36</sup> Segundo Mariz (1980, p. 57), o Ouvidor Geral da Paraíba, João Rodrigues Colaço, “se opôs a ordem de prisão e seqüestro dos bens, sendo preso por essa desobediência”

São escassas as representações do espaço fronteiro à Capela dos Jesuítas.<sup>37</sup> Nesse sentido, uma das primeiras imagens da Cidade de Felipéia está publicada na obra do Sargento-mor D. Diogo de Campos Moreno, “Relaçam das Praças Fortes do Brasil” (Figura 11).<sup>38</sup> Segundo Reis Filho (2000, s.p), neste desenho foi representada, de modo esquemático, a Cidade de Philipeia, em 1609, ou seja, aproximadamente vinte e quatro anos após sua fundação. Nele, estão representados os conventos de São Francisco, do Carmo e o de São Bento, que ainda se encontrava em construção à época. Abaixo temos a descrição relacionada a este desenho feita por Moreno:

Nesta povoação a que chamão cidade há três mosteiros de padres a saber hu de São Francisco que bastava muy ben acabado e capas de muitos religiosos hu do Carmo que se vay fazendo e hun de São Bento que se fabrica e hua caza de Mizericordia muy ben lavrada e a see mais pobre que todas porque não he de particulares<sup>39</sup> (Moreno *apud* Moura Filha, 2005, p. 168-169)

---

<sup>37</sup> Segue-se, nesta referência, a relação dos valores arrecadados com o arrendamento dos bens, ficando ainda os padres devendo 854\$160. Como mencionamos, a Rua Duque de Caxias surgiu da unificação de três ruas: a Rua Direita, que ia do Largo da Igreja dos Franciscanos até a Igreja da Misericórdia; a Rua do Colégio, ou Rua da Baixa, que compreenderia o trecho que ia da Igreja do Rosário até o Colégio; quanto à localização da Rua São Gonçalo, não foi possível precisar, mas possivelmente é também um trecho do mesmo arruamento. Verifiquei que há uma placa afixada no último imóvel do lado norte da atual Rua Duque de Caxias, nas proximidades da Igreja São Francisco, com a descrição “Antiga Rua São Gonçalo”..

<sup>38</sup> Tal como demonstrou este autor em seu trabalho.

<sup>39</sup> São Gonçalo Garcia foi um santo franciscano que nasceu na Índia Portuguesa em 1557, na cidade de Baçaim, ao sul de Goa, filho de um português com uma hindu. Morreu crucificado em Nagasaki (Japão) em 1597 e foi beatificado pelo papa Urbano VIII em 1627 e canonizado em 1862. O São Gonçalo do Amarante nasceu em Portugal em 1187, na cidade de Amarante, e morreu em 1259; seu culto foi beatificado pelo papa Júlio III. Em Amarante, até hoje, é festejado na primeira semana do mês de junho. O santo tem fama de casamenteiro e, segundo a tradição, convertia as mulheres de “má fama” e lhes arranjava casamento. Isso explica os pães em forma fálica criados em sua homenagem. O instrumento de conversão do santo foi a dança e a música, que ele mesmo tocava com uma viola. Nas festas de São Gonçalo realizadas no Brasil, as danças envolviam passos de umbigada, e os cânticos entoados não agradavam a todos. Há, no estado do Piauí, o município de Amarante, antes denominado Vila de São Gonçalo. No entanto, este nome não se refere ao santo, mas a seu governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em 1771. Contudo, há referências às danças de São Gonçalo sendo realizadas neste município, assim como foram encontradas referências em Guarulhos (SP) e na cidade de Serra de Portalegre (RN). Sobre este assunto consultar: CASCUDO, Luis da Câmara. 1898/1986. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo, Global, 2001; OTÁVIO, Valéria Rachid. **A Dança de São Gonçalo: Releitura Coreológica e História**. 2004. 187 p. Dissertação (Mestrado em Artes) Instituto de Artes. Universidade Estadual de Campinas UNICAMP; ARAUJO, R. de C. B. A redenção dos pardos: a festa de São Gonçalo Garcia no Recife em 1745. In: JANCSÓ; KANTOR (orgs) **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. v.1. São Paulo. Hucitec. 2001.

**Figura 11 - Cidade da Philipeia, 1609. Diogo de Campos Moreno.**



Fonte: Reis Filho (2000). CD-ROM

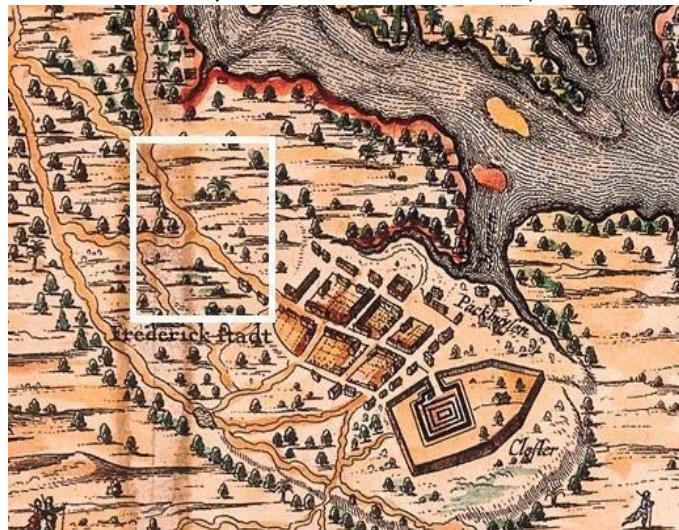
Por se tratar de uma representação esquemática, o relato de Moreno citado acima menciona quatro igrejas, mas não faz referência à Capela de São Gonçalo. Contudo, a esta data já estava em construção ou construída, devido ao fato de os jesuítas terem participado das expedições de conquistas da capitania, estabelecendo-se como os primeiros catequizadores. De acordo com Moura Filha (2005, p. 162), a construção da Capela de São Gonçalo se deu na sequência cronológica da construção da Igreja Matriz da cidade, construída na fundação do povoado em 1585.<sup>40</sup> Também fica evidente que estão representados, com muita proximidade entre si, os citados conventos. Essa supressão da capela dos Jesuítas também é observada nos primeiros mapas holandeses do século XVII, provenientes de um levantamento realizado pela Companhia das Índias Ocidentais entre os anos de 1635 e 1644.

Assim, analisando os mapas “Frederick Stadt” (Figura 12) e “Parayba” de Claes Jansz Visscher (Figura 13), ambos de 1634, vemos que a área onde hoje se encontra a Praça João Pessoa está representada por um espaço vazio, por um terreiro com bifurcação de caminhos. Nesse sentido, ocorreu claramente, nestes mapas, uma supressão da Capela dos Jesuítas. Em contrapartida, nos mapas de dois anos depois, a Capela de São Gonçalo já se encontra bem representada, como

<sup>40</sup> A Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi construída no século XVII, estando em construção ainda em 1730. Sobre o assunto, vide: SILVA, José Flávio. **Progresso e Destrução na cidade da Parahyba:** Cidade dos Jardins. João Pessoa: Ed. UFPB. 2009. Em 1791, estaria a irmandade em plena atividade, conforme analisou ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de Cor e de Fé:** irmandades negras na Parahyba do século XIX. 2006. 115 p. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. UFPB.

ocorre no “Frederica Civitas” (1637/47) de Jan van Brosterhuisen e no mapa “Frederyce Stadt” (1640) de Johannes Vingboons, como veremos mais adiante.

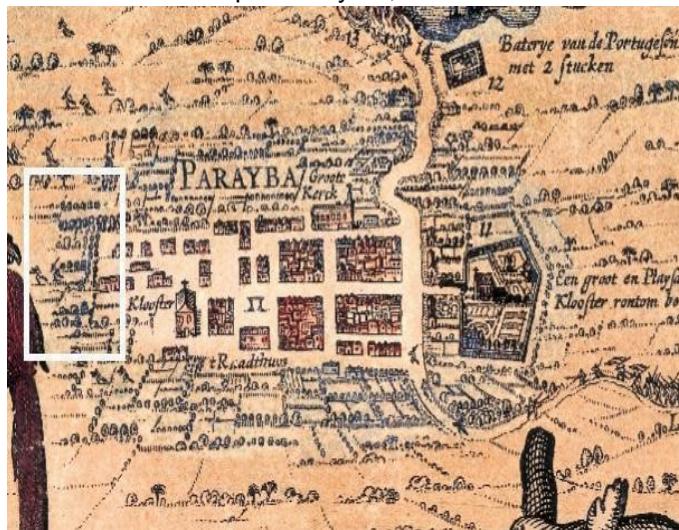
**Figura 12** - Detalhe do mapa “Frederick Stadt” 1634 (autor não identificado)



Fonte: Reis Filho (2000. CD-ROM)

A figura 12, em sua versão completa, mostra os acontecimentos militares ocorridos na chegada dos holandeses à Capitania em 1634. Reis Filho (2000) observa, neste, a existência de várias quadras e dos principais edifícios, ou seja, o Convento Franciscano, a Igreja Matriz à entrada da vila, a Casa da Câmara e o Convento do Carmo. De fato, não se visualiza, nesta imagem, a Capela dos Jesuítas, assim como na figura 13, que também se refere à conquista da capitania pelos holandeses.

**Figura 13 - Detalhe do mapa “Parayba”, de Claes Jansz Visscher 1634**



Fonte: Reis Filho (2000. CD-ROM)

O valor histórico dos mapas holandeses é inquestionável, mas há algumas lacunas com relação a alguns aspectos da realidade urbana representada neles, tal como demonstrou Hélio Costa Lima em *Viagem a Felipéia: Reconstituição virtual do casco urbano seiscentista da Capital da Paraíba*.<sup>41</sup> Lima observou, através da comparação que realizou pela sobreposição do mapa “Frederica Civitas” com a planta cadastral de João Pessoa<sup>42</sup>, a supressão de uma faixa da cidade, bem como o encurtamento da distância entre a Travessa do Carmo e o Beco da Companhia, atuais Ruas Conselheiro Henriques e Gabriel Malagrida. Diz o autor:

A hipótese da supressão de uma parte deste núcleo nos principais mapas holandeses do século XVII não se esgota em si. Ela germina outras hipóteses e questões sobre o traçado urbano da época, inclusive sobre a configuração da praça administrativa da cidade, a Praça da Câmara, local do Pelourinho, que se encontraria exatamente na faixa de tecido urbano suprimida nesses mapas (LIMA, 2009. p. 260)

Embora Hélio Costa Lima não tenha voltado sua análise para a ausência da representação da Capela dos Jesuítas, a supressão da então principal praça da cidade, ou seja, do local que abrigava e representava o poder político e administrativo da colônia, é relevante; um fato, no mínimo, curioso, para o qual ainda não se teve um esclarecimento. Como veremos, nas figuras 14 e 15, a Capela de São Gonçalo encontra-se representada, levando a crer que, de fato, houve a supressão da mesma por parte dos holandeses nos mapas anteriores.

---

<sup>41</sup> Sobre o teatro jesuítico consultar: COSTA, Paulo Eduardo da Silva. **Do Sensível ao Inteligível: O Auto de São Lourenço**. Dissertação (Mestrado em Historia) UFPB. João Pessoa, 2007; e LUZ, G. A. Quando o verbo se faz carne: a festa da missão. In: MOSTAÇO, Edélcio (Org.) **Para uma História Cultural do Teatro**. Florianópolis: Design Editora, 2010.

<sup>42</sup> Esta relação de autos elaborada por Frèches, citada e utilizada por Kassab, encontra-se em MOURA, Carlos Francisco. **Teatro a Bordo de Naus Portuguesas nos Séculos XV, XVI, XVII e XVIII**. Rio de Janeiro. Editorial Nordica, 2000, p. 193.

**Figura 14 - Detalhe “Frederica Civitas” (1637/45) de Jan van Brosterhuisen**



Fonte: Reis Filho (2000. CD-ROM)

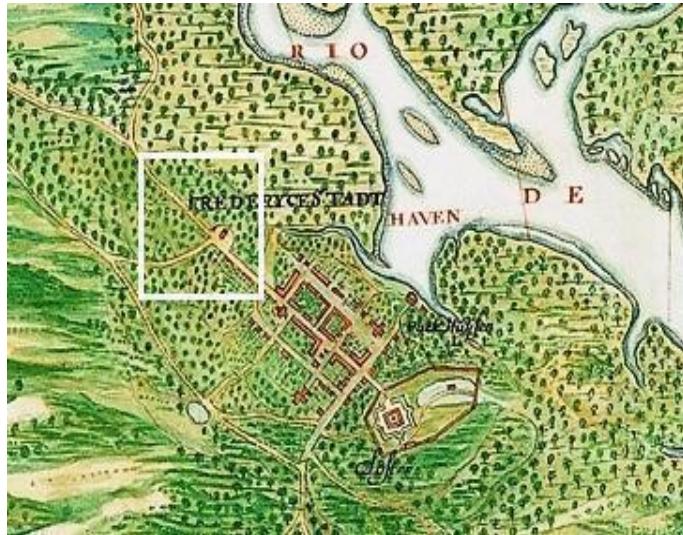
O motivo para essa supressão no mapa provavelmente vem do fato de que esta capela estava localizada no extremo sul da cidade, em lugar ermo e distante, posto que os jesuítas costumavam construir suas igrejas em terreiros, ou seja, em terrenos não urbanizados.<sup>43</sup> Esse procedimento, em alguns casos, conseguiu chamar a expansão das cidades em sua direção. Fosse essa atração da expansão urbana deliberada ou não, sabe-se que os jesuítas tinham bom conhecimento urbanístico. Observou Manuel Teixeira (2001, p. 14) que, em sua formação, havia o ensino de matérias relacionadas à engenharia militar e, em alguns casos, membros da ordem chegaram a exercer o papel de engenheiros militares do Reino. Nesse sentido, provavelmente foram atuantes no planejamento de alguns bairros associados aos seus colégios, tal como aconteceu no Bairro Alto de Lisboa e em Salvador da Bahia.

Mas, no nosso caso, a primitiva Capela Jesuítica da Cidade de Nossa Senhora das Neves não foi uma edificação de vulto, tal como observou Herckmans (1982) na sua Descrição Geral da Capitania da Paraíba, publicado em 1639. Este assim se referiu: “a sexta e última igreja, que assinala também o limite extremo da cidade, é uma igrejinha, ou, para melhor dizer, uma simples capela com a denominação São Gonçalo” (1982, p. 44).

---

<sup>43</sup> A.H.U. - ACL CU\_014, Cx. 28, Doc. 2115. (DOC. 169)

**Figura 15 - Detalhe “Frederyce Stadt” 1640 de Johannes Vingboons**



Fonte: Reis Filho (2000. CD-ROM)

A supressão da capela pelos holandeses pode ter ocorrido também devido ao fato da ausência da atuação direta dos jesuítas no território naquele período. Sabe-se que a presença dessa ordem na Capitania da Paraíba foi conflituosa e marcada por várias idas e vindas, e consideramos ser interessante apontar alguns desses aspectos.<sup>44</sup>

### **2.3 A atuação dos jesuítas na Paraíba: a implantação do projeto de ação em meio a conflitos e expulsões**

As fontes de que dispomos para a investigação sobre a presença dos jesuítas na Paraíba são bastante escassas, em comparação com as que existem nas regiões consideradas principais onde estes atuaram: São Vicente, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Porto Seguro e Ilhéus (Massimi et al., 1997, p. 115). Embora não seja objetivo deste trabalho analisar a obra missionária dos jesuítas, nem suas sucessivas expulsões da Capitania Real da Paraíba, abordaremos alguns momentos desse processo, tendo em vista a importância da presença na conformação do espaço urbano da cidade. Compreendemos que a presença da Ordem na Paraíba, sem dúvida, exige investigações aprofundadas que somente poderão ser realizadas a partir de outro projeto de pesquisa. Nesse estudo, interessa verificar apenas

<sup>44</sup> Como se pode observar, em muitas cartas e ofícios encaminhados ao Rei D. José I e aos Secretários de Estado da Marinha e Ultramar entre 1765 a 1766. Projeto Resgate Paraíba - Arquivo Histórico Ultramarino

alguns dados referentes aos jesuítas na historiografia da Paraíba, na busca dos indícios da sua presença e, a partir daí, tentar compreender o uso da área do terreiro na cidade de Nossa Senhora das Neves.

A Companhia de Jesus foi a primeira ordem a se estabelecer na Paraíba, e seus religiosos foram os responsáveis pela escrita do relato intitulado Sumário das Armadas, documento de importância fundamental para o estudo da história da Paraíba. Consta que os religiosos Manuel Correia, Baltasar Lopes e Francisco Fernandes estiveram presentes tanto nas expedições de conquista do território como nas posteriores lutas para a consolidação do domínio. Em 1586, já se encontravam em missões os jesuítas Simão Travassos, provável autor do Sumário, e Jerônimo Machado, juntamente com Baltasar Lopes (Barbosa, 1994, p. 138).

O trabalho dos jesuítas foi visto, pela Coroa, nestes primeiros tempos, como de fundamental importância para a consolidação da colonização na capitania, pois garantiam, principalmente, a mão de obra para a execução de diversos serviços. Pelo reconhecimento do trabalho que desenvolviam, os membros da Companhia de Jesus conseguiram algumas facilidades da Coroa, como o privilégio de escolher o sítio para a construção da sua casa e capela, sendo este um dos principais elementos do seu projeto de ação, pois deviam ter

[...] empenho na construção da casa, da igreja e da escola para os meninos índios (o Colégio) e no cuidado com a horta (importante sobretudo para fornecer ervas medicinais para botica). Além disso, ministrar os sacramentos, ensinar e doutrinar a população de índios, colonos e escravos no Colégio ou visitando as casas. (Massimi et al, 1997, p.116)<sup>45</sup>

Na Paraíba, escolheram o sítio junto à aldeia Tabajara do chefe Piragibe, de modo a facilitar seu trabalho de catequese. Essa escolha também foi estratégica, pois esses indígenas foram os aliados da conquista e detinham o conhecimento do território, do qual os colonizadores dependiam. Percebe-se também que os jesuítas obedeciam a certa lógica para a escolha dos seus sítios. Gonçalves observa o seguinte:

---

<sup>45</sup> Sobre a circulação dos internos ou dos jesuítas na cidade, era ordenado que “nenhum irmão ou padre saia sozinho, a não serem dois os quatro irmãos, mui aprovados, antigos mui conhecidos em todo o gênero de segurança – que não vão fazer compras e outras coisas ordinárias, e só estes podem sair sozinhos”. Assumpção, T. Lino. **História Geral dos Jesuítas** (Coord) Rio de Janeiro. Moraes. 1982. p. 479

Nessas aldeias, que sempre deveriam estar localizadas nas imediações dos estabelecimentos portugueses, para facilitar a ‘civilização’ dos índios, garantir a ocupação e a defesa do território e disponibilizar a utilização da sua força de trabalho, deveriam viver, em geral, apenas eles e os missionários, a não ser quando as leis instituíssem a administração leiga. (Gonçalves, 2007, p. 115)

Em 1591, a Companhia de Jesus conseguiu, então, fixar residência na capitania, mas, neste mesmo ano, se iniciaram os primeiros conflitos com os recém-chegados franciscanos (1589). Durante o governo de Frutuoso Barbosa (1588-1591), manifestou-se o interesse de se ter uma casa franciscana na Paraíba diante da quantidade de aldeias desassistidas pelos jesuítas. Assim, à Ordem de São Francisco também se atribuiu a incumbência de catequizar os gentios, e se doou, para tal, terras para a construção de seu convento.<sup>46</sup>

Segundo Maximiano Lopes Machado, o trabalho dos franciscanos junto a estas aldeias começou a causar desconforto aos jesuítas, que logo trataram de proibir seus aldeados de se comunicarem com os que estavam sob a tutela dos franciscanos. Como os seus não atenderam a estas ordens, sofreram ameaças e castigos, a ponto de começarem a pedir para serem doutrinados pelos franciscanos, que, de princípio, os rejeitaram para evitar mais conflitos.<sup>47</sup> Diante dessa situação, os jesuítas foram se queixar ao capitão-mor de Olinda, uma vez que essas ordens faziam parte da mesma jurisdição. Os jesuítas acusaram os franciscanos de estarem dispersando suas aldeias, levando os indígenas a duvidarem de sua doutrina, além de dizer que:

[...] antes de chegarem, tudo ia bem, eram venerados pelos cathecumenos, respeitados pelo governo e pelos moradores; mas logo que se estabeleceram, tudo havia mudado. Os índios já não os atendiam e o governo não os considerava. (Machado, 1977, p. 116)

O assunto chegou a ser levado ao Rei pelo então governador Frutuoso Barbosa, mas esse conflito se prolongou até o ano de 1592, ficando a cargo do novo governador da capitania da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, que resolveu a questão transferindo a aldeia de Piragibe para uma região chamada Iguaraguai. Descontentes, os jesuítas se negaram a atender essa aldeia, a ponto de, em 1593,

<sup>46</sup> Citação extraída MAIA, D. S; SÁ, N. L. A. R. A festa na cidade no século XIX e início do século XX: Lembranças e memórias da cidade da Parahyba Brasil. In: **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**. V. 2, N. 4 ago/2008. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4725>. Acesso em 06-Nov-2011.

<sup>47</sup> Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em 13-Jul-2012.

chegar a Ordem Régia, em resposta à petição de Frutuoso Barbosa, expulsando-os da capitania. Compreendemos que a transferência da aldeia de Piragibe foi também uma estratégia para favorecer um dos mais importantes moradores da cidade de Felipéia de Nossa Senhora das Neves, Duarte Gomes da Silveira, pois havia instalado um engenho na nova aldeia. Na verdade, o papel que caberia aos indígenas na sociedade colonial foi o real motivo do conflito entre religiosos e colonos.<sup>48</sup> O cônego Florentino Barbosa analisa essa expulsão da seguinte forma:

A desavença entre os jesuítas e os franciscanos foi mais um pretexto do que uma causa da expulsão daqueles padres. A verdadeira causa está na defesa da liberdade dos indígenas. De fato: em todas as missões da América, os jesuítas assentaram a liberdade dos índios como um princípio que deveria ser defendido a todo custo. Aqui, na Paraíba, como em toda parte, surgiram aventureiros ambiciosos que se esforçavam por escravizá-los. A tal ganância opuzeram-se tenazmente os padres da Companhia. Semelhante reação provocou o ódio dos ambiciosos que começaram logo a criar uma série de embaraços de toda sorte, até encontraram aquela oportunidade para lançá-los fora da catequese da Paraíba (BARBOSA, 1994 p.140).

Diante do exposto, fica evidente que a versão de Maximiniano Machado se choca com a versão de Barbosa e revela a disputa pelo controle da mão de obra indígena, o real interesse dos conquistadores. Nesse primeiro momento da colonização, a administração das aldeias ficou a cargo dos jesuítas que, pelas circunstâncias e por sua vivência com os indígenas, tinham extrema confiança, o que não ocorria com os colonos. Nos Capítulos de História Colonial, Capistrano de Abreu descreve, de maneira geral, a rotina dos indígenas aldeados sob a jurisdição dos jesuítas:

Ensinam-lhes os padres todos os dias pela manhã a doutrina, esta geral, e lhes dizem missa, para os que a quiserem ouvir antes de irem para suas roças; depois disso, ficam os meninos na escola, onde aprendem a ler e escrever, contar e outros bons costumes, pertencentes à polícia cristã; à tarde, tem outra doutrina particular a gente que toma o Santíssimo Sacramento. Cada dia vão os padres visitar os enfermos com alguns índios deputados para isso; e se têm algumas necessidades particulares, lhes acodem a elas; sempre lhes ministram os sacramentos necessários... O castigo que os índios têm é dado por seus meirinhos, feitos pelos governadores, e não há mais que, quando fazem alguns delitos, o meirinho os manda meter em um tronco um dia ou dois, como ele quer; não tem correntes nem outros ferros da justiça... Os padres incitam sempre os índios que façam suas roças e mais mantimentos, para que, se for necessário,

---

<sup>48</sup> Para esta descrição o autor não citou suas referências, apenas informa que foi a crônica da época, que imagino ser de 1859. Quanto à decoração que o Paço recebeu, encontra-se detalhadamente descrita (Ver Almeida (1982, p. 74-78)).

ajudem com eles os portugueses por seu resgate, como é verdade que muitos portugueses comem das aldeias, por onde se pode dizer que os padres da Companhia são pais dos índios, assim das almas como dos corpos.

Nessa realidade, presente em várias capitâncias, os colonos se viram obrigados a negociar a mão de obra indígena com os jesuítas, o que logo os levou a pedir que o trabalho dos indígenas não fosse mais considerado livre e, sim, escravo. Os jesuítas foram os principais opositores dessa proposta dos colonos, pois a missão da catequese tinha, por princípio, o objetivo de criar

[...] uma comunidade de iguais em que os índios seriam incorporados ao universo do cristianismo. Considerados seres a serem salvos, através da conversão, os índios não poderiam ser ‘coisa’, não poderiam ser escravos. (Gonçalves, 2007, p. 119)

Gonçalves ainda observou que a acusação dos colonos aos jesuítas se baseava também no fato de que eles poderiam “explorar os índios em proveito próprio, sem os custos que eram impostos aos outros produtores” (Gonçalves, 2007, p. 119). Os embaraços da citação de Barbosa acima podem ser observados na transferência da aldeia de Piragibe, realizada pelo capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho, governador da Capitania, para as margens do Rio Inhobim, contra a vontade dos jesuítas. Assim, a recusa em desenvolver trabalho nas novas aldeias, aliada aos desentendimentos com os franciscanos, levou à primeira expulsão dos inacianos da Capitania da Paraíba em 1593.

A catequese foi a maior incumbência dada aos jesuítas, estando, dessa forma, o trabalho concentrado nos aldeamentos. A relação destes com a cidade provavelmente dizia respeito ao sentido dos possíveis usos dados ao terreiro fronteiro à sua igreja, o que explicaria, em parte, a sua localização no extremo sul da cidade. O crescimento desta dependia de outras questões, de ordem econômica ou social, e, nesse período, a demanda por uma expansão urbana da cidade inexistia, pois a mesma se adequa ao número reduzido de colonos/moradores na capitania.

Sobre a volta dos jesuítas à Paraíba, as narrativas a seguir informam que isso teria ocorrido durante o domínio holandês. Contudo, Machado (1977, p. 130) afirma que, já em 1603, “os jesuítas se foram chegando”, e o afirma apoiado na referência que se faz a estes na *Relançam annual das couças* que fazem os padres da

Companhia de Jesus na India Oriental e no Brazil, escrita pelo Padre Fernão Guerreiro em 1606.<sup>49</sup>

Esta aproximação também pode ser observada seis anos depois da primeira expulsão, em 1593, ou seja, em 1605. De acordo com Barbosa (1994, p. 140), o Padre Francisco Pinto declarou a necessidade da reabertura, com maiores proporções, da casa dos jesuítas na Paraíba. Embora se faça referência aos anos citados acima, registros concretos dessa volta da ordem à Capitania existentes na documentação só aparecem oitenta anos depois da primeira expulsão. Contudo, Machado (1977, p. 295) faz referência à presença de jesuítas na Paraíba durante o domínio holandês, quando afirma que:

Antes da invasão hollandeza existiam seis aldeias com mil e seiscentas almas, segundo declarou o jesuíta padre Manuel Moraes aos inimigos invasores, a quem se submeteu de boa vontade e se fez com ele protestante [...]. Depois, os aldeamentos multiplicaram-se e se estabeleceram por toda a província, sendo confiados exclusivamente aos missionários, que eram administradores e curas d'almas ao mesmo tempo. (Destques meus)

Ou seja, o jesuíta Manuel Morais se colocou à disposição dos holandeses.

Pode-se afirmar, contudo, que o retorno dos jesuítas à Paraíba se deu de forma lenta e marcada por muitos pedidos à Coroa, tal como verificou Moura Filha (2005, p. 372-376) quando traça o percurso dessa volta. Assim, em 1679, chegaram à Paraíba dois jesuítas enviados em missão pelo padre Provincial do Brasil, Antônio de Viveiros. A mesma coisa fez seu sucessor, o Padre Antônio de Oliveira, em 1682, e a esses se somaram mais dois religiosos, que chegaram para verificar se haveria condições para a fundação de uma casa. Conforme transcrição realizada por esta autora (2005, p. 372) de um requerimento dos jesuítas ao Rei D. João V, foram estes morar:

<sup>49</sup> Por este motivo, a Igreja passou a se chamar Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. A devoção dos militares a esta representação da Santa Maria é comum no Brasil. Um exemplo próximo vem do Recife, quando se criou a irmandade e se iniciou a construção da sua Igreja em 1722. Sobre esse assunto, ver (Melo, 1970). Da Paraíba, sabe-se pouco sobre a Irmandade dos Militares. Na torre da então Igreja funcionou o “telégrafo ótico, onde, num mastro de ferro, anunciam-se, por meio de bandeiras, os navios que então demandavam o nosso porto.” Essa função da comunicação que partia da área do Jardim era, portanto, vista de quase toda a cidade. Este serviço foi extinto em 1897, devido à cobrança feita pela Irmandade da Conceição da “importância de 700 mil-reis, por quanto teriam sido avaliados os respectivos reparos e caiação da torre maltratada pelos empregados do tal telégrafo” (Rodriguez, 1962, p. 8). Do mastro dessa torre também subiu o “balãozinho esférico, de cor vermelha, que assinalava, aos habitantes da velha cidade, a hora do meio-dia.” O autor não informa a data, contudo diz que ocorreu no período do “antigo Melhoramento do Pôrto.”

primeiro em huas cazas de sobrado na Rua Nova que os mesmos religiozos fabricarão com ajuda do povo treze annos, despois escolherão sitio para fundarem hum hospicio, ou caza religioza no lugar chamado Boa Vista junto a hua ermida do gloriozo São Gonsalo, que, como foi a primeira igreja que houve nesta terra estava tão aruinada que quazi estava cahindo.<sup>50</sup>

A população abastada, vale salientar, foi a maior patrocinadora deste retorno dos inacianos, pois estava preocupada com a educação dos seus filhos. Nos apelos realizados ao Conselho Ultramarino, alegavam até que a presença deles iria também possibilitar a assistência aos gentios e escravos devido à falta de missionários. Vale frisar que os franciscanos estavam com essa incumbência após a expulsão dos jesuítas. Assim, de 1685 até o final da década de 1720, cinco religiosos residiram na Paraíba, dividindo as tarefas: "um superior, um pregador, um mestre de latim, um mestre de ler e escrever e um irmão que tratava da casa."<sup>51</sup> Conforme a narrativa de Serafim Leite (1965, p. 245), a casa foi fundada provavelmente entre 1681 e 1684 pelo Padre Antonio de Oliveira. Os poucos inacianos foram sustentados basicamente pelas esmolas da dita população, as quais garantiam, além do sustento, o prosseguimento das obras da casa em construção.

Assim, em 1728, os religiosos encaminharam requerimento ao Rei D. João V, solicitando que a casa e residência da Paraíba fossem transformadas em colégio, bem como solicitaram provisão para a construção de uma nova igreja, que ficasse sob a proteção real, pois estava "já muito velha, e quazi de todo aruinada a antiga de São Gonçalho."<sup>52</sup> A resposta chegou dois anos depois, uma vez que os requerimentos precisavam ser averiguados antes de serem atendidos. A ordem de 1730, conforme transcrição de Moura Filha, o Conselho Ultramarino, deliberou:

---

<sup>50</sup> Atestado publicado às páginas. 55-57 da obra **Memórias Contendo a Biographia do Vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres**. A História dos governadores e capitaens generaes de Angola, desde 1575 até 1825 e a Descrição Geographica e Política dos Reinos de Angola e de Benguela oferecidas a S. M. Fma. O senhor D. João VI, por J. C. Feo Cardozo de Castellobranco e Torres. Pariz, Livreiro Fantin. 1825. Disponível em Livros Google <http://books.google.com.br> acesso em 15-Ago-2012.

<sup>51</sup> AHU\_CU\_014, Cx. 41, Doc 2868 ; AHU\_CU\_014, Cx. 42, D. 2952; AHU\_CU\_014, Cx. 42, D. 3000. Tais pedidos não foram atendidos e Mota Fêo ficou no governo da Paraíba até 1805.

<sup>52</sup> MELO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 3. ed. Recife:Fundaj/Massangana, 1987. Esta é considerada a mais completa obra sobre os holandeses no Brasil, pois aborda diversos aspectos da política aqui implantada.

que aquella rezidencia possa passar a ser collegio em que assistão dez ou doze relligiozos, e lhes mande consignar nas rendas dos dízimos daquelle capitania duzentas arrobas de assucar branco todos os annos com obrigação de terem mestres de ler, escrever e contar, e tambem de latim e moral para ensinarem os filhos daquelles moradores, com declaração que não vencerão esta ordinaria sem terem os ditos mestres.<sup>53</sup>

O que se evidencia é que os jesuítas se dedicaram à tão sonhada educação e agradavam cada vez mais à população, que não cessava de dar esmolas. Assim, em 1744, os oficiais da Câmara da Paraíba encaminharam pedido para que se constrísse um anexo à Igreja de São Gonçalo, que havia sido reconstruída com as ditas esmolas, para acolher jovens de fora da cidade que vinham estudar em seu colégio. Pediam também “alguns ornamentos para a sua igreja por estarem faltos delles e hum sino.”<sup>54</sup>

Em 1745, chegou à Paraíba o padre jesuítico Gabriel Malagrida, considerado o fundador do Seminário Jesuítico, construído em terreno anexo à Igreja de São Gonçalo, cedido pelo Senado da Câmara. A licença para a construção do Seminário foi oficializada em 1746, por D. João V, com a ressalva de que as despesas ficassesem a cargo dos moradores e não da Fazenda Real, ou seja, por conta das propinas dos pais dos seminaristas que os jesuítas deveriam começar a receber (Moura Filha, 2005, p. 375).

Mas, de acordo com Machado, foi em março de 1751 que Malagrida conseguiu alvará de autorização do Bispo para fundar o Seminário dos Jesuítas (Machado, 1977, p. 436). Sobre um fato, porém, parece não restar dúvidas: continuaram a ser as esmolas da população as maiores patrocinadoras da obra dos jesuítas, tal como a doação de Manoel Antônio Lima e sua mulher Luísa do Espírito Santo, no valor de trinta mil cruzados; contudo, colocaram a condição de que.<sup>55</sup>

<sup>53</sup> Vale a pena frisar que o Passeio Público do Rio de Janeiro, viveu momentos de abandono, passou por várias reformas, e a freqüência de seus usuários também foi marcada por altos e baixos. Além do livro de Segawa, já citado, ver MACEDO, Joaquim Manuel de, **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005

<sup>54</sup> Transcrição do documento A.H.U. - ACL\_CU\_014, Cx. 29, Doc. 2144. (DOC. 171)

<sup>55</sup> A partir de 1889, esse processo se intensifica. Teixeira (2009, p. 312-343) usou os seguintes critérios para análise desse processo de secularização, entre 1889 e 1864:1- A inserção dos valores republicanos (nos quais os logradouros públicos tiveram seus nomes modificados e mobiliários urbanos sem conotação religiosa foram inseridos na cidade); 2 - A evolução das edificações e a influência de estilos arquitetônicos (quando as igrejas foram perdendo sua importância no espaço urbano e as novas igrejas passaram a ocupar um lugar secundário); 3 - A regularidade dos espaços urbanos e a melhoria da infraestrutura (quando as operações urbanas de abertura de avenidas e construção de novas praças se realizaram em planos de expansão); 4 - O controle dos espaços públicos e a valorização dos profissionais do espaço urbano (iniciados com as posturas municipais e o aumento de profissionais ligados ao espaço urbano).

[...] vinte e quatro mil, fossem aplicada a subsistência dos padres, com obrigação de ensinarem philosophia, latim e primeiras letras, quatro mil cruzados para auxilio de obras da egreja e paramentos, dedusindo-se da renda desta quantia vinte e cinco mil réis para a **festa do S. S. Nome de Jesus**; e dos dois mil cruzados restantes dar-se do seu rendimento uma por semana aos pobres. (Machado, 1977. p 480)

Porém, pouco tempo restou aos Jesuítas. Em 1759, foi expedido o alvará da expulsão de Portugal e de todo império ultramarino, feito pelo Marquês de Pombal, após um longo processo de deliberações que, como falamos anteriormente, não será aqui analisado em profundidade.<sup>56</sup> O Marquês de Pombal ocupou o cargo de secretário do Reino e iniciou uma série de medidas reformadoras no campo administrativo, econômico e social, imbuídas pelos ideais de um novo projeto de sociedade. A Igreja Católica, nesse contexto, foi perdendo força...

[...] na medida em que os altos representantes do Estado, dentre os quais o Marquês de Pombal é a figura mais emblemática, estavam impregnados de novas ideias associadas ao século das Luzes, que são, por natureza, contrárias a alguns dogmas ou interesses da Igreja (Teixeira, 2009, p. 51).

Dentre essas medidas, uma das que mais enfraqueceu os jesuítas em sua área de influência foi a publicação do regulamento que ficou conhecido como o Diretório dos Índios, aprovado pelo Alvará Régio em 17 de agosto de 1758. Esse diretório substituiu o Regulamento de Vieira e o Regimento das Missões (Teixeira, 2009, p. 112); ou seja, o Diretório deu a alforria aos indígenas, libertando-os do controle dos religiosos.<sup>57</sup> Após sua expulsão, ocorreu o sequestro dos bens dos

<sup>56</sup> Relatório do Presidente da Província de 12 de junho de 1879. No capítulo sobre as secas, informa ainda que alguns dos flagelados foram utilizados como trabalhadores nessas obras. Esta parece ter sido uma prática comum desde 1846, a partir de determinação do Governo Imperial, tal como consta em carta enviada em resposta ao Presidente da Província, que diz: “Tendo presente a sua majestade, o Imperador, que, em consequência da horrível seca pela qual tem passado essa província, se acham aglomerados na capital e em outras povoações dela muitos habitantes do campo sem meio algum de subsistência, por falta de trabalho em que possam proveitosamente empregar-se e para prevenir os efeitos de contraírem tais indivíduos o hábito de viver em perfeita ociosidade à custa dos socorros públicos que até aqui lhes têm sido ministrados e que se continuem enquanto durar a calamidade que, infelizmente, paira sobre a província, passe Vossa Excelência a organizar, dentre eles e de outras pessoas a quem falte ocupação, uma companhia de trabalhadores que se empreguem na abertura de estradas e em quaisquer outras obras públicas gerais de que esta província tenha mais necessidade, ficando Vossa Excelência na inteligência de que, logo que se dê começo às mencionadas obras públicas, deverá suspender todos os socorros públicos aos indivíduos que forem alistados para nelas trabalhar.” Palácio do RJ em 18 de setembro de 1846 (AP, 1846). Documento citado por Silva (2007, p. 106-107).

<sup>57</sup> Silva (2010, p. 24) apresenta uma síntese dos significados do vocábulo jardim, em diversas línguas. Assim, o termo “gan” vem do hebraico e significa defender ou proteger com vala ou cerca. Dessa raiz, também surgiram gardin, garten do alemão, o garden inglês no qual o gar significa cercado.

inacianos em todas as capitâncias nas quais estavam presentes; bens esses que foram posteriormente leiloados.<sup>58</sup> O principal bem dos jesuítas na Capitania da Paraíba era o convento que media:

[...] 328 palmos de frente sobre quasi outros tantos de fundo, com bela egreja no centro, onde os altos relevos do cornijamento e frontespicio chamam atenção pelo gosto e bem acabado da obra. O edifício esta collocado no melhor local da cidade, voltado para leste e para **um grande terreiro, que compraram aos donos do solo para ter o edifício desoprimido e ventilado** (Machado, 1977 p. 480). (Destaque meus)

Por ocasião do leilão, o Convento foi avaliado em 12.000\$000 e ficou com a Fazenda Pública. Segundo Machado (1977, p. 480-481), a descrição dos bens dos jesuítas da Paraíba incluía várias fazendas doadas à Ordem com gado, cavalos e escravos localizados em Mamanguape, Piancó, Cariri Velho e Itabaiana. Na Cidade da Paraíba, a Ordem possuía “os sítios: Jaguaribe, Lagôa e Trincheiras [...]. Duas moradas de casa de pedra e cal, na rua Direita, duas na de S. Gonçalo, duas na do Collegio, outra na rua Nova e um terreno na de S. Gonçalo” (Machado, 1977 p. 481).<sup>59</sup>

Assim, entre 1603 e a expulsão definitiva em 1759, é possível perceber que foi a demanda por educação que possibilitou o retorno dos jesuítas à Paraíba. Desse modo, foram dois momentos que marcaram a presença dos jesuítas na Paraíba. No primeiro, os jesuítas foram agentes importantes na consolidação do domínio da Capitania e no desenvolvimento do projeto colonial, realizando a catequese e estabelecendo aldeamentos indígenas. Já no segundo momento, para suprir a carência de educação, naturalmente, dos filhos da elite local que crescia e vivia na cidade. Assim, o exposto até o momento nos dá conta da relação que este conjunto edificado mantinha com a cidade, na perspectiva de seu uso e função como espaço da prática religiosa e educativa.

---

Assim, a construção de um muro ao redor desse espaço para transformá-lo em Jardim Público remete perfeitamente à relação havida com o sentido etimológico da palavra

<sup>58</sup> BECHARA FILHO, G. **O jardim público**. O Norte, João Pessoa. 08-fev-1987.

<sup>59</sup> A Rua Duque de Caxias, como já mencionado, resultou da junção das ruas Direita, da Baixa e de São Gonçalo. Quanto a uma data precisa e oficial para essa nova denominação, não encontrei registros até o encerramento de minha pesquisa. Contudo, baseada em notícia do Jornal da Paraíba de 07 de maio de 1881, Azevedo (2010, p. 50) considerou que este foi o ano da mudança oficial desse nome. Contudo, destacou que o nome Rua Direita se fez presente nas notícias dos jornais até 1930. Ou seja, foi comum o uso das duas denominações, tal como verifiquei no Jornal A União de 22 de junho de 1895, que apresenta anúncios na mesma página de venda de chácara na Rua Direita nº 25 e de vendas de fogos na Rua Duque de Caxias, nº 37.

## 2.4 Os usos do terreiro de Jesus

Seguindo o pensamento de Teixeira (2009, p. 29), compreendemos que o período abordado revela a sacralidade da cidade, vista como Cidade de Deus. Nesse contexto, a Igreja se encontrava ligada ao Estado e assumia uma importância fundamental na vida da sociedade. A instituição apontava as doutrinas, indicava os caminhos da fé e regulava o cotidiano da cidade e dos fieis pelos toques dos sinos. Além disso, a Igreja se fazia presente na organização e ordenação do espaço urbano, no uso, na forma e na função urbanas.<sup>60</sup>

Assim, a relação do terreiro com a cidade, na perspectiva do seu uso, pode ser verificada por analogia ao que aconteceu em espaços abertos situados diante das Igrejas e dos Colégios Jesuíticos de núcleos urbanos de outras capitâncias. Ao estudar sobre os usos do espaço urbano, o citado autor nos lembra que “do ponto de vista do uso, o espaço urbano em si não é nem ‘sagrado’ nem ‘profano’. É o uso que se faz ao longo do tempo que lhe confere um ou outro sentido” (Teixeira, 2009, p. 34). Os rituais, celebrações, procissões e missas eram as formas mais comuns de manifestações religiosas e, nelas, o Estado também se fazia presente. Os oficiais da câmara e outras autoridades ocupavam lugar de prestígio, como, por exemplo, nas procissões de Corpus Christi e das padroeiras, e nas demais festas do calendário cristão, como Natal e Páscoa. Também havia a significação religiosa nos eventos políticos, tais como capitães-mores sendo empossados no interior das Igrejas Matrizes; as ações de bênçãos aos governos e, por ocasião dos eventos patrióticos e cívicos, a missa, o Te Deum e as bênçãos públicas do sacramento eram obrigatórias (Teixeira, 2009, p. 35-77). Assim, o uso religioso do espaço urbano era mediado pela Igreja Católica, com as procissões e demais manifestações obrigatórias.

Na Paraíba, o terreiro pode ter sido usado como espaço para a realização das festividades religiosas jesuíticas, a exemplo da festa do Santíssimo Nome de Jesus,

---

<sup>60</sup> Apenas para destacar, pois não cabe aqui historiar a criação da Secretaria de Obras Públicas, sabe-se que essa era uma preocupação de longa data. Silva O presidente Francisco Xavier Monteiro da França, por meio de decreto em 20 de abril de 1840 criou pela primeira vez essa repartição, mas o que se observou foi que esse decreto ficou desconhecido dos presidentes posteriores, que voltaram a falar nesse assunto. Ver esta discussão em: SILVA, Ligia Maria T. da. **Parahiba, uma cidade esquecida no Império do Brasil** (1822-1859). 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

mencionada na doação de Manoel Antonio Lima e Luísa do Espírito Santo, citada anteriormente. Além dessas, também eram realizadas celebrações de caráter comemorativo, tais como inaugurações e ações de graças por vitórias do reino, bem como para rogar pela saúde de monarcas e até protestar contra ações políticas. Conforme a documentação referente à Paraíba, constante no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, nesta Capitania os religiosos da Companhia de Jesus realizavam a Procissão de Nossa Senhora e a Festa de São Francisco de Borja. Esta última foi instituída por um decreto régio de D. José e deveria ser realizada no Reino e nos domínios ultramarinos, em agradecimento por tê-lo mantido ileso, assim como toda a família real, no terremoto de 1755 (Moura Filha, 2005, p. 406).<sup>61</sup>

Embora não tenha encontrado registros concretos a respeito, os jesuítas devem ter, também, realizado a festa do seu orago, São Gonçalo. Segundo Cavalcanti (1972, p. 48), “as promessas, as orações, as advinhas faziam-nas com intercessão de São Gonçalo, o santo casamenteiro na época da independência”. No entanto, não há como afirmar, diante da escassez de documentos, se o orago da Igreja Jesuítica da Paraíba foi o São Gonçalo do Amarante ou o São Gonçalo Garcia. Ambos foram cultuados em terras brasileiras e festejados com danças, tal como se tem registro da “arrebatadora” festa para São Gonçalo do Amarante, em Salvador (BA), em 1717, e da “pomposa” festa para São Gonçalo Garcia, na cidade de Recife (PE), em 1745 (Otávio, 2004, p. 63).

Vale registrar que algumas dessas festas foram “censuradas”, passando por reprovações de autoridades religiosas. No Rio Grande do Norte, onde as festas de alguns santos realizadas pela Irmandade do Rosário dos Pretos foram consideradas imorais pelo arcebispo Dom Thomas da Encarnação, que escreveu uma carta pastoral contra as mesmas em 1777. Assim como também o Conde de Sabugosa, que, na Bahia, proibiu a festa realizada por homens brancos, mulheres e meninos negros, com violas, pandeiros e adufes, por achar que, nas mesmas, havia mais superstições do que louvores ao santo (Cascudo, 2001, p. 264).<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> Destaco também, nessa imagem, o ponto J que é a Igreja da Mêrces e o ponto 40, seu Pátio. Assim como o ponto 42, que é o Pátio do Palácio, pois são espaços que completam a paisagem urbana no entorno do Largo do Palácio.

<sup>62</sup> No caso das novas construções, no que diz respeito aos estilos arquitetônicos, tal como observou Aires (2012, p. 195) “até ao menos 1916, prevalecia o estilo colonial.” (...) com o tempo, outros estilos foram utilizados: “o neobarroco da fachada do Palácio da Redenção; o classicismo acadêmico do grupo escolar Tomás Mindello, do prédio da Imprensa Oficial e da Prefeitura Municipal; o neocolonial do Palácio das Secretarias e do Liceu paraibano; e o art decó do Paraíba Hotel e do quartel da Polícia.

No caso da Paraíba, infelizmente, a documentação existente sobre os Jesuítas, não nos permite afirmar que o espaço do terreiro fosse utilizado para danças de São Gonçalo, apesar da aproximação com a Igreja do Rosário dos Pretos<sup>63</sup>. Contudo, sabemos que a utilização das artes no trabalho de catequização integrava a prática dos religiosos da Companhia de Jesus, assim como ocorria em outras regiões, a exemplo dos campos da Vila de São Paulo de Piratininga. Por exemplo, de acordo com Iris Kantor,

As pregações eram realizadas com música, bailado e procissão. Nos colégios era comum o repique dos sinos, fogos de artifício, cavalhadas, teatro, atos públicos dos seminaristas, sermões, confissões e missa cantada. As procissões eram feitas com grande empenho cênico, aproximando-se das romarias portuguesas pelo aparato externo e exibição luxuosa. (Kantor, 2008, p. 167)

Considerando esse contexto, há probabilidade de que as festas religiosas dos inacianos na Paraíba contassem também com algumas encenações realizadas nas aldeias e possivelmente no terreiro fronteiro à sua Capela. Nas descrições dos autos realizados em outras capitâncias, os espaços abertos situados à frente das igrejas também foram utilizados como cenário para tais manifestações (Kassab, 2010, p. 202 e p. 221-223). Os inacianos desenvolveram uma forma de comunicação eficaz com os indígenas, por meio do teatro jesuítico.<sup>64</sup>

<sup>63</sup> A discussão sobre a modernização das cidades é tema consagrado na historiografia urbana e, por isso, facilmente encontrado em publicações e em diversos estudos acadêmicos. Estas pesquisas realizaram ricos panoramas históricos sobre essas reformas, iniciando geralmente com as influências das reformas europeias, sendo a mais referenciada a que foi realizada por Georges Eugène Haussmann para Paris, entre 1853 e 1870. Depois, remetem ao Brasil, à do Rio de Janeiro, capital da República, com as reformas de Pereira Passos e seus sucessores, no início do século XX, até chegar às demais cidades brasileiras. As principais obras que se destacam nessas reformas são a abertura de praças, ruas e grandes avenidas que modificaram radicalmente o espaço urbano dessas cidades, as quais visavam atender também às necessidades impostas pelos novos meios de transporte. Alinhados ao progresso científico das ciências da saúde, adotaram-se os princípios do sanitarismo para o urbanismo; assim, as cirurgias urbanas criavam lugares salubres para novos padrões de comportamento moderno. Da vasta bibliografia existente sobre o tema do urbanismo sanitário e da modernização das cidades brasileiras, que, por sua vez, foram utilizadas na síntese aqui exposta, ver: GOMES, Marco Aurélio F; FERNANDES, Ana. **Cidade e História:** modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador, UFBA, 1992; MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança. In: SEVCENKO (org.). **História da Vida Privada no Brasil.** República da *Belle Époque* e a era do Rádio. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 3, 1998; MOURA FILHA, M. B. **O Cenário da Vida Urbana:** a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX. João Pessoa: Editora UFPB, 2000.

<sup>64</sup> Dentre vários elementos, para cada tipo de jardim verificado por esta autora, destaco alguns. Para o Jardim Romântico traçado sinuoso definido por canteiros, arborização esparsa, palmeiras imperiais, coretos, gradis, esculturas, lagos e chafariz. Para o Jardim Salubre, traçado axial definido por canteiros, e os traçado curvos definido por lagos, presença maior de componentes aquáticos, tais como aquário entre outros, arborização densa, palmeiras imperiais, coreto, colunas, jarros e esculturas. E, para o Jardim Moderno, traçado em volta de lagos, fontes ou canteiro central

Em seus autos teatrais, por exemplo, o Padre Anchieta aproveitou-se das cantigas indígenas para compor os hinos e cânticos que eram usados nas festas e procissões. Conforme analisou Yara Kassab, a habilidade na escrita de autos foi adquirida por Anchieta e outros jesuítas durante os estudos que realizaram na Universidade de Coimbra, oportunidade em que tiveram contato com as obras de Gil Vicente.

Heranças como a estética, as diferentes línguas utilizadas nas encenações, a construção de rimas fáceis, a sonoridade das falas, a aproximação com o público, a composição das personagens — como a presença obrigatória do diabo e do anjo, a personificação do medo, da morte, da igreja e da fé — entre outras, vieram das obras vicentinas diretamente para os autos do jesuítico Anchieta (Kassab, 2010, p. 186).

Kassab ainda nos diz que, dentre as atividades realizadas nas embarcações para “acalmar os ânimos e desenvolver o bom entrosamento entre todos os tripulantes”, os festejos religiosos buscavam a “proteção das intempéries do mar”, mas também os autos jesuíticos foram “estratégicas lúdicas com finalidades pedagógicas, objetivando a moral e os bons costumes da Igreja Católica” (Kassab, 2010, p. 188). Na Bahia, tão logo Anchieta teve contato com os indígenas e com a língua tupi, o padre Manoel da Nóbrega passou a solicitar-lhe a escrita de diversos autos, nos quais associou vários elementos da cultura indígena (Kassab, 2010, p. 195).

Dos autos, diálogos, éclogas pastoris, tragicomédias, espetáculos e peças “desembarcados” no Brasil, apresentados por Kassab<sup>65</sup>, não há referências a apresentações realizadas na Paraíba. Tal como demonstra Cascudo (2001, p. 537), a primeira celebração realizada pelos jesuítas com esplendor no Brasil ocorreu em Salvador, na procissão de Corpus Christi. Relatada pelo padre Manoel da Nóbrega

emoldurados por passeios delimitados por cortina de vegetação, e presença de ajardinamentos internos diferenciados por temas, componentes aquáticos. Não se observa neste último a presença de coreto (Silva, 2007, p.178),

<sup>65</sup> Álvaro Lopes Machado, dominou a política da Paraíba por vinte anos, através da chefia do Partido Conservador, criado por ele; foi o período do Alvarismo como ficou caracterizado na historiografia paraibana. A oligarquia de Álvaro Lopes Machado iniciou quando ele recebeu o governo do Estado por determinação do Marechal Floriano Peixoto, em 1892. Os cargos políticos que assumiu oscilaram ao sabor das suas intenções políticas. Assim, para garantir a sobrevivência de sua máquina política, ora assumia o cargo de Presidente do Estado da Paraíba, ora de Senador da República, quando lhe convinha. Sua atuação como chefe político definia as indicações e eleições dos deputados e presidentes do estado, restando poucas cadeiras à sua incansável oposição lideradas por Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa. Sobre esse assunto consultar: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Gangorra do Poder (Paraíba 1889/1930)**. João Pessoa: Editora Universitária, 1989.

em carta enviada à Companhia de Jesus em Roma no ano de 1549, na qual descrevia esta procissão e a procissão do Dia do Anjo, realizadas com trombetas e cânticos.

Assim, sendo práticas comuns dos religiosos da Companhia de Jesus, mesmo que não tenhamos registro de autos teatrais sendo “esplendorosamente” realizados na Paraíba, acreditamos que algumas festividades religiosas contaram com esses elementos, sendo realizadas no terreiro da Igreja, embora o local apropriado para tais práticas fosse a praça central das aldeias. Se geralmente o trabalho de catequese jesuítica se concentrava nas igrejas das aldeias, a da cidade existia para atender também a seus moradores. Assim, quanto às celebrações festivas realizadas para os colonos, é possível que estas acontecessem no terreiro. Não podemos afirmar, para o caso da Paraíba, mas possivelmente estas tenham extrapolado os limites das aldeias e tenha sido realizada alguma encenação, com a participação de indígenas, para os moradores e autoridades da cidade.

## **2.5 A residência dos governadores e a consolidação do largo do palácio**

Após a expulsão dos jesuítas, o Seminário passou a servir de morada dos governadores, e esta presença atribuiu ao terreiro novos usos, agora na perspectiva do Estado. Ou seja, iniciou-se uma fase de secularização do uso deste espaço, como veremos. Acreditamos que a permissão para que a Casa do Colégio passasse a ser a residência do governador foi a solução para os diversos pedidos de construção de uma nova casa para os Capitães-Mores, realizados em anos anteriores, sendo o primeiro possivelmente manifestado por Francisco Pedro de Mendonça Gorjão em 1733 (Moura Filha, 2005, p. 396). Jerônimo José de Melo e Castro, em 1768, também solicitou a construção de uma sede, pedido negado pelo Conselho Ultramarino. As tramitações desses pedidos culminaram, então, com a transformação do Seminário Jesuítico em morada para os governadores, em 1772.<sup>66</sup>

Assim, o primeiro governador a estabelecer morada no Seminário Jesuítico foi Jerônimo José de Melo e Castro, que governou a Capitania de 1764 até seu falecimento, em 13 de maio de 1797, ou seja, durante quase todo o período da

---

<sup>66</sup> Transcrito por ARAÚJO; Edna Maria N; MENESSES, Joedna Reis de. **Tessituras da modernidade.** in ABRANTES, A. SANTOS NETO, Martinho G. dos. Outras Histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930). João Pessoa. Editora Universitária. 2010.(p.30)

anexação a Pernambuco (1755-1799). Sempre insatisfeito com as condições físicas da edificação, o governador procurou, de todas as formas, convencer o Conselho Ultramarino da necessidade de uma nova morada em 1782, indicando que a mesma fosse construída no Largo da Câmara, tal como fica evidente no documento transscrito por Moura Filha<sup>67</sup>:

Na praça desta cidade a que chamão dos quatro cantos ao lado esquierdo do Erario, se achão huns chãos, ainda sem caças, somente com hua de pouca entidade, com area para a mesma praça, e com terreno muito sufficiente para se poder levantar nelle hu Palacio para rezidencia dos Governadores, quando Sua Magestade se digne attender á necessidade que ha delle, assim como binigna, e liberalmente foi servida attender ás mais obras publicas, pela despeza de sua Real Fazenda, cujo terreno e área indica a planta junta. Sem embargo, que na frente da Matris se conservão ainda os chãos, em que antigamente foi palácio, he de mais utelidade a sua edificação no terreno que mostra a mesma planta, porque alem de aformuziar com sua prespectiva a praça ficando rodeada do Erario pela parte do norte, pelo poente com a Caza da Companhia, pelo sul com o asougue, e pelo nascente com a cadea, obras estas novamente construidas, ficando deste modo o palacio ao lado esquierdo do Erario, nos chãos indicados, provem á Real Fazenda maior utelidade por que com a proxima assistencia dos Governadores em quem como principaes fiscaes se conserva puro o desenteresse, e zello da Real Fazenda, ao Erario, para onde se pode fazer interior passagem, cessarão tantos descaminhos e prejuizos que agora se experimentão em alguns de seus fiscaes, observando as oras que o Escrivão e Escreventes que nelles se ocupão, entrão e sahem de seus exercissios, e o modo como cada hú dos mais officiaes cumpre com suas obrigaçõens e mais deveres, o que tão facilmente se não pode observar em outro lugar, por ficar em distancia delle. Todas estas, e outras muitas utelidades que provem da sua erecção naquelle lugar, e a comodidade com que se pode fazer o dito palacio, me movem a reprezentar a Vossa Excelencia a necessidade que ha delle, e rogarlhe queira polla na prezença de Sua Magestade de quem espero a providencia preciza sobre o mesmo objecto.) (Melo e Castro *apud* Moura Filha, 2005, p.411-412)<sup>68</sup>

Assim, o Largo do Erário ou da Câmara se converteu em centro do poder neste período e, no entender do governador, seria lá que ele deveria estar instalado. Moura Filha atribuiu o não atendimento do pedido do governador à falta de autonomia da Paraíba, pois, a esse tempo, a mesma encontrava-se anexada a Pernambuco, bem como também ao não interesse da Coroa em realizar gastos com uma nova casa, tal como explicou o Conselho Ultramarino em resposta a esses pedidos. O Seminário dos Jesuítas continuou, dessa forma, sendo sede do Governo,

<sup>67</sup> ARAÚJO; MENESSES, 2010, p. 33, sem referência ao mês.

<sup>68</sup> Friso mais uma vez a questão destes serviços não atenderem inicialmente toda a cidade, mas apenas os moradores mais abastados que foram beneficiados de imediato. Sobre a instalação do esgotamento sanitário na cidade ver Advíncula (2009). Sobre o plano de Saturnino: Sousa e Vidal (2010).

como é até hoje, e mesmo com a expulsão dos jesuítas e com a instalação do governador, o colégio permaneceu funcionando, embora com a falta de professores de latim e gramática.<sup>69</sup>

No novo uso da edificação, o governador Fernando Delgado Freire de Castilho (1797-1802) foi o que mais se incomodou com as instalações do Seminário. Em ofício enviado ao Rei em 02 de novembro de 1798, informando sobre a situação da Capitania, diz:

O Palacio ou casa dos governadores tem o telhado demolido em duas partes, e vai continuando a sua ruína por se achar a cabraria toda podre, assim como o assoalhado, portas e sobre portas do interior, e cinco traves, toda a mais madeira como linha, frexaes e comieiras está bôa porem ficará totalmente arruinada e sem préstimo algum se brevemente não se reparar. (Pinto, 1977 p. 188)

Vemos, assim, que as instalações do Seminário Jesuítico estavam numa precária situação e, devido a isso, o Palácio do Governo passou por muitas reformas. Em outubro de 1810, a cidade recebeu a visita do inglês Henry Koster, que nos legou relatos de suas Viagens ao Nordeste do Brasil, nas quais descreve diversos elementos das cidades que visitou. Contudo, sobre o Palácio do Governo da Paraíba, não faz grandes descrições da estrutura física. Sobre a vista da cidade das janelas do Palácio, diz que:

A paisagem vista das janelas é uma linda visão peculiar ao Brasil. Vastos e verdes bosques, bordados por uma fila de colinas, irrigados pelos vários canais que dividem o rio, com suas casinhas brancas, semeadas nas margens, outras nas elevações, meio ocultas pelas árvores soberbas [...] A parte baixa da cidade é composta de pequenas casas e situada ao lado de uma espaçosa baía ou lago, formada pela junção de três rios, fazendo a descarga de suas águas no mar por um longo canal. (Koster, 2002, p. 131-133)

Sobre o governador da cidade neste período, Antônio Caetano Pereira, Koster diz que ele gostava de fiscalizar as obras públicas e menciona, nesse sentido, a construção de uma fonte. Como ele mesmo disse, não se demorou na Cidade da Paraíba (em 3 de novembro já seguia viagem de Goiana para o Rio Grande) e não conviveu, assim, com a sociedade, mas a estada parece ter sido boa, pois diz não

---

<sup>69</sup> No entorno do Jardim Público, a obra que se refletiu diretamente foi a derrubada da Igreja da Mêrces para a abertura da Praça 1817, contudo esta só foi realizada em 1935, no período posterior ao que está sendo aqui estudado, Sobre a destruição das igrejas, consultar: SILVA, José Flávio. **Progresso e Destrução na Cidade da Paraíba:** cidade dos jardins. Editora Universitária UFPB. João Pessoa. 2009

ter sentido o tempo passar, já que seu anfitrião, “o senhor Joaquim era um homem de inesgotável hilaridade. Vivíamos como por mágica” (Koster, 2002, p. 133).<sup>70</sup>

Servir de morada para os governadores foi, então, uma das destinações dadas à edificação jesuítica, no caso, o Seminário. Quanto ao prédio do colégio, sempre esteve ligado a funções educativas. Em 1836, nele passaria a funcionar o Lyceu Paraibano (Calvalcanti, 1972, p. 37), mantendo neste espaço a presença dos estudantes. Ao que parece, desde a instalação da Capela de São Gonçalo até a expulsão dos jesuítas, o terreiro serviu apenas como um “pedaço de chão”, tal como vimos na definição de Bluteau, que dava acesso à dita capela e deixava o edifício “desoprimido e ventilado”.<sup>71</sup>

Contudo, mesmo com a presença dos governadores no terreiro, o Largo do Erário Régio, onde se localizavam a Câmara, a Cadeia e o Açougue, continuou sendo um lugar de poder administrativo até meados do século XVIII. Gradativamente, este espaço foi ganhando centralidade urbana durante todo o século XIX, quando o Largo do Palácio passou a manter outra relação com a cidade, no que diz respeito às festividades urbanas, promovidas, sobretudo, pelo Estado.

A atitude de ornamentar as ruas e demais espaços públicos da cidade com flores, luminárias, devido à passagem das procissões e romarias, e a queima de fogos foi um dos costumes vindos de Portugal para o Brasil. No período colonial, já era comum o uso da cidade como palco para comemorações, realizadas pelo poder público local em homenagens aos feitos e fatos do Reino, tal como a que ocorreu em 1794 para comemorar o nascimento da Princesa da Beira. Assim,

[...] no primeiro dia, foi iluminada toda a cidade [da Paraíba] e se celebrou uma famosa comédia. No segundo, continuada a mesma iluminação, houve marchas e exercícios. No último dia, celebrou-se missa cantada, à tarde foi realizada uma procissão e, por fim, o cântico de um Te Deum com muita música e demonstração de fogos de artifício. (Moura Filha, 2003, p. 470)

Tal prática se manteve durante o período imperial, após a emancipação política em 1822, e ainda é presente atualmente. O Largo do Palácio foi também utilizado como local para os eventos do governo, tais como as festas que celebravam nascimentos de príncipes, princesas e casamentos reais. Essas festas se consagraram como importantes eventos na manutenção do império, uma vez que

<sup>70</sup> Na verdade, o lazer se intensificou, pois existiam outros espaços na cidade destinados ao lazer, tal como o Teatro Santa Roza por exemplo.

<sup>71</sup> Esta imagem foi provavelmente fotografada a partir da torre da Igreja Jesuítica.

o governo determinou que as províncias passassem a comemorar os atos, as vitórias e as decisões, incluindo as datas relacionadas com a família real, a exemplo de casamentos e nascimentos (Maia; Sá, 2008, p. 30).

Foi neste período que encontramos maior referência ao uso do Largo do Palácio para as festividades, tal como na Independência e Aclamação do Imperador, que foram realizadas “defronte do palácio das sessões do Governo”, onde se “armou um fogo de artifício a que concorreu imenso povo” (Pinto, 1977, p. 35). Contudo, Teixeira (2009, p. 133) observou que, no período de 1822 a 1889, a frequência das festas começou a diminuir, embora ainda fossem realizadas. O agora denominado Largo, espaço à frente do Palácio, foi o local utilizado para a execução dos fogos de artifício em diversas festividades, fossem elas religiosas ou cívicas. Esse foi o caso das festas em comemoração à declaração da maioridade de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840, na qual se fez, na capital da Província da Paraíba, “três dias de iluminação e outras festividades” e, no dia 16 de agosto de 1840, no Palácio do Governo, “houve à noite um grande baile, concluindo o festejo bem arranjado de fogo de artifício” (Pinto, 1977, p. 152). Um ano depois, nos dias 23, 24 e 25 de maio de 1841, mais uma grande festa se realizou em comemoração à coroação do Imperador, conforme descrição do Presidente da Província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, transcrita por Irineu Pinto:

Foi anunciada a aurora daquelle dia com uma salva de artilharia de cento e um tiros, mas a isso, e a illuminação de noute limitarão pois os festejos do dia, em consequência de copiosas chuvas, a nada mais derão lugar. No segundo dia formou em frente a Matriz toda a tropa da Guarda Nacional que estava em grande gala e as onze horas seguido de numeroso acompanhamento dirigi-me ao Templo a assistir ao Te Deum que a minha custa havia mandado celebrar, sendo essa solemnidade executada com toda a pompa. Sahi voltei para Palacio para onde **desfilou tropa; a qual formada em derredor da Praça do mesmo Palacio**, depois salvas do estylo, saudou com entusiasmo o nome de S. Magestade. Em seguida teve lugar o cortejo a quem concorreu estraordinario numero de cidadãos. A noite dei em Palacio, que estava brilhantemente illuminado, um baile a que foi presente toda a gente grada da cidade ... O terceiro dia... a noute deu-se um magnífico baile, a que seguiu-se um lindo fogo de artifício, o qual acabou deixando ver illuminado o retrato de Sua Magestade... (Destques meus). (Pinto, 1977, p. 158)

Tais comemorações cívicas foram realizadas por anos. Em 1865, a da Independência foi assim noticiada:

Hoje, em solemnisação do aniversario da independência e do império, haverá no palácio do governo corteja á effigie de S. M. o Imperador – secretaria da presidência baixarão convites para assistirem a esse acto todos os funcionários públicos, oficialidade da guarda nacional, magistrados, membros da assemblea provincial, cônsules estrangeiros e mais cidadãos qualificados. Uma guarda de honra do 1º batalhão da guarda nacional deste município fará a continências do estilo. (Jornal A Gazetinha, 07 de setembro de 1865)<sup>72</sup>.

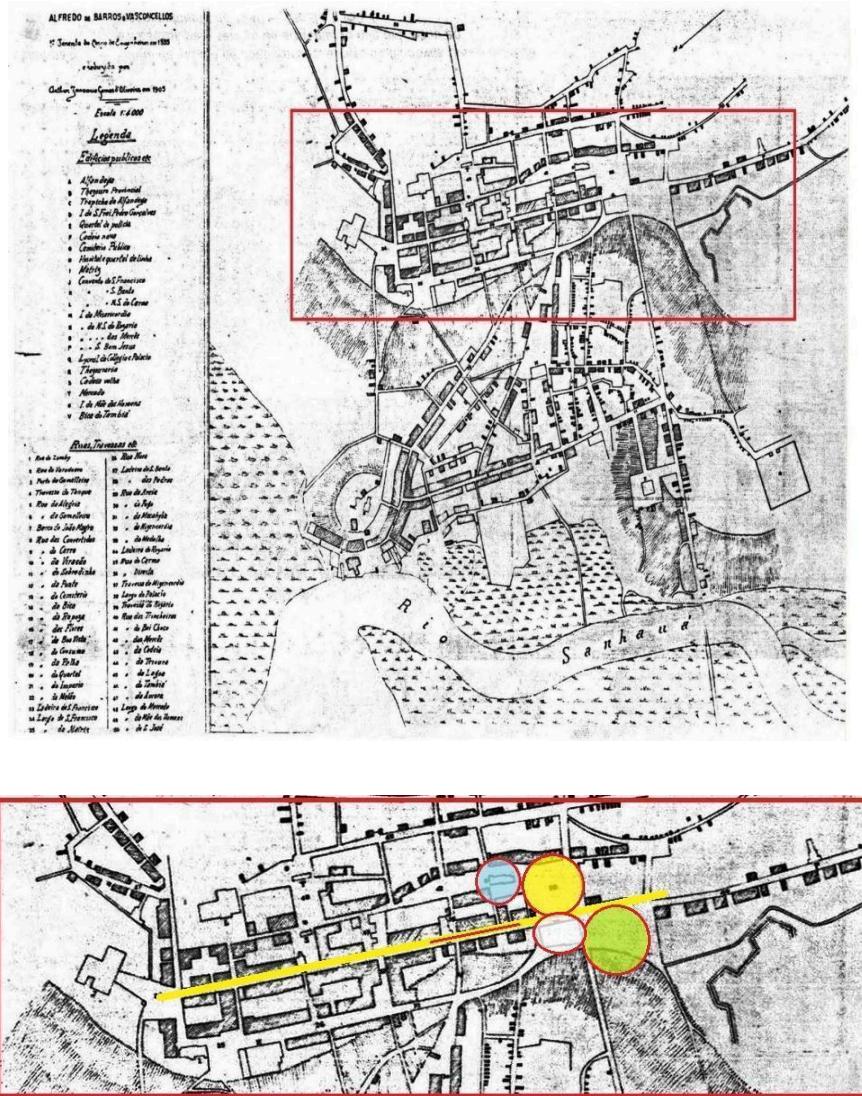
Na configuração urbana da cidade, ao tempo dessas festas, percebemos que o antigo Terreiro (já transformado em Largo do Palácio) se encontrava inserido na sua malha urbana. Assim, este espaço já não era mais um local ermo, como havia sido à época da construção das edificações jesuíticas, tal como já mencionei anteriormente. Por outro lado, se iniciava o processo de secularização. Na Planta da Cidade da Paraíba de 1858 (figura 16), vemos que o Largo do Palácio encontra-se inserido, e assim denominado, na malha urbana da cidade. A seu lado, tem-se outra área livre que veio a se transformar, como veremos no segundo capítulo, no Pátio do Palácio, e depois na atual Praça Venâncio Neiva. Contudo, a cidade que se apresentava neste ano incomodava o presidente da Província, Henrique Beaurepaire Rohan (1857-1859), que a ela assim se referiu:

Os arruamentos n'esta cidade nunca forão, nem ainda estão sujeitos a plano algum, que em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento. Cada um edifica á sua guisa, e d'ahi resulta esse labirinto, em que se vai sensivelmente convertendo a cidade. (Relatório de 20 de setembro de 1858)

**Figura 16** - Planta da Cidade da Paraíba de Alfredo Barros de Vasconcelos

---

<sup>72</sup> Cabe registrar que os comerciantes ficaram isentos de impostos, mas sujeitos a obrigações, de acordo com um despacho, que, no entanto, não conseguimos localizar.



Fonte: Sousa e Vidal (2010).

Henrique Beaurepaire Rohan assumiu o governo da Província da Parahyba em 3 de setembro de 1857 e ficou no cargo até abril de 1859. Foi, sem dúvida, um dos primeiros presidentes a se preocupar com a organização do espaço urbano da cidade e realizou a ação mais contundente nesse sentido. No seu Relatório de 1858, colocava como necessária a criação de uma “repartição especial encarregada da direção geral das obras públicas”, que tivesse, inclusive, ramificações nos municípios e freguesias do interior, compostas por comissões “de cidadãos de confiança, que, interessados nos melhoramentos materiais dos seus distritos, informem a repartição do estado das obras públicas, do andamento das construções”.

Para a realização desses melhoramentos urbanos, Beaurepaire Rohan contratou os engenheiros Carlos Bless e David Polemann, vindos do Pará, bem

como Alfredo Barros de Vasconcelos, e os dotou de instrumentos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho, comprando novos equipamentos para auxiliá-los na elaboração das plantas (figura 17). A este último, coube a elaboração de uma nova planta da cidade, necessária para o planejamento dos serviços que seriam executados, bem como de outras plantas das edificações, frontispícios e andares (de igrejas, prédios públicos, casario de ruas, pontes etc.) que seriam reformadas ou construídas, alguns até demolidos para a abertura de novas ruas, alinhamentos e nivelamentos, inclusive das ladeiras que dificultavam o trânsito entre o Varadouro e o alto da cidade por serem muito íngremes.

**Figura 17 - Mapa Elaborado por Bless e Poleman. Fragmento do mapa da Província da Parahyba do Norte**



Fonte: Almeida, Atlas do Império do Brazil. 1868.<sup>73</sup>

Nesse sentido, vemos que o mapa de Bless e Polemann fez os levantamentos necessários para esses serviços, representando toda a cidade, em sua parte alta e baixa. Nesse mapa, vemos que o Largo e as Edificações Jesuíticas ganharam destaque na malha urbana, evidenciando, assim, a sua importância como marco

<sup>73</sup> Não há como precisar com certeza, o ponto de onde esta imagem foi fotografada, contudo creio que tenha sido realizada de dentro do próprio jardim, com o fotógrafo se posicionando nas proximidades da lateral do gradil que dá para o prédio da Imprensa Oficial.

paisagístico urbano, bem como podemos visualizar o crescimento da cidade na direção sul.

Dentre as diversas obras, o nivelamento da Rua da Baixa foi, pelo Presidente, considerado um dos melhoramentos mais importantes, pois “cumpre dar nova direcção às águas que affluem para a rua da Baixa, as quais não só embaraçam o trânsito, como tendem a prejudicar a saúde pública, pelas suas exalações miasmáticas”. Melhorar este aspecto da cidade possibilitaria bom acesso da população, inclusive do próprio Presidente, à área do Largo do Palácio. Assim, até 1859, ano da visita do Imperador D. Pedro II à Província da Paraíba, esse foi o quadro da cidade.

A notícia dessa visita fez com que se apressasse muitos melhoramentos já sinalizados, como vimos, nos governos anteriores. A carência de edificações apropriadas para acomodar as Suas Majestades Imperiais em 1859 levou o presidente da Província, Ambrozio Leitão da Cunha, a não poupar recursos nem esforços, tanto na reforma do prédio do Palácio do Governo, como na sua mobília e utensílios. Mas não só o Palácio; também a cidade deveria estar apresentável à tão ilustre visita. Para isso, os matos foram cortados e limpos, os buracos nas vias públicas foram consertados e os jardins dos logradouros foram tratados (Almeida, 1982, p. 60).

Nesse sentido, cremos que foram dadas atenções especiais principalmente ao terreiro à frente do então Paço Imperial, pois as SS.MM.II ficariam lá hospedadas. Maurílio Almeida reproduziu a descrição abaixo.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> O governo de Castro Pinto foi o da transição do Alvarismo para o Epitacismo. Álvaro Machado, para escapar da política salvacionista empregada pelo Presidente do Brasil Hermes da Fonseca (1910-1914), selou acordo com Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, amigo íntimo do Presidente do Brasil. A política salvacionista pretendia derrubar as oligarquias estaduais, substituindo-as por elites políticas não oligárquicas, e isso seria uma ameaça tanto para Álvaro quanto para Epitácio, que então despontava como liderança política. O acordo estabelecia que a chefia política da Paraíba fosse comandada por um triunvirato: Álvaro Machado, Walfredo Leal e Epitácio Pessoa. Após a morte de Álvaro, em 1911, Epitácio se elegeu como senador, preenchendo sua vaga. Em 22 de junho de 1912, assumiu, junto com Walfredo, ex-braço direito do falecido Álvaro, e mesmo em meio a disputas com este, a chefia do Partido Republicano Conservador Paraibano, obedecendo ao acordo feito com o falecido Álvaro Lopes Machado. Esse acordo foi desfeito nas eleições de 1915, nas quais os candidatos epitacistas saíram vitoriosos, com Castro Pinto como Presidente do Estado e Antônio Pessoa, seu irmão, como vice-presidente. Tal episódio marcou o início da sua oligarquia (Lewin, 1993, p. 271-274). Político com grande poder de convencimento, conseguia extraordinária obediência de seus adeptos, tal como observou Linda Lewin (1993, p. 275): “A partir de 1912, ganhou popularidade o coloquialismo ‘a ordem de Epitácio Pessoa’. A expressão procurava sugerir que não haveria mais lugar para o surgimento das crises produtoras de dissidências por ocasião das sucessões governamentais.” LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba:** Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro. Record, 1993

O Paço Imperial achava-se colocado em um ponto central do Bairro Alto, em que se divide esta Cidade. Ocupa uma das mais belas posições topográficas, correndo a fachada do Edifício ao Noroeste e lado direito ao Sudeste. Tem em frente **um largo campo em forma quadrada** e do lado direito outro de não inferior dimensão. Domina um belo ponto de vista; pela frente a Rua Direita, desde o magnífico Cruzeiro de São Francisco até a das Trincheiras, a Rua das Mercês, que corre em um dos ângulos do quadro e outras que desembocam no campo; e pelo fundo o Bairro Baixo, o Rio Paraíba, que borda a Cidade, e o ancoradouro são os pontos de vista que fecham o horizonte que se oferece aos olhos do observador. (Destques meus) (Almeida, 1982, p. 74)

Uma programação especial e um cenário para tal foram montados para a recepção e estada de D. Pedro II. Após o ceremonial do desembarque, seguiu-se o cortejo imperial pela “calçada do Varadouro, Rua da Areia, Rua da Conciliação, Praça do Quartel, Ladeira das Pedras, Rua Direita e por aí ao Paço Imperial, fazendo antes oração na Igreja do Colégio” (Almeida, 1982, p. 65). Estes logradouros estavam todos ornados e, em pontos estratégicos, a cidade recebeu arcos embandeirados com “requintes artísticos, em número de três”, que foram situados no Paço, na Rua da Areia e em frente à Misericórdia. Em virtude da visita de D. Pedro II, em 28 de dezembro de 1859, o Pátio recebeu grande público, conforme descrito a partir dos noticiários dos jornais da época.

À noite, o monarca, autoridades e gente de projeção social puseram-se à sacada do Paço (Palácio da Presidência da Província) para assistir à **queima de fogos de artifício, em frente, no pátio do Colégio**. O povo, mais uma vez, manifestou, no velho logradouro, entusiasmo face à presença do rei. Este demorou-se no lugar em que contemplava a eufórica multidão, correspondendo com acenos contidos (Aguiar, 1999, p. 80). (Destques meus).

Além do uso derivado da presença dos religiosos e dos estudantes do colégio, depois com a presença do governador, este espaço passou a ter também a presença militar. De acordo com Pinto (1977, p. 39), em 10 de abril de 1823, o Governo Imperial expediu a portaria que resolveu que a “Igreja que fora dos Jesuitas se aplicasse para a Capela do Batalhão da 1<sup>a</sup> linha da capital”. Apesar das reformas evidenciadas, o documento menciona que a igreja estava muito arruinada e quase abandonada, tendo apenas um administrador leigo com a função de abrir e fechar a mesma e “zelar um resto de alfaias que ainda existia”. A posse da capela pelos militares foi efetivada em 20 de julho de 1828, quando o governo imperial mandou-a entregar “ao Batalhão de Linha a Capella dos Extintos Jesuitas para servir a dita

corporação” (Pinto, 1977, p. 102).<sup>75</sup> Mesmo rodeado pelas esferas religiosas, educacionais, militares e administrativas, este espaço não contou sempre com uma boa infraestrutura. No *Jornal da Parahyba*, em 1882, na coluna “Notícias diversas” de 16 de dezembro, publicou-se reclamação da Câmara Municipal sobre

[...] o estado lastimoso dos passeios junto às casas e as ruas publicas, **especialmente o passeio do palácio e a rua correspondente**, onde os tijolos e paralelepipedos se acham fora de seus lugares, desde a primeira **festividade das Neves**, em que eles foram arrancados. (*Destaques meus*) (*apud* Aguiar, 1999. p. 269)

O autor informa ainda que, em 1882, o novenário de Nossa Senhora das Neves havia sido realizado na Igreja da Conceição, devido às obras na Matriz. Segundo Rodriguez (1962, p. 7-8), a reconstrução da igreja matriz fora iniciada pelo Capitão-mor João da Maia da Gama, em 1716, e concluída somente em 1741, no governo de Pedro Monteiro de Macedo. Menciona também que a reforma que deu a feição atual à Igreja Matriz iniciou-se em 1878 e que, até 1894, o culto religioso foi transferido para a Igreja da Conceição. Durante este período, o espaço à frente dessa igreja foi utilizado para as atividades das festas da padroeira da cidade.

Na *Gazeta da Parahyba*, de 27 de Julho de 1888, há informação de que “as festas de N. S. das Neves, affluindo grande concurso de povo **à Igreja e à praça que lhe fica em frente**. Durante aquelles actos queiram-se fogos de bengala e depois d'elles uma bonita peça de fogo de artifício” (*apud* Aguiar, 1999. p. 513). O mesmo jornal, em 07 de agosto de 1888, informa que “**o jardim, escuro** e quase deserto no começo, foi pouco a pouco, de noite em noite, enchendo-se de luminárias e chamando a concurrencia publica” (*apud* Aguiar, 1999. p. 510 - *Destaques meus*).

O espaço à frente do Palácio foi utilizado também pela sociedade civil para algumas atividades nos oitocentos, tal como a festa realizada pela Sociedade Emancipadora Paraibana, em 08 de abril de 1883, noticiada no *Jornal da Parahyba*. No jardim do Largo do Palácio, realizou-se um “Bazar de Prendas” e a renda obtida com a arrematação dos vários objetos, doados pelas famílias da cidade, foi revertida para a libertação de escravos. (Aguiar, 1999, p.142).

Devido à sua localização também foi lugar da aglomeração e de encerramento de manifestações públicas que seguiam pela Rua Direita, tal como noticiado na *Gazeta da Parahyba*, em 17 de maio de 1888, sobre a passeata de

---

<sup>75</sup> Não encontrei informações sobre a fundição fabricante.

apoio ao fim da escravidão, terminando no palácio, onde o “Presidente da Província saudou a mocidade Parahybana e a Lei de 13 de maio.” (Aguiar, 1999, p. 152-153).

Nesse capítulo, traçamos o perfil social, político, religioso e urbano em que estiveram inseridos os jesuítas e suas construções, procurando encontrar referências ao terreiro nesse processo. Assim, no que diz respeito às funções sociais desse espaço, estas acabaram por ser associadas às edificações do seu entorno. Como vimos, essa modificação foi influenciada pela transformação do Seminário Jesuítico em morada para os governadores da província, caracterizando, assim, uma demanda político-administrativa e também urbana, o que torna indissociável compreender a formação deste espaço sem que seja abordado o crescimento e desenvolvimento urbano da Cidade da Parahyba.

Na área onde se instalaram os jesuítas, antes considerada arrabalde da cidade do século XVIII, foi beneficiada pelo traçado da Rua Direita e outras operações urbanas realizadas desde o ano de 1857. Essas ações, somadas às demais realizadas nos arredores do terreiro no decorrer de todo o século XIX e início do século XX, fizeram com que este lugar passasse a ter centralidade para a cidade. Esse processo culminou com o terreiro se convertendo em novo espaço do poder, ou seja, no Largo do Palácio.

Vimos, desta forma, que esse espaço, portanto, passou por usos tanto religiosos, políticos e militares, inseridos num contexto de crescimento e desenvolvimento urbano da Cidade da Parahyba, aspecto que aprofundaremos no próximo capítulo.

### 3 DO JARDIM PÚBLICO À PRAÇA COMENDADOR FELIZARDO

Após discorrer sobre a história da cidade, do terreiro e sua transformação em Largo do Palácio, este capítulo abordará as intervenções que levaram à construção do Jardim Público nesse espaço.

Antes de adentrarmos nesse assunto, convém lembrar que o Largo do Palácio também ficou conhecido como Campo do Comendador Felizardo, posteriormente denominado Praça Comendador Felizardo, denominação recorrente na literatura geral sobre esse espaço.<sup>76</sup>

Como observou Araújo (2008, p. 177), os nomes que os logradouros recebiam relacionavam-se com seu aspecto geográfico, acontecimentos ou com nomes de pessoas que possuíam alguma familiaridade com a população e com o local. Possivelmente, esse tenha sido o caso do Campo do Comendador, onde Felizardo Toscano de Britto pode ter residido em seu entorno e, como Presidente da Província, realizado algum evento ou melhoramento. No entanto, ao consultar os relatórios de seu governo de 1865 e 1866, não encontrei menção a obras realizadas nesse espaço.<sup>77</sup>

Assim, a primeira referência que encontrei afeta às obras e ao nome *Felisardo* foram os relatórios elaborados pelos presidentes de Província Ulysses Machado Pereira Vianna e Padre Felipe Benício da Fonseca Galvão, ambos de 1879.<sup>78</sup>

Assim, apenas com estes documentos fica difícil precisar o momento em que ocorre essa denominação e se ela foi proveniente de alguma intervenção realizada neste espaço. No entanto, estes mesmos relatórios foram os que melhor situaram a criação do Jardim Público.

Entre 1823 e 1879, não encontrei registros mais precisos sobre sua história, nem na documentação, nem na historiografia.

Entre 1823 e 1879 não encontrei registros mais precisos sobre sua história, nem na documentação nem na historiografia. Contudo, a placa<sup>79</sup> que se encontra na

<sup>76</sup> Ferragens, facas, instrumentos de corte, ferro trabalhado e cru, maquinaria e equipamento ferroviário eram os principais produtos importados pelo Brasil. Sobre esse assunto ver: SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura de Ferro no Brasil**. Nobel. São Paulo. 1986.

<sup>77</sup> Dentre as fundições européias, a francesa Val d'Osne é considerada por estudiosos do tema como a mais importante do século XIX. Suas peças, principalmente chafarizes, fontes e esculturas, estão presentes também em várias cidades do Brasil (Belém, Recife, Petrópolis, Manaus, Salvador e Florianópolis), muitas delas se encontram Rio de Janeiro (ROBERT-DEHAULT, 1997, s/p).

<sup>78</sup> Sobre esta questão, retornarei mais adiante.

<sup>79</sup> Trata-se dos Códigos de Postura da Cidade da Paraíba do Norte. Imprensa Oficial. 1910, 1914, 1915, 1918, 1920. Sobre estes ver CHAGAS, W. F. **As Singularidades da Modernização na**

Praça João Pessoa diz que sua construção foi iniciada pelo Presidente da Província Luís da Mota Fêo e inaugurada em 13 de maio de 1803 no aniversário de D. João VI. Na documentação da Paraíba, informações sobre estas comemorações, não se faz referência ao Jardim.<sup>80</sup>

No entanto, a missa foi celebrada na Igreja dos Jesuítas, na qual o mesmo Ouvidor Geral Manuel Leocádio Rademarker proferiu fala antes de seu início. O ouvidor estava representando o Governador Luiz da Motta Fêo, que estava ausente participando do Tribunal do Conselho Ultramarino. Embora não tenha conseguido verificar esta informação, devo registrar que, de 1816 a 1819, Mota Fêo foi o Governador e Capitão General do Reino de Angola, onde, segundo biografia escrita por seu filho, realizou “melhoramentos públicos memoráveis”, o que é confirmado pelo atestado abaixo:

Attestamos que o Illustríssimo e Excellentíssimo ex-Governador e Capitão General que foi deste Reino, Luiz da Motta Feo, durante o seu Governo promoveo a felicidade deste Reino, e suas Conquistas, fazendo obras publicas úteis ao Povo, como foi a Praça da Quitanda para commodidade tanto do Povo, como dos Vendedores, cuja obra de commum acordo com o Senado, e feita com despesa deste augmentou os seus rendimentos; e a fez trabalhar com actividade e zelo, frequentando-a por vezes para animar a conclusão della; igualmente mandou fazer o Passeio Publico da Ponta da Izabel, para commodidade dos convalescentes e recreo do Publico. Também fez ampliar a Praça de Palacio, formoseando-a com assentos e arvoredos; ornando-a com a Memoria Piramidal, em recordação da feliz Acclamação de Sua Magestado; erguendo-se na dita Praça, nos Dias dos Felizes Annos do Mesmo Augusto Senhor, e da Real Familia, o Estandarte Real [...] (15 de setembro de 1819, Cidade de São Paulo d'Assumpção de Loanda).<sup>81</sup>

Destaco, especificamente, a passagem que trata da comodidade dos convalescentes citada no atestado. Foi nessa condição que conheceu sua esposa quando, estando na Paraíba, praticava banhos de mar em Tambaú devido a problemas de saúde, sendo este um dos motivos pelos quais pediu sua transferência para a cidade do Porto em 1803.<sup>82</sup> Assim,

**Cidade da Paraíba nas Décadas de 1910 a 1930.** Tese (Doutorado em História do Brasil). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2004.

<sup>80</sup> Não há como precisar o ponto em que esta figura foi fotografada.

<sup>81</sup> Diante de tantas atribuições e, conforme determinação do Regulamento, considerando que o jardim deveria abrir diariamente provavelmente haveria mais de um zelador. No entanto, isso não fica claro na documentação consultada. A função de ajudante de zelador só veio a ser criada sete anos depois, por meio do Decreto nº 566 de 04 e novembro de 1912. Nota-se que este decreto citava o regulamento de 1905.

<sup>82</sup> A aproximação do Jardim Público, depois Praça Venâncio Neiva, lembra as considerações dos conjuntos de praças feitas por Camilo Sitte. Embora Saturnino de Brito, que havia realizado o plano de saneamento da cidade, fosse leitor da obra de Sitte, ao menos na Paraíba, não encontrei provas de que seus princípios foram seguidos no plano urbanístico praticado na capital. Todavia,

embora não se possa afirmar que, caso Luis da Mota Fêo tenha adotado essa prática de política urbana em outra administração, ele a tenha necessariamente implementado também na Capitania da Paraíba, a informação permanece relevante.

A falta de documentação impede a análise do período anterior a 1879, ano em que os historiadores situam a criação do jardim. Atribui-se a iniciativa ao governo do Padre Felipe, embora o local não tenha sido designado como jardim na época. Para este capítulo, utilizamos como fontes principais os relatórios e mensagens dos Presidentes das Províncias, desde o final do século XVIII até o final do século XIX, e, posteriormente, os relatórios dos Presidentes do Estado até 1929. Os jornais da época também foram utilizados como fontes importantes, por conterem informações relevantes sobre as realizações dos governos.

### **3.1 O ajardinamento do largo do palácio e a modernização da cidade**

Assim como ocorreu em vários países, o Brasil seguiu a tendência europeia de ajardinamentos, com os primeiros passeios públicos surgindo a partir do século XVII. Esse movimento, como observou Segawa (1996, p. 21), também se espalhou pela América nesse período. O “costume de ver e ser visto ao ar livre” havia se difundido por vários países europeus, e cada um, à sua maneira, desenvolveu sua forma de espaço para esse fim. As squares inglesas e as places royales francesas são os tipos mais comentados pelos estudiosos do tema.<sup>83</sup>

Conforme observou Moura Filha (2005, p. 413), no final do século XVIII, o Brasil se inseria na estratégia de valorização da imagem urbana, que se intensificou no século seguinte, “quando começaram a surgir outros indícios de mudanças no

podemos afirmar que estas praças sempre estiveram conjugadas, relacionadas e ligadas, tal como também observou Mello (1990, p. 98), quando diz que existia um intercâmbio entre essas duas áreas que praticamente regulavam a vida social da cidade na segunda década do século XX.

<sup>83</sup> Camilo de Holanda foi indicado ao cargo de Presidente do Estado por Epitácio Pessoa, mas assumiu em um clima de animosidade. Com a chegada de Epitácio à chefia do Partido Republicano Conservador, ocorreu uma dissidência, constituindo-se, então, duas alas: os “goelas”, que eram os políticos tradicionais da época do alvarismo, e a denominada “jovens turcos”. Assim, na primeira eleição da oligarquia Pessoa, em 1916, instalou-se um conflito dentro do partido. As duas alas tentaram indicar seus candidatos ao cargo. Para resolver o impasse, Epitácio decidiu-se por um candidato neutro às duas correntes, e o nome indicado foi o de Camilo de Holanda. Hostilizado por ambos os lados, Camilo governou a Paraíba entre muitas intrigas, sempre levadas ao arbítrio de Epitácio Pessoa, o que acabou instalando uma relação conflituosa entre os dois. Essa situação passou a ser um prato cheio para os aliados walfredistas. Como observou Rodrigues (1989), passaram a usar o jornal *O Diário do Estado* para elogiar Camilo e detestar Epitácio, levando este a se irritar ainda mais com o presidente do Estado, que, na sua visão, deveria rebater as críticas através do jornal **A União**, coisa que nem sempre Camilo fazia.

comportamento social, nas ideias e no estado de civilização da população das principais cidades brasileiras".

Embora os trabalhos sobre os jardins públicos no Brasil omitam o Jardim Público da Paraíba, é importante destacar que sua criação se insere em um contexto similar ao de outras áreas do país. A exemplo do Recife, onde os ajardinamentos tiveram início em 1872, a Paraíba também se beneficiou da influência da tendência de criação de espaços verdes públicos. Vale lembrar que o Recife já havia experimentado um jardim no século XVII, o jardim do palácio Vrijburg de Maurício de Nassau.<sup>84</sup> É importante lembrar também que a criação do Passeio Público do Rio de Janeiro, iniciado em 1779 e concluído em 1783, serviu como modelo e inspiração para outras cidades brasileiras. Essa iniciativa se encaixava na tendência europeia de criação de jardins públicos que já mencionamos.<sup>85</sup>

Assim, a iniciativa do governador Jerônimo José de Melo e Castro, em 1785, de criar um passeio público no entorno da Fonte do Tambiá demonstra que a Paraíba estava alinhada às práticas de valorização de espaços públicos urbanos em voga na época, mesmo estando sob a administração de Pernambuco (Moura Filha, 2005, p. 413). Em ofício enviado ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o governador informa que

Na fonte nova [do Tambiá] que Sua Magestade permittio se fizesse de Sua Real Fazenda, [...] servindo hoje de passeio publico pela situação amena e mais delicioza, pelas arvores silvestres que na melhor ordem mandei plantar ficando a melhor obra que tem a cidade e ainda Pernambuco. (Moura Filha, p.413)<sup>86</sup> Destaques meus.

Diante disso, Moura Filha (Moura Filha, p. 414) considera que Jerônimo José de Melo e Castro se alinhou ao "ideário que estava em construção no Brasil de finais do século XVIII, o qual imprimia aos centros urbanos outro 'caráter', desvinculado das anteriores premissas de poder e defesa que davam afirmação às cidades no

<sup>84</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 29<sup>a</sup> Edição. Vozes. Petrópolis 2004.

<sup>85</sup> Na mesma mensagem, informa que o Palácio do Governo também foi reformado: o pavimento térreo foi reconstruído para servir às audiências e nele foi instalado, também, o Gabinete da Presidência, a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; já o andar superior seria destinado apenas à residência. Contudo, na mensagem relativa ao período de julho de 1929 a junho de 1930, o presidente informa que estas, entre outras obras, haviam sido suspensas em virtude dos gastos inesperados com a deflagração da guerra de Princesa. De acordo com informações contidas na própria mensagem, esta foi apresentada pelo vice-presidente Álvaro Pereira de Carvalho, mas havia sido elaborada pelo próprio João Pessoa antes de falecer.

<sup>86</sup> Retomarei a discussão acerca das intenções de João Pessoa neste ato nas considerações finais.

sistema colonial". No entanto, foi a partir do século XIX que se intensificaram as ações de ajardinamento nos espaços livres públicos de origem colonial no Brasil, como campos, terreiros, largos, pátios, entre outros. Essa prática expressa o processo de secularização do espaço urbano, tanto na perspectiva da forma quanto do seu uso ou função.<sup>87</sup>

Esses espaços, antes vistos como portas de acesso às igrejas, mesmo que possibilasse certa aglomeração, passaram a ser compreendidos a partir de uma nova perspectiva: não apenas voltados para a igreja e suas celebrações, mas para toda a cidade e para o uso profano que a população faria deles.

A Cidade da Paraíba também se alinha às práticas de fins do século XIX. Em relatório enviado à Assembleia Provincial em janeiro de 1879, o Presidente da Província, Ulysses Machado Pereira Vianna, informou que estavam concluídos os calçamentos de diversos logradouros, entre eles o do "Campo do Commendador Felisardo". Nesse ano, a Província da Paraíba do Norte sofria com os efeitos da seca, que, entre outras consequências, fez aumentar a população na capital, a qual não possuía infraestrutura suficiente para abrigar os flagelados. Essa realidade logo se transformou em um problema de saúde pública, e, diante da falta de saneamento básico, houve a disseminação de doenças entre a população.

O quadro sanitário da capital, em 1879, embora apresentasse melhoras em relação ao ano anterior, ainda era precário, e o número de óbitos causados pelas mesmas doenças dos anos anteriores era considerado alto. Diante dessa situação, a busca pela salubridade se refletiu em modificações do espaço urbano. O século XIX foi "o cenário para o desenvolvimento da medicina científica", e a cidade foi "o grande palco das transformações", com a aplicação da "noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio" (Segawa, 1996, p. 67-68). Assim, as obras públicas realizadas durante a administração do

---

<sup>87</sup> Costa (1979, p. 343) nos diz que as práticas políticas do abuso do poder pessoal, da vitaliciedade do Senado e da fraude eleitoral, existentes desde o Império, permaneceram em uso também neste período. Na Paraíba, os políticos conseguiram se perpetuar no poder, tanto que se desenvolveram duas grandes oligarquias, o Alvarismo e o Epitacismo, tal como vimos no capítulo anterior. Contudo, as indicações para a Presidência do Brasil durante a política do café-com-leite nem sempre foram isentas de desentendimentos. Quando não havia consenso, a prática comum era buscar a solução conciliatória, ou seja, um candidato neutro, mas aprovado pelos dois lados, tal como aconteceu em 1918, quando o paraibano Epitácio Pessoa foi o indicado, sendo eleito como Presidente da República para o período de 1919 a 1922. A ele seguiu-se o mineiro Artur Bernardes (1922-1926) e, depois, o paulista Washington Luís (1926-1930). Ver: COSTA, Emília V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.

segundo vice-presidente da Província, em 1879, o Padre Benício Felipe da Fonseca Galvão, incluindo as do Jardim Público, foram consideradas de utilidade pública.<sup>88</sup>

Concertos e reparos precisos na fonte denominada de Milagres; limpeza e conservação da fonte do Tambiá, que abastece d'água potável esta capital, reparos e obras precisas na bicca do Gravatá; embelezamento e arborização do Campo do Conselheiro Diogo Velho em frente ao edifício do quartel de linha; embelezamento e arborização da estrada que do edifício da Capitania do Porto se dirige á ponte do Sanhauá e bem assim, do pateo em frente a mesma Capitania, calcamento e arborização do largo em frente ao edifício da Thesouraria de Fazenda; **finalmente ajardinamento e arborização do largo do Comendador Felisardo, em frente ao edifício do Palacio da Presidencia.** (Destques meus)<sup>89</sup>

No mesmo relatório, o Presidente da Província informa que, em 24 de maio de 1879, “teve lugar o assentamento e colocação da primeira pedra do muro, que tem de circundar o **pátio do Comendador Felizardo**, em frente ao Palácio da Presidência, **destinado ao ajardinamento**”. O gradil e o portão de ferro, “precisos para tão importante melhoramento material, de há muito reclamado como uma das mais palpítantes necessidades públicas”, foram adquiridos de Cardoso & Irmãos, comerciantes da praça do Recife.<sup>90</sup> Deles também foram compradas as “**mudas e plantas próprias para o ajardinamento do largo** do

<sup>88</sup> A rota para o porto do Recife era mais curta, rápida e facilitada pelo transporte de trem a partir da cidade de Rio Branco. A rota do sertão da Paraíba até a capital era de 430 km, muitos deles feitos com tração animal ou em caminhões até Campina Grande, e só depois seguia de trem para a capital. Ou seja, além de ser mais lenta, tinha custos mais elevados (Mariano, 2010, p. 110).

<sup>89</sup> Antes mesmo da eleição de março de 1930, os dissidentes se juntaram aos tradicionais adversários da oligarquia Pessoa, o padre Walfredo Leal e o desembargador Heráclito Cavalcante. O coronel José Pereira teve apoio dos primos de João Pessoa, os Pessoa de Queiroz de Pernambuco, bem como de João Suassuna, todos prejudicados pela política do governo. Deu-se, assim, início ao confronto armado contra ele. Após embates sangrentos com as várias investidas do governo para desarticular o movimento e invadir a cidade de Princesa, onde a polícia da Paraíba tinha de enfrentar forte resistência, o coronel José Pereira acabou por decretar a independência do município de Princesa, em junho de 1930. Separado do Estado, passou a ser denominado como Território Livre de Princesa. A situação só foi sufocada quando o presidente do Brasil, Washington Luiz, interveio em agosto de 1930, ocupando a cidade. Ou seja, isso só ocorreu após o assassinato de João Pessoa, o que foi o pretexto para serem lançadas as sementes da “revolução de 1930”. Sobre esse assunto, consultar: Rodrigues, Inês Caminha Lopes. A Revolta de Princesa: Uma contribuição ao estudo do Mandonismo Local – Paraíba (1930). João Pessoa: A União, 1978; e Mariano, Serioja Rodrigues Cordeiro. Signos em confronto?: O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, que utilizamos para essa breve apresentação do conflito.

<sup>90</sup> Antônio Carlos firmou aliança com o outro preterido por Washington Luís, Getúlio Vargas, lançando o nome deste como candidato à presidência do Brasil em julho de 1929, antecipando, assim, o clima de campanha política da eleição que só iria acontecer em março de 1930. Para ampliar o apoio a esta candidatura, que já tinha o Centro e o Sul na composição, os oposicionistas foram buscar aliados no Norte do Brasil para candidatos à vice-presidência. Sondou-se primeiro o presidente do Estado de Pernambuco, Estácio Coimbra, que foi obrigado a recusar o convite diante da ameaça do Banco do Brasil em executar as dívidas de quem ficasse contra o governo (Melo, 2000, s.p.).

referido Palacio, embellezamento e arborisação dos diferentes campos, existentes n'esta capital" (Destaques meus).<sup>91</sup>

**Figura 18 - Complexo Jesuítico, 1878 (Acervo Humberto Nóbrega)**



Fonte: Azevedo (2010)

Conforme a figura 18, datada de 1878 segundo informações do acervo de Humberto Nóbrega, vemos que o espaço já contava com um pequeno muro, que possivelmente circundava todo o largo (observe o destaque na imagem). A ambiência urbana em que ele estava inserido pode ser observada nas fotografias abaixo, que, embora tenham como foco o Palácio do Governo, nos dão uma ideia do entorno desse lugar. Na figura 19, vemos o gradil instalado, possivelmente sobre o muro visto na figura anterior. Assim, a feição que vemos nas fotografias das construções jesuíticas e do espaço do largo é anterior às intervenções do governo do Padre Felipe Galvão.

---

<sup>91</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Os presidentes e a República:** Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff - 5<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro. O Arquivo, 2012.

**Figura 19 - Vista lateral do Jardim Público, 1910**



Fonte: Rodriguez, 1974.

Nesse sentido, as intervenções da gestão do Padre Felipe ajudaram a definir o perímetro desse espaço, transformando o Largo do Palácio, ou Campo do Comendador Felisardo, em Jardim Público. Nos relatórios dos presidentes da Província, encontrei muitas referências às obras realizadas no Jardim Público em fins do século XIX. Embora essas informações não especifiquem o que foi feito, percebe-se que o espaço esteve em constante reforma. Segundo Bechara Filho (1987, p. 2), a primeira etapa durou de 1877 a 1889.<sup>92</sup> De acordo com a Monografia da Cidade da Paraíba do Norte de Vicente Gomes Jardim, escrita em 1889, essas primeiras intervenções foram concluídas, provavelmente, em 1881. Esta monografia é um minucioso levantamento descritivo e geométrico das vias e praças da cidade. Nela, o espaço em estudo foi denominado por Campo e foi assim descrito<sup>93</sup>:

[...] é um quadrilátero formado pelas ruas: Duque de Caxias e Visconde de Pelotas e o prolongamento dos prédios de esquinas daquella para esta. O

<sup>92</sup> Imagens publicadas na matéria sobre a morte de João Pessoa, em 02 de agosto de 1930. Disponível: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>. Acesso em 30-Mai-2012

<sup>93</sup> Álvaro Carvalho era o vice-presidente do Estado e, por muitas vezes, assumiu o cargo de presidente interino durante as viagens de João Pessoa pela campanha da Aliança Liberal. Na política centralizadora implantada por Getúlio Vargas, nomeou Anthenor de França Navarro como interventor federal em novembro de 1930. Este governou a Paraíba até sua morte por acidente aéreo em abril de 1932. Ver: Santos Neto, Martinho Guedes dos. Os domínios do Estado: A interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Dissertação. 159 p. (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

primeiro lado é o alinhamento da rua Duque de Caxias em cujo alinhamento fazendo frente para a praça acham-se os edifícios públicos: Palácio do Governo, Lyceo e a Igreja do Colégio; tem a direcção 18º sudoeste-nordeste e a extensão de 95 metros; o segundo é o do prolongamento do prédio de esquina da mesma rua Duque de Caxias, passando por detraz da Igreja das Mercês; tem a direcção de 70º noroeste-sueste e a extensão de 110 metros; o terceiro é o alinhamento da rua Visconde de Pelotas; tem a direcção de 25º nordeste-sudoeste e a extensão de 96 metros; e o quarto é o alinhamento do muro e prolongamento do prédio, que faz esquina para a rua das Trincheiras; tem a direcção de 70º sudoeste nordeste e a extensão de 99 metros [...] (*Revista do IHGP* nº 3, p. 97)<sup>94</sup>.

É possível que tal levantamento tenha sido encomendado pelo presidente da província. Segundo o relatório presidencial de 9 de agosto de 1889, ou seja, do ano anterior, o presidente Francisco de Paula Oliveira Borges novamente falava da necessidade de se levantarem novas plantas da cidade a fim de facilitar a realização de obras públicas. Esse mesmo presidente julgava que a falta de uma secretaria de Obras gerava “um grave erro econômico nos dispêndios do dinheiro público” (*Relatório Presidencial*, 1889, p. 15).<sup>95</sup>

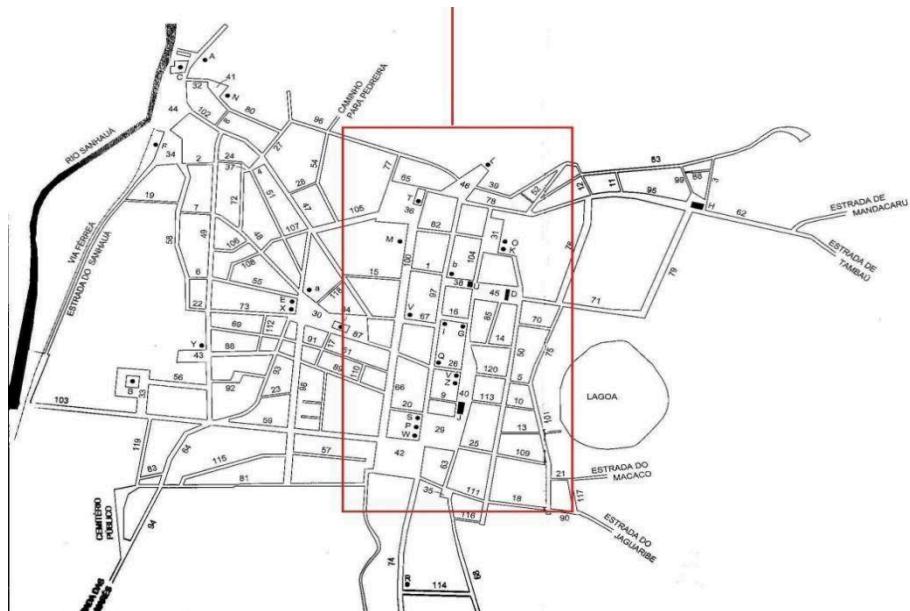
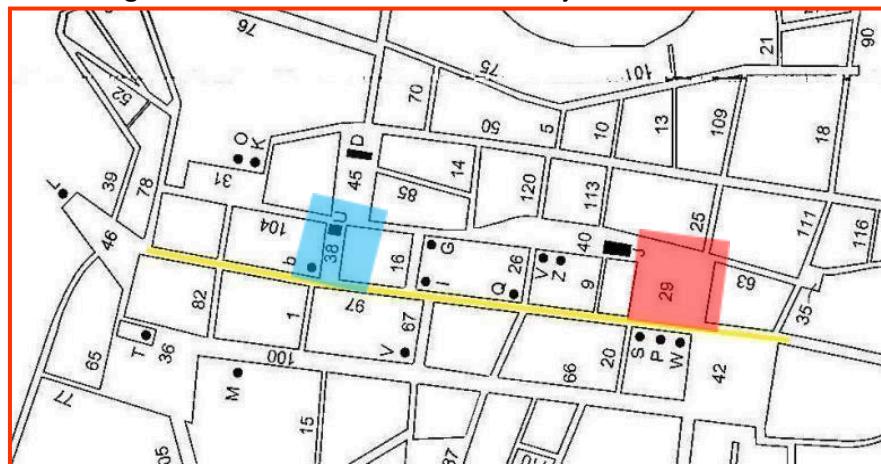
A forma urbana da cidade, em fins do século XIX, pode ser verificada na Planta da Cidade da Paraíba (Figura 20), elaborada a partir do levantamento de Vicente Gomes Jardim, por Alberto Sousa e Wylnna Vidal (2010, p. 47). Segundo as medidas descritas na citação acima, percebemos que esse quadrilátero tinha uma área maior que sete mil metros quadrados, sendo, dessa forma, um dos maiores espaços públicos da cidade nesse período. Nesta planta, também podemos identificar o traçado da Rua Direita (em amarelo), seus quarteirões e demais espaços públicos.

---

<sup>94</sup> Epitácio Pessoa, neste caso, pode ter se surpreendido, pois quando da construção de uma escola feminina, em 1916, se colocou de forma contrária, tal como mencionado no capítulo anterior. A mulher paraibana, citada nos jornais de então, não era mais aquela dos papéis impostos pela sociedade e que Epitácio externou em sentimento avesso. A mulher paraibana, neste momento, estava envolvida nas ações de articulação política, servindo muito bem aos interesses do estado.

<sup>95</sup> **A União**, 08 de junho de 1930. Em meados de maio de 1930, prover os recursos da Guerra preocupava José Pereira. Pensando que poderia forçar o governo federal a intervir no Estado, criou o Território Livre Princesa, pois ver João Pessoa fora do governo era a vontade maior dos revoltosos. Contudo, Washington Luis não pode fazê-lo diante do impedimento legal da Constituição Federal, ou seja, o governo federal teria que ser solicitado pelo governo estadual, e João Pessoa não tinha nenhum interesse em fazer isso (Mariano, 2010 p.133-134).

**Figura 20 - Planta da Cidade da Paraíba do Norte, 1889.**



Fonte – Sousa e Vidal (2010)

Os pontos “S, P e W” se referem ao Lyceu, à Igreja do Colégio e ao Palácio do Governo, respectivamente. Ou seja, esses pontos compreendem o complexo arquitetônico jesuítico: o Colégio dos Jesuítas, que passou a ser o Lyceu; em 1836, a Igreja de São Gonçalo, depois denominada Igreja da Conceição dos Militares, como já mencionado anteriormente, também chamada de Igreja do Colégio, demolida em 1929; e, por fim, o Seminário, que hoje é o Palácio do Governo. Diante dessas edificações, encontra-se o ponto “29” (em vermelho), o antigo Terreiro, depois Largo do Palácio e, em seguida, Campo do Comendador Felisardo.<sup>96</sup>

Esta planta nos dá a dimensão urbana da cidade em fins do século XIX; contudo, no que diz respeito à sua infraestrutura, nesta época, a mesma ainda

<sup>96</sup> A União, 12 de junho de 1930.

carecia de calçamentos, saneamento, iluminação e abastecimento de água. Assim, para que esses serviços fossem realizados, os nivelamentos tão reclamados e feitos em anos anteriores foram importantes e continuaram acontecendo no início do século XX. Não se pode perder de vista, por outro lado, que todos os melhoramentos urbanos e serviços instalados na cidade estavam compreendidos em um contexto maior, o das reformas urbanas, remodeladoras e modernizadoras, realizadas em diversas cidades do Brasil. Tal como observou Silva (2007, p. 49), o conjunto de iniciativas empreendidas no período da República, em várias cidades brasileiras, apontou a forte influência europeia, sobretudo francesa, nos projetos de ajardinamento, correspondendo à nova função higiênica.

As reformas urbanas do início do século XX incidiram diretamente sobre o Largo do Palácio; ou seja, sua formação está diretamente associada a essas operações urbanas, quer fossem a realização de obras, aberturas de ruas e praças, ou a instalação de serviços como água e energia. O surgimento de um novo cenário urbano se deu pela conjunção de diversas obras, como o alargamento e calçamentos de ruas, o alinhamento das edificações e novas construções.<sup>97</sup> Assim, foi pela “inspiração de cidade moderna e o cumprimento dos preceitos da salubridade pública e da higiene que se deu aqui, como em outras cidades, a construção de praças e jardins públicos” (Maia, 2012, p. 21-22). Ainda de acordo com esta autora:

Podemos então afirmar que várias foram as tentativas de implementação dos princípios de ordenamento, de disciplinamento, do Movimento Higienista e, portanto de modernização na cidade da Parahyba no decorrer do século XIX, destacadamente a partir dos anos de 1850 e se estendem até os princípios do século XX [...] concretizando-se com a instalação do serviço de abastecimento d’água em 1912, energia e bondes elétricos a partir de 1914 e esgotamento sanitário em 1922 [...] a construção de um jardim público, concretizava uma forte aspiração daqueles que sonhavam com a cidade moderna. (Maia, 2012. p. 21-22)<sup>98</sup>.

<sup>97</sup> Bem como foi este governo que passou a administração e a direção dos cemitérios para as prefeituras municipais que, antes, estavam sob o controle das irmandades religiosas e sociedades particulares que impediam o sepultamento daqueles que não professassem sua religião (Buriti, 2010, p. 248).

<sup>98</sup> **A União**, 04 de fevereiro de 1932. O plano incluía também a integração da Vila de Cabedelo e do porto. Em sua análise, Trajano Filho diz que “[...] o plano assume como espaço de ação não apenas o tecido urbano consolidado até esse momento, mas toda a dimensão territorial compreendida entre os limites estabelecidos pelo rio e o mar, marcos últimos de expansão urbana no sentido leste-oeste. Pensado na relação entre a cidade, o rio e o mar, a solução urbanística apresentada é conciliatória, desdobrando-se em estratégias particulares e articuladas no trato do que o urbanista chama de “cidade existente”, ou seja, a área urbana consolidada à época do plano (...) e o que denominou de “cidade futura (...”). (Trajano Filho, 2006, s.p.).

Tal como nos lembra Segawa (1996, p. 49), os jardins públicos tornaram-se um monumento ao verde: “um espaço ao culto e ao repositório de significados da natureza idealizada pelo ser humano. O passeio ajardinado será a instância radical do estabelecimento da ordem pública.” Ao fazer uma distinção entre praça e jardim, para o caso europeu, que se aplica também no Brasil, esse mesmo autor nos diz que a praça tinha uma concentração complexa e caótica, em contraponto à concentração organizada e elegante do jardim. Ou seja, o jardim seria a antítese da praça, e ambos abrigaram, dos séculos XVI ao XVIII, a convivência dos opostos (Segawa, 1996, p. 49).

O Jardim Público da Cidade da Paraíba já estava concretizado no início do século XX, período em que a sistematização do conhecimento acerca dos benefícios das plantas inseridas no meio urbano se consolidou, o que fez com que se difundisse o processo de ajardinamento dos “vazios urbanos”, complementa o autor:

O início do século 20 foi um período de grandes transformações nas fisionomias urbanas de nossas cidades maiores. A criação de bulevares, o ajardinamento de avenidas e praças, a criação de recintos ajardinados foram iniciativas características das primeiras décadas da República. (Segawa, 1996, p. 74)

Esse contexto de criação do Jardim Público da Paraíba é parte do mesmo processo que vinha sendo realizado em outras cidades, tal como observou Silva (2010) por meio da pesquisa sobre os projetos paisagísticos de jardins recifenses entre os anos de 1872 e 1937. Neste estudo, os jardins do Recife foram classificados de acordo com suas características arquitetônicas, seus mobiliários e funções, em três tipos, segundo uma periodização específica: de 1872 a 1888, predominou o Jardim Romântico; de 1922 a 1926, o Jardim Salubre; e de 1934 a 1937, o Jardim Moderno.<sup>99</sup>

Se compararmos os mobiliários, é possível dizer que o Jardim Público da Paraíba apresentou características dos jardins românticos recifenses, embora tenha nascido no contexto da busca pelo salubre, fato que se estendeu até o início do século XX. No que diz respeito às funções de cada um desses jardins, a autora observou que o Jardim Romântico predominava nas funções artísticas e recreativas, também presentes nos outros dois tipos; no Jardim Salubre, a essa função se

---

<sup>99</sup> *A União*, 10 de março de 1932.

acrescentava a função higiênica; e no Jardim Moderno, além dessas três citadas, havia a função educativa.

Na Cidade da Parahyba, o Jardim Público em estudo representou um espaço de função higiênica para a cidade, atendendo aos preceitos urbanos da salubridade. Quanto a seu uso, o recreativo foi o que mais se sobressaiu, principalmente quando se iniciaram as retretas. Embora houvesse outros espaços ajardinados no início do século XX, os jardins não proliferaram na Cidade da Parahyba como no Recife. Ainda em fins do século XIX, a sua realidade urbana era bem menos desenvolvida que a da capital de Pernambuco, tal como nos revela notícia publicada em 3 de abril de 1895 no Jornal A União sobre os Dados Estatísticos de 1888, apresentados pela Câmara ao Presidente da Província Álvaro Machado<sup>100</sup>:

Naquelle anno d'entro do perímetro da capital, determinado em postura da municipalidade de 8 de março de 1881 existiam:

95 sobrados;  
1960 casas térreas cobertas de telhas;  
610 Choupanas ou casas cobertas de palha;  
65 Ruas;  
11 Becos;  
2 Travessas;  
6 Praças e Largos;  
18 Edifícios Públicos;  
6 Fontes Públicas;  
8 Egrejas;  
3 Conventos;  
3 Edifícios da Estada de Ferro Conde D'Eu, sendo uma estação e dois armazéns.

Verificamos, a partir de uma comparação rápida com a Planta da Cidade de 1889, que esses dados suprimiram alguns elementos urbanos. Contudo, a notícia revela dados importantes, tais como a quantidade considerável de casas cobertas por palhas, evidenciando a pobreza da maioria da população. Também chama atenção a menção às fontes públicas, importantes para uma cidade ainda sem água encanada nesse período. Assim, conforme a citada planta, a cidade possuía treze espaços públicos e não seis, e percebe-se também que não foram incluídos outros largos e pátios nesses dados. Todavia, entre esses espaços estava o Jardim

---

<sup>100</sup> Devo frisar que a reforma realizada durante o governo do Presidente Castro Pinto (1912-1915), pelo arquiteto Paschoal Fiorillo, já havia feito o prédio perder suas características coloniais. Estiveram à frente dessas obras o engenheiro Clodoaldo Gouveia, como mencionado no capítulo anterior, e o arquiteto Giovanni Gioia, que fará o discurso de inauguração, como veremos no próximo capítulo.

Público, onde já se realizavam retretas, tal como menciona notícia do jornal A União em 18 de junho de 1895:

Ante-hontem, por ordem do ilustre Sr. Coronel Telles digno comandante do 27 Batalhão, esteve no Jardim Público, desta capital a harmoniosa banda de música d'aquelle Batalhão; e segundo somos informados, continuaremos a ter a satisfação de ouvir-a todos os domingos n'aquelle aprasivel ponto de distracção o mais importante de nossa capital. O acto que acaba de praticar o Sr. Coronel Telles, torna-o merecedor da gratidão de todos que costumam freqüentar nosso Jardim.

Possivelmente, pelo tom da notícia, esta teria sido a primeira retreta a se realizar no Jardim Público. Sobre a cidade, neste mesmo ano, o jornal A União publicou um telegrama recebido de um jornalista (que assinou apenas E.D.) que, de passagem para o Recife, esteve na Cidade da Paraíba e falou da cidade e do governo de Álvaro Machado, com muitos elogios.

A capital vae entrar n'uma completa reforma. Em pouco tempo teremos uma capital digna do Estado. O Jardim em frente ao Palácio do Governo, nos apresenta hoje um aspecto deslumbrante, trabalho este feito a capricho do notável engenheiro. (jornal **A União**, 26 de abril de 1895)

O engenheiro a que se refere esse jornalista é o próprio presidente Álvaro Machado, mas, naturalmente, ele se referiu à engenhosidade política e administrativa dele. No governo de Álvaro Machado, o Jardim Público contou sempre com melhoramentos. Em 4 de agosto de 1895, em notícia sobre a instalação dos bondes, informa que o presidente havia realizado “o mercado público, o ajardinamento de um plano fechado a gradil, que existia em frente ao Palácio do Governo; o calçamento das praças e ruas da capital.” Nesse mesmo ano, publicaram-se muitas ordens de pagamento a José Firmino Ferreira, por serviços executados e por objetos comprados para o Jardim Público.

A instalação dos serviços de abastecimento e iluminação foi uma obra que se refletiu nos usos do Jardim Público. No que diz respeito à iluminação pública, era, nessa época, vista como um dos serviços necessários para uma cidade moderna e civilizada, principalmente para a Cidade da Paraíba, que, até 1856, viveu praticamente às escuras. Feita por lampiões, a iluminação a querosene foi contratada apenas em 1885 e não atendeu a toda a cidade; ou seja, luzes por quase toda a noite existiam apenas em alguns lugares, como nos “frontispícios dos

conventos, das igrejas, nas portas dos quartéis e nas casas de guardas do Palácio do Governo" (Rodriguez, 1962, p. 93).

No Jardim Público, a iluminação foi reforçada em 1890 com a instalação de 12 lampiões. Em 1902, a colocação de "um grande lampião" no centro do coreto foi motivo de empolgação, principalmente para os músicos. Foi no final da gestão do Presidente João Machado (1908-1912) que se inaugurou a luz elétrica na cidade, sendo publicado o edital para contratação ainda no início do seu mandato, em agosto de 1908. Contudo, até 1912, a iluminação continuou sendo realizada a querosene, sendo que a empresa responsável pelo serviço havia informado, também em 1908, que havia adquirido a aparelhagem necessária "da luz acetilene que iria iluminar o Palácio e o Jardim Público" (Rodriguez, 1962, p. 102; Guedes, Tinen, Chaves, 2008). A chegada da luz elétrica em 1912 foi assim noticiada

Modesta mais significativa foi a inauguração desse melhoramento que a Parahyba há muito sonhava. Bem não preencha as necessidades do meio, é sempre de grande utilidade a Reforma porque acaba de passar o serviço de iluminação a querozene, que constitua uma vergonha para os nossos fosos de povo adiantado [...] Alegramos, entretanto, vermos substituídos os velhos cadieiros a kerozena, tradicionais do nosso atraço, pelas lâmpadas electricas, sistema moderno que faz a delícia de grandes cidades (Jornal Estado da Parahyba, 1912)<sup>101</sup>

Como se pode perceber, esse melhoramento não atendeu a toda a cidade, mas foi suficiente para que se sentisse dando passos para entrar na modernidade, também por favorecer um aumento da vida noturna, notadamente para as classes abastadas. De forma igualmente lenta, deu-se o abastecimento de água da cidade, feito durante muito tempo pelas primitivas bicas, fontes e cacimbas, alvos de constantes reparos, obras e consertos. A maior iniciativa para a realização do abastecimento ocorreu em 1889 com a criação da Parayba Water Company, que, no entanto, não se efetivou. Assim, chegou-se ao século XX sem que o abastecimento de água, de fato, fosse implantado na cidade.

Anteriormente, foram realizados alguns encanamentos isolados, pela iniciativa de empresários e famílias abastadas para seus domicílios, ou pelo poder público para os prédios oficiais. Foi esse o caso do encanamento da água do poço perfurado no início do antigo caminho dos Macacos (atual Av. Pedro II), durante os governos da oligarquia de Álvaro Lopes Machado (1892-1912). Esse encanamento

---

<sup>101</sup> **A União**, 25 de maio de 1933

teve como finalidade principal abastecer o Palácio do Governo e regar o Jardim Público. Neste último, havia também um chafariz em forma de águia, de cujo bico jorrava água (Rodriguez, 1964, p. 117).

Foi provavelmente a partir desse encanamento que, de acordo com Rodriguez (1964, p. 118), Álvaro Machado também mandou construir a Dependência do Jardim, em 1893. O próprio Walfredo Rodriguez disse ter visto o “Desembargador Peregrino de Araujo, saindo do Palácio, com toalha no ombro, para banhar-se lá”, ou seja, essa dependência era uma sala de banho. Contudo, não encontrei, nas pesquisas desenvolvidas, informações acerca de sua demolição; creio, porém, que tenha ocorrido durante uma das reformas do Palácio do Governo, quando a sala de banho deve ter sido construída no interior de suas dependências, ao mesmo tempo em que se liberava, para outros usos, o espaço que anteriormente ocupava.

Em 1907, no governo do Monsenhor Walfredo Leal, o Dr. Miguel Rapôso elaborou um projeto para o abastecimento de água da cidade, que, no entanto, só foi iniciado em junho de 1909, durante o governo de João Machado. Após quase três anos de obras conturbadas pelas inúmeras propostas vindas das empresas preteridas, com o intuito de fazer o governo retomar as negociações, em 21 de abril de 1912, o serviço foi inaugurado na capital (Rodriguez, 1964, p. 119-122). A questão do abastecimento de água foi um dos serviços que encontrou diversos obstáculos para sua implantação, pois estava atrelada a outro: o esgotamento sanitário. Sobre esse serviço, foram publicados editais de chamamento de empresas no Rio de Janeiro.

[...] Depois d'agua, luz e tração electricas urbanas, feitas com os mais adiantados processos da sciencia depois dessa outra serie não menos notável de reformas na multiplicação dos prédios públicos e particulares no asseio das ruas e praças, o estabelecimento de uma rête de esgotos impõe-se como uma necessidade de nosso meio, offecerendo-se como medida essencial para a hygienização da cidade. Pois bem, é precisamente esse melhoramento que vem fechar o circulo dos principais benefícios materiais de uma cidade culta, que se a mover e percorrer os seus tramities administrativos, para então chegar á sua auspiciosa objectivação (jornal **A União**, 1913)<sup>102</sup>

Passada uma década do século XX, a Cidade da Paraíba ainda precisaria dar muitos passos para se considerar moderna, ao menos no aspecto urbano. Assim, atendendo ao edital, o engenheiro Saturnino de Brito foi contratado em 1913 e

---

<sup>102</sup> **A União**, 25 de maio de 1933.

elaborou um projeto de saneamento, o qual também previa traçados viários radiais e a arborização de parques e praças. Contudo, após muitos trâmites de diversos outros planos, em 1920, Saturnino foi re-contratado para elaborar outra proposta, que só foi implantada nessa década.<sup>103</sup> Neste período, não encontramos registros da realização de grandes obras que refletissem o entorno do Jardim ou mesmo que viessem a modificar consideravelmente o espaço urbano da cidade.<sup>104</sup>

Embora incompletos e de abrangência limitada, os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica foram os primeiros sinais de que a Cidade da Paraíba ingressou na modernidade. Essa mudança se refletiu na arquitetura, com reformas e novas construções em residências e prédios públicos. Novas ruas e praças surgiram, as antigas foram revitalizadas e, acompanhando essa transformação, os costumes da população também se modificaram. Em especial, as classes abastadas adotaram novos hábitos e se sentiam modernas, incorporando novas formas de lazer, vestuário e comportamento.

A partir de 1910, o lazer passou a ser incorporado no dia-a-dia das elites. Não bastava apenas vestir-se elegantemente e morar decente. Eram necessários ‘palcos’ capazes de ostentar para o público os sinais de modernidade expressa nos vestuários, nas posses, na arquitetura das residências [...] a freqüência a lugares públicos incorporados ao cotidiano das elites e da cidade como lugares de sociabilidade, entretenimento e ponto de encontro. Eis a razão por que os administradores públicos e os moradores da área central passaram a se preocupar com as condições e estruturas das praças e do jardim público [...]. (Chagas, 2004, p.143)<sup>105</sup>

As reformas no Jardim tiveram um papel crucial na aclimatação higiênica da cidade, com a arborização e o ajardinamento assumindo um papel fundamental nesse processo. A preocupação com a saúde pública e a questão sanitária se tornaram prioridades no urbanismo a partir do final do século XIX, impulsionando reformas em diversas cidades brasileiras. O Recife, por exemplo, serviu como modelo para a cidade da Paraíba, além de ser o local de compra de materiais e mobiliários para as reformas de seus jardins.

As fotografias do Jardim Público da Paraíba, que serão apresentadas nas próximas páginas, permitem observar alguns elementos arquitetônicos da época. Percebemos que o jardim em questão apresenta algumas características dos jardins

<sup>103</sup> **A União**, 31 de maio de 1933.

<sup>104</sup> **A União**, 13 de Junho de 1933.

<sup>105</sup> Exposição da Administração do Interventor Gratuliano Brito 1932 a 1934. Imprensa Oficial. João Pessoa. 1935.

salubres recifenses, como a presença de palmeiras imperiais. No entanto, diferentemente dos jardins tradicionais, não se observam motivos zoomorfos e florais nos bancos, nem esculturas elaboradas, como as que se encontram no Recife (Silva, 2007, p. 129). As únicas esculturas referenciadas são o chafariz em forma de águia e a estátua de Epitácio Pessoa, datada da década de 1910.

Além disso, o jardim demonstra influências do estilo inglês, com elementos como coretos, gradis, bancos de madeira, canteiros, vegetação de porte médio, traçado sinuoso e funções recreativas e artísticas (Silva, 2010, p. 16).

### **3.2 O jardim público: usos e o regulamento**

Como mencionado anteriormente, segundo Gabriel Bechara (apud Mello, 1990, p. 84), os primeiros bancos e o primeiro coreto foram instalados em 1889. Outras reformas se sucederam nos anos de 1892, 1903 e 1913 (Mello, 1990, p. 85), período que coincide com o domínio político da oligarquia de Álvaro Lopes Machado.

O primeiro coreto, instalado durante o governo de Gama Roza (julho a novembro de 1889), apresentava uma cúpula octogonal pontiaguda, coberta por zinco e assentada em base de alvenaria elevada a três degraus do solo. O coreto era sustentado por colunas e circundado por um peitoril. Em volta do coreto, no primeiro círculo, eram plantadas palmeiras imperiais e instalados bancos. No segundo círculo, atrás dos bancos, eram dispostos canteiros ajardinados com traçado sinuoso e áreas de passeio com postes de iluminação (Figura 21).<sup>106</sup>

Nas imagens a seguir, a área destacada em vermelho revela a presença de dois pequenos quiosques, mencionados no Decreto nº 218 de 27 de junho de 1902. Este decreto concedeu autorização, por um período de cinco anos, para que Felix Mascarenhas e Augusto Pereira de Vasconcelos instalassem os quiosques para servir café e bebidas aos frequentadores daquele local de lazer público.<sup>107</sup>

Apesar da importância do espaço, poucas mensagens e relatórios presidenciais apresentados à Assembleia Legislativa nesse período mencionam as obras realizadas no Jardim Público. Foram encontradas apenas quatro referências,

<sup>106</sup> A cidade de João Pessoa possui muitos exemplares da arquitetura moderna, principalmente nas edificações. Dentre muitos trabalhos sobre este assunto, indico PEREIRA, Fulvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. 2008. 276 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia São Carlos. Universidade de São Paulo.

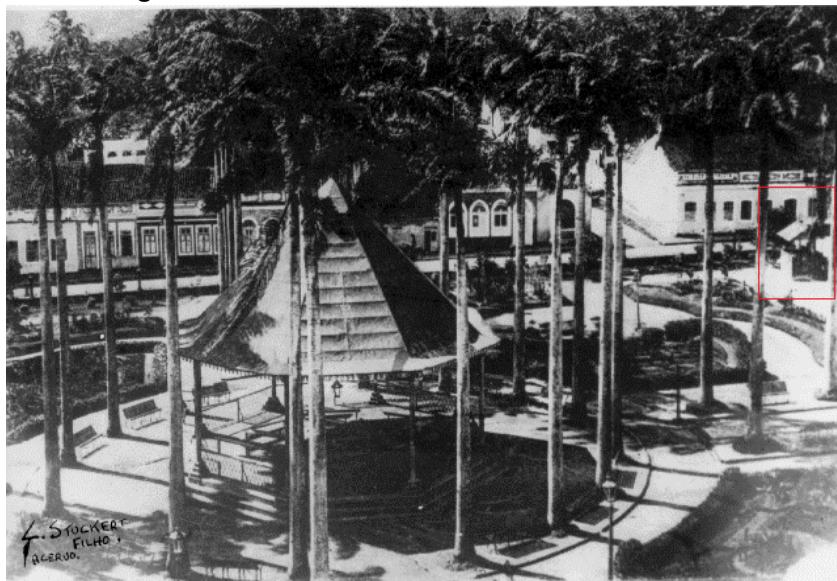
<sup>107</sup> Descrição de Humberto Cozzo, documento do Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP.

sem detalhamento dos serviços executados: em 1907, foi mencionado o “preparo [sic] no carramachel e na bomba”; em 1910 e 1911, informou-se que foram realizados melhoramentos, sem especificar quais; e, em 1913, ocorreu mais uma reforma, culminando com a instalação do novo coreto e a reabertura do Jardim Público em 31 de dezembro (Figura 22).<sup>108</sup>

Conforme consta no relatório do Presidente do Estado João Pereira de Castro Pinto (1912-1915)<sup>109</sup> ocorreu:

a reforma completa e radical do jardim público, hoje um dos logradouros mais aprazíveis do norte do Brazil,[...] com um novo e **elegante pavilhão de ferro** e numerosos bancos de assentos duplos em sua maioria. Fiz aumentar a illuminação e prestei auxilio prompto e efficaz a mais uma tentativa de arborização das ruas e praças dessa Capital, que se resentem da falta quasi absoluta de ornamentação e esthetic. (Destaque meus).

**Figura 21** - Primeiro coreto do Jardim Público, 1910.



Fonte: Stuckert Filho (2004)

Este “elegante pavilhão de ferro”, tal como o definiu Castro Pinto, foi fabricado por uma fundição francesa<sup>110</sup> e possuía cúpula arredondada sobre uma cobertura de

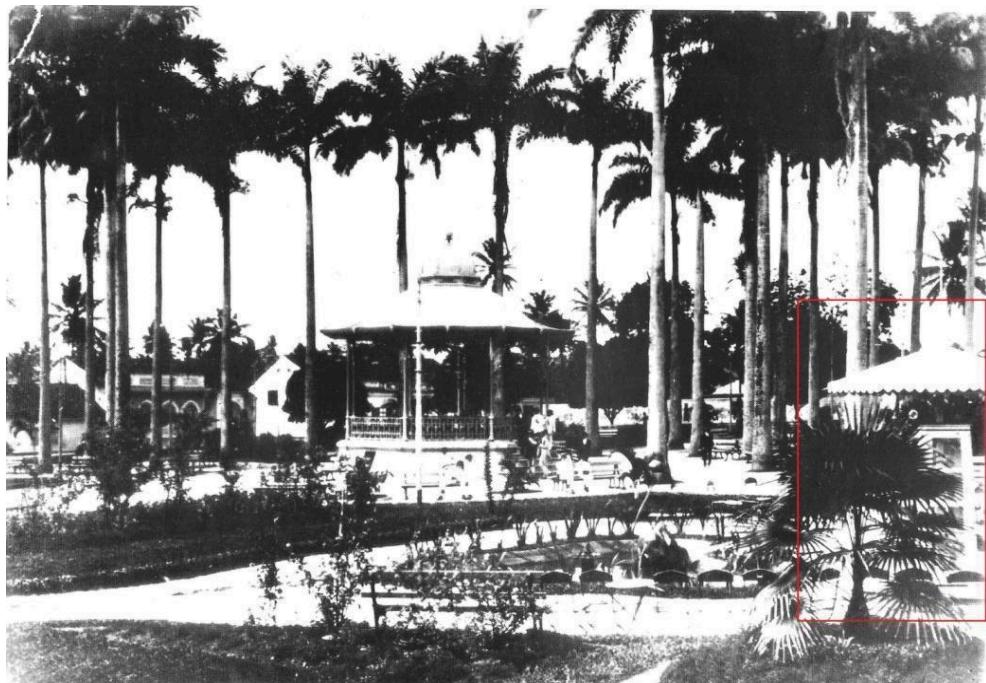
<sup>108</sup> Inaugurado no governo de José Maranhão, em 26 de julho de 1998 (AIRES, 2006. p. 52).

<sup>109</sup> Entre o final do século XIX e o início do século XX, o espaço também foi denominado de Campo do Comendador Felisardo Toscano, mas não há referências concretas sobre essa ambigüidade nas documentações e na literatura consultadas. Este aspecto será melhor explicitado no terceiro capítulo.

<sup>110</sup> O conflito armado travado entre o Governo do Estado da Paraíba e o município de Princesa em 1930, conhecido como “Guerra de Princesa”, teve como líder o coronel José Pereira. O conflito se iniciou após a indicação dos candidatos do Partido Republicano da Paraíba, presidido por João Pessoa, ao Senado e à Câmara Federal. No pano de fundo do conflito estava a insatisfação com a política tributária e outras questões relacionadas à gestão de João Pessoa.

traços menos rígidos, assentado sobre maior elevação do solo que o coreto anterior, sustentado por colunas e circulado por um peitoril.

**Figura 22** - Segundo coreto do Jardim Público, 1916.



Fonte: Álbum de Memória, 2006

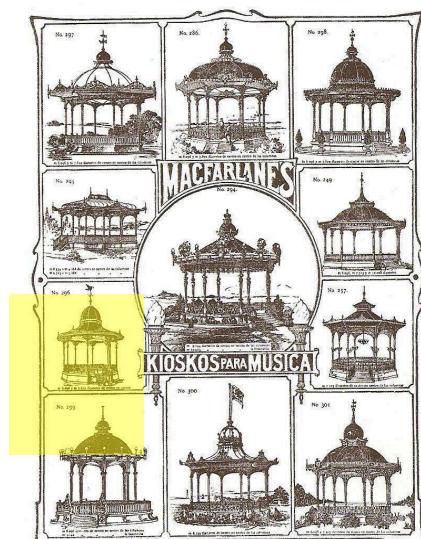
A importação da “arquitetura metalúrgica” europeia se espalhou por diversas cidades brasileiras, com peças trazidas entre meados do século XIX e início do século XX. Entre os diversos mobiliários, como postes, fontes, bebedouros e relógios, os coretos se destacaram como um dos itens mais adquiridos. Segundo Costa (2001, p. 9), enquanto em seus países de origem algumas peças dessa arquitetura já estavam sendo criticadas, no Brasil elas se tornaram um símbolo do progresso e “eram sempre recebidas com entusiasmo e elogios”. Essa percepção se reflete nas referências ao segundo coreto do Jardim Público, valorizado por ser importado da França (Mello, 1990, p. 85-86).

O Brasil, portanto, se tornou um mercado consumidor importante para as fundições europeias.

Essa volumosa importação se explica, por um lado pelo alto grau de desenvolvimento técnico dos fabricantes, que assegurava aos compradores produtos funcionais, racionais e duráveis e, por outro, pelo atraso da siderurgia brasileira e peculiaridades de nossa economia, cujas ligações comerciais com os países europeus determinavam a compra, o local e as firmas fornecedoras, variando de acordo com as circunstâncias de dependência comercial de cada região. (Costa, 2001 p. 9-10)

Nesse período, o Brasil ainda não havia se industrializado e sua economia se baseava na exportação de produtos agrícolas e de matérias-primas para as indústrias europeias, como o algodão, no qual a Paraíba se destacava, como já mencionado. Segundo Silva (1896, p. 20), a importação de ferro no Brasil aumentou de 5% para 25% entre os anos de 1850 a 1905, enquanto a exportação de algodão caiu pela metade, de 50% para 25% no mesmo período. Com o desenvolvimento da metalurgia, novos produtos foram sendo criados e seu uso na arquitetura se intensificou. A Saracen Foundry, de Walter MacFarlanes & Co, foi uma das fundições que mais exportou para o Brasil. Suas peças em ferro fundido estão presentes em diversos estados, como Pará, Manaus, São Paulo, Ceará e Pernambuco (Costa, 2001, p. 100).<sup>111</sup>

**Figura 23** - Coretos do catálogo da fabricante escocesa Saracen Foundry de Walter MacFarlanes & Cº.



Compreende sempre uma base de alvenaria, o chamado tambor, contendo um assoalho que funciona como uma caixa de ressonância (...) Sobre ele uma construção, geralmente em ferro fundido, o mais aberta possível, para não abafar o som, sustenta uma cobertura em dossel, que permite sua boa difusão. (Costa, 2001, p. 178-179)

Conforme as imagens dos coretos do Jardim Público, podemos constatar que eles se encaixam nessa descrição. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o uso cotidiano desses espaços girava em torno da realização de eventos de lazer, como as retretas. Segundo Gabriel Bechara (apud Mello, 1990, p. 52), o Jardim Público da Paraíba.

Representou um espaço de lazer laico<sup>112</sup>, não mais sob a tutela e vigilância da Igreja que até então ordenava os festejos, por ocasião das datas religiosas. Não foi, entretanto, uma iniciativa da sociedade civil organizada, mas apenas a ocupação do espaço da Igreja pelo Estado na ordenação das relações sociais. Ao invés [sic] da Igreja, o Palácio, no lugar do adro o Jardim, em vez de ladinhas, as polkas e dobrados das bandas oficiais.

Sob a tutela do estado, as regras de uso deste espaço pela população eram ditadas pelo Código de Postura. Este, além de dar as diretrizes para o ordenamento urbano e para as construções que se levantavam na cidade, ordenava também outros aspectos do cotidiano, “a exemplo do modo como os frequentadores das praças deveriam se vestir e terminava afirmando que falar alto na Via pública depois das vinte horas era proibido” (Chagas, 2004, p. 139).<sup>113</sup>

O uso do Jardim era, portanto, controlado. O acesso se dava pelos quatro portões situados em suas laterais. O zelador, que também tinha a atribuição de guardião das chaves, era o funcionário responsável por esse controle. No entanto, o uso irrestrito sempre foi facultado às pessoas da alta sociedade paraibana (Mello, 1990, p. 99), e essas práticas eram expressas no Regulamento de Funcionamento de 1905, que o denominava de Jardim de Palácio.

<sup>112</sup> De acordo com Murilo Marx (1991, p. 12), o crescimento de uma povoação modificava sua condição. Assim, um aglomerado com uma igreja era considerado paróquia ou freguesia, que só com a autonomia municipal se tornava uma vila. Os termos do Dicionário de Bluteau ajudam na percepção da forma como eram compreendidos esses elementos. Assim, a freguesia era “A igreja parochial” e “o lugar da cidade, ou do campo, em que vivem os freguezes” (p. 206). A vila é “uma povoação aberta, ou cercada, que nem chega a Cidade, nem é tão pequena, como Aldeia. Tem Juiz & Senado da Camera, & seu pelourinho” (p. 489). Já o termo cidade é visto de várias formas; destaco a primeira, “Cidâde. Multidão de casas, distribuídas em ruas, & praças, cercadas de muro, & habitadas de homens, que vivem com sociedade, & subordinacão” (p. 309).

<sup>113</sup> Referência obrigatória para essa discussão é a obra de Regina Célia Gonçalves. **Guerra e Açúcares**: Política e economia na Capitania da Paraíba, 1585-1630. Bauru, SP: Edusc. 2007.

**Figura 24 - Palácio do Governo e área interna do Jardim Público. Sd<sup>114</sup>**



Fonte: Leitão (1985).

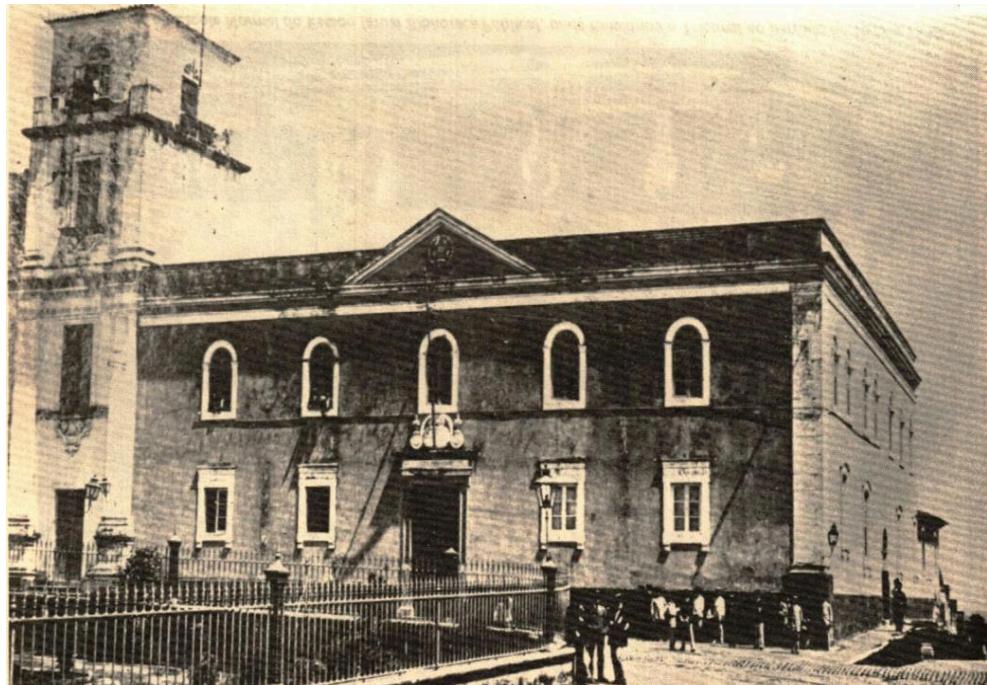
Conforme o citado regulamento, o Jardim Público funcionava diariamente das cinco da tarde às nove horas da noite, e seu acesso era permitido apenas a “pessoas decentemente vestidas”. Essas pessoas deveriam atender a regras de comportamento e outras normas. Era proibida a circulação fora dos passeios, ou seja, nas áreas cultivadas, nas quais só poderiam ingressar seus funcionários. Também não era permitido arrancar folhas, flores ou outros elementos constitutivos.

Os infratores dessas proibições eram multados em “5\$000” e, se reincidentes, no dobro. A destruição de plantas e objetos no interior do jardim também era penalizada; tanto o autor deveria indenizar o dano como pagar multa de “20\$” e de “40\$” se reincidisse. Aos reincidentes ainda seria vedado o ingresso, ficando seu nome exposto nos quatro portões do jardim. Se o infrator dessas normas fosse menor, cabia ao responsável as penalidades. Se o infrator não tivesse como pagar a multa, este seria preso por três dias e o dobro, na reincidência.

**Figura 25 - Lyceu Paraibano e Lateral do Jardim Público. Sd**

---

<sup>114</sup> Para maiores detalhes consultar: LINS, G. G. Da S. D`Ávila. *Revisão dos Sucessivos Nomes oficiais da Capital da Paraíba ao longo do tempo*. João Pessoa. Edição Independente do Autor. 2005.



Fonte: Leitão (1985)

Este regulamento, que deveria ficar exposto em cartazes no interior do jardim, também definia as atribuições do zelador. Além de abrir e fechar diariamente o jardim, fazendo soar uma campa junto ao portão principal antes de fechá-lo, e de ser, evidentemente, o responsável pela conservação do jardim, a função do zelador ia além, sendo quase um gerente. O zelador podia contratar trabalhadores e dirigi-los em serviços de remoção e limpeza. Fiscalizava as infrações, impunha multas e as dirigia ao Tesouro, a quem cabia a direção do jardim. Era o responsável por manter a ordem e o decoro, podendo invocar a guarda do Palácio do Governo. Deveria fiscalizar obras e construções e providenciar a aquisição de novas espécies de plantas junto aos meios competentes. Vemos, assim, que a existência de um regulamento indica que o uso do jardim era frequente e que, diante do rigor de seus artigos, ele foi elaborado para sanar problemas ocorridos.<sup>115</sup>

**Figura 26** - Rua Direita e lateral do Jardim Público, 1906. Em destaque um dos portões

---

<sup>115</sup> Estas investidas foram comandadas por Martim Leitão que ainda teve que contornar conflitos e motins internos, permeados pelas dificuldades de todo tipo (consultar Gonçalves, 2007, p. 109).



Fonte: Rodriguez (1974)

Voltando à questão da sua função musical, nas retretas da Cidade da Paraíba, as bandas apresentavam diversos estilos musicais, dentre eles valses, polcas, trechos de óperas, dobrados e, a partir de 1927, executavam também fox-trottes (Mello, 1990, p. 92-94). Nos dias de retreta, o traçado do Jardim Público possibilitava a distribuição de seus frequentadores. O segundo coreto, assim como o primeiro, foi instalado no seu centro e era circundado por um passeio em forma de círculos concêntricos, ladeado pelos canteiros ajardinados. Nos dias de retreta, obedecia-se a uma divisão de classes, segundo a qual as pessoas grades ficavam no primeiro círculo junto ao coreto, a classe média, composta por funcionários públicos, pequenos empresários e estudantes, ficava no segundo círculo e os populares, do lado de fora dos gradis (Mello, 1990, p. 99). Não encontrei nenhum documento escrito ou imagético que comprovasse esta organização; contudo, ela pode ter sido registrada a partir de informações orais.

A transformação do entorno do Jardim Público, com a construção de novos prédios, se acelerou no governo seguinte, o de Francisco Camilo de Holanda (1916-1921), considerado responsável por realizar uma “pequena revolução urbanística” na cidade. Contudo, seu governo dedicou pouca atenção às questões do saneamento, que era uma das expectativas, principalmente após a contratação do projeto elaborado por Saturnino de Brito. Com a instalação do abastecimento de

água, o saneamento se tornou uma das maiores urgências. Por outro lado, os embelezamentos urbanos, por meio da construção de novas edificações, foram uma das prioridades do seu governo (Mello, 1982, p. 53).<sup>116</sup>

A economia do Estado estava num bom momento durante seu governo, e isto teria propiciado as condições financeiras necessárias para a realização das construções, conforme ficou destacado na notícia do Jornal do Recife do dia 02 de abril de 1919<sup>117</sup>:

Podemos afirmar que, com o governo do dr. Camillo de Hollanda, a Paraíba teve um surto de progresso admirável, transformando-se completamente a capital e entrando todo o Estado numa renovação deveras notável. [...] a cobrir a Paraíba de novos edifícios públicos,[...]. Quem conhece tudo quanto tem feito, pela sua terra natal, o dr. Camillo de Hollanda, quem sabe como elle a dotou de prédios como a Escola Normal, como o grupo escolar Epitácio Pessôa, de praças como a Venâncio Neiva [...] (Paulino, 2007, p. 42)

Essa mesma notícia ainda mencionou, de forma mais acentuada, a Escola Normal, como uma das melhores do gênero no país e a melhor do norte, “não só pela beleza de suas linhas, como por sua capacidade e perfeita distribuição dos compartimentos, obedientes aos mais modernos preceitos de hygiene e pedagogia”. Para o Jardim Público, segundo notícia do jornal **A União** de 05 de abril de 1918, transcrita por Chagas (2004, p. 145), Camilo de Holanda teria declarado que

[...] um pavilhão central, elegante e artístico, que substituirá o velho ali existente, já desproporcionado e antiestético, visto parecer um barracão, numerosos bancos sólidos e confortáveis, e cadeiras suficientes para se ouvir sentados à música executada no coreto. De par com todos esses objetos, chegou também um rico instrumental para a Banda da Força Pública.

<sup>116</sup> O urbanismo português é caracterizado pela síntese das vertentes vernácula e erudita. A vernácula, marcada pela ligação com o território, e a vertente erudita, baseada em sistemas ortogonais, ver TEIXEIRA, M. C. Os modelos urbanos Portugueses na Cidade Brasileira. In: **Revista do Centro de Estudos de urbanismo e arquitetura**. Portugal. abril 2001. Disponível em: [http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo\\_07.htm](http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_07.htm). Acesso em: 10-Jul-2012.

<sup>117</sup> Nesse sentido, quanto à questão urbana, observou Marx (2003, p. 20) que “Ligados à Igreja, os dois Estados Ibéricos passaram, com sua expansão ultramarina, a deter amplos poderes sobre as questões eclesiásticas. A maneira de regular o convívio entre o poder temporal e o espiritual, como os dois braços do trono, deu-se através de inúmeras concordatas por toda a parte, embora de maneira muito distinta entre Portugal e Espanha. Nessa última, quase se formulou a legislação específica para seu império colonial; tais acertos mereceram a atenção em primeiro lugar. Quando, na mesma codificação, se estipulou determinado urbanismo para vicejar em outros continentes, estava pressuposto e bem definido o papel dos dois tipos de instituições decorrentes. Tal não se deu em Portugal, que transferiu sua legislação e dela se serviu em outras terras. As normas da igreja, por toda a parte em suas colônias, foram seguidas mais fielmente que as do Estado. O resultado desenhou doutra maneira, muito distinta, a cidade que promoveu entre nós.”.

Encontrei referência a outro coreto, que seria o terceiro instalado no Jardim, em Mello (1990, p. 107). Esse seria, segundo o autor, de fabricação belga e com estrutura metálica em “estilo bèle-époque”. Contudo, as imagens que existem da praça na década de 1920 (tal como a figura 27) mostram um coreto muito semelhante àquele instalado por Castro Pinto, de que já tratamos. Ainda assim, mesmo que não tenham sido realizadas todas essas intervenções no governo de Camilo de Holanda, foi esta feição do jardim que durou até 1933, quando o coreto foi removido.

**Figura 27 - Praça Comendador Felizardo, 1928.**



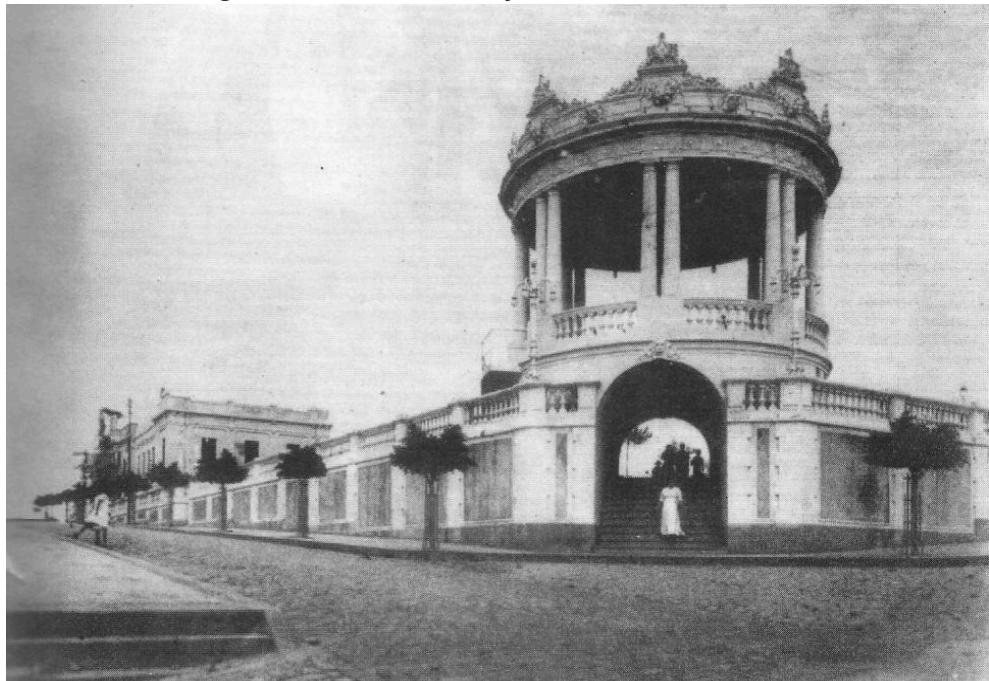
Fonte: Stuckert Filho (2004).

Contudo, a gestão de Camilo de Holanda voltou sua atenção para áreas próximas ao Jardim Público, a exemplo do Pátio do Palácio. Em sua primeira mensagem, de 1º de setembro de 1917, o presidente informou que tomou “a hombros a construção da Praça Venâncio Neiva” (figura 28). Essa praça foi projetada pelo arquiteto Pascoal Fiorillo e possuía jardins, coreto, um rinque de patinação e uma fonte “circular de mármore italiano, tendo como motivo central o grupo estatuário: As Três Graças, cuja cópia foi feita pelo escultor francês Sesi” (Rodriguez, 1962, p. 43). Assim, em seu governo

A primeira ordem foi a praça Venâncio Neiva, em forma quadrangular, ao sul do Palácio do Governo, dividida em reveldos e canteiros ajardinados.

Construidos em cimento armado, acha-se a noroeste um “belvedere” de estyo pompeano. Ao centro, uma área de patinação; ladeando o “belvedere”, duas balaustradas, determinadas pelo declive do terreno. O efecto de conjunto desta construcçao é o melhor possível, sallientando-se pela sua singularidade e bellesa. (Relatório de Exposição do Mandato, 1916-1920)<sup>118</sup>

**Figura 28 - Coreto da Praça Venâncio Neiva, 1920.**



Fonte: Stuckert Filho (2004)

No governo de Camilo de Holanda, além da Escola Normal, também foi construído, no entorno do Jardim, o prédio da Imprensa Oficial, que, somados ao complexo arquitetônico jesuítico, formaram um cenário urbano monumental. Como já mencionamos, a economia do estado estava estável ao ponto de que, na mensagem de 1918, o presidente informou que, aproveitando os “superávits do orçamento do estado, fiz construir um vasto prédio para a Escola Normal” (figura 29). Mas a construção dessa escola foi um dos pontos polêmicos da administração de Camilo de Holanda. Ainda na mensagem de 1918, o presidente do estado descreveu longamente este prédio ainda em construção; ele tinha uma área de oitocentos e noventa e dois metros quadrados, era composto por dois pavimentos, “cada um com cinco metros de pé direito”, além do porão. Na parte superior, destacou a existência

<sup>118</sup> Desde sua localização, área, comprimento, largura, ângulos, perímetro, até o número e a largura das ruas que desembocabam na mesma, dentre outras características. Para aprofundar esse assunto: DANTAS, Ana Cláudia de Miranda. Cidades Coloniais Americanas. In: **Arquitempos**. 050.05 Ano 5, Jul 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitempos/05.050/566>. Acesso em 02 jul. 2012.

de um “salão de honra com três divisões” que dava saída para o “terraço central feito de cimento armado, cercado de columnas”. Mas tanto a construção dessa escola, como outras obras da gestão de Camilo de Holanda, receberam críticas do chefe da oligarquia em foco, Epitácio Pessoa.<sup>119</sup>

**Figura 29 - Escola Normal e Canteiro do Jardim Público, 1920.**



Fonte: Stuckert Filho (2004).

Por que despender mil contos numa escola normal? [...] Como um governo poderia desperdiçar tantos recursos para uma escola de mulheres, que se limitaria a ensinar os ofícios de cozinhar e costurar, estes poderiam, como sempre foi, ser ensinados no próprio lar. (Epitácio Pessoa *apud* Rodrigues, 1989, p. 218).

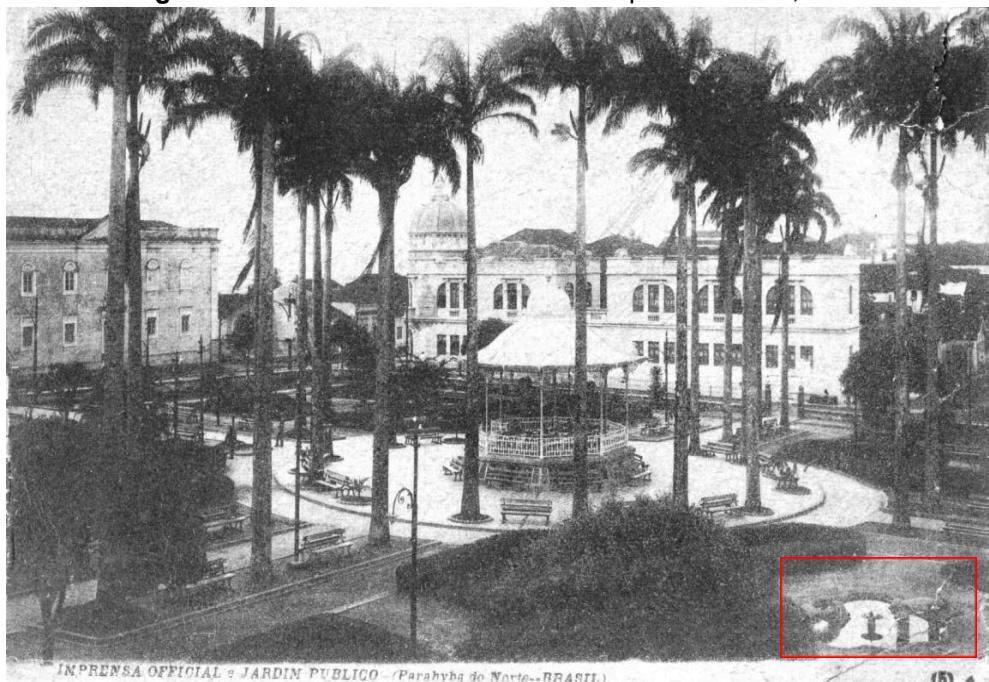
[...] comprehendo que V. desejasse ligar seu nome à remodelação da Capital; mas melhor seria não gastar tanto, sobretudo numa época em que as obras custavam tão caro. Se parte desse dinheiro tivesse sido posto de lado, hoje não estaríamos cheios de apreensões. Se parte houvesse sido empregada em estradas, açudes, etc., muito mais teria lucrado a Paraíba. (Epitácio Pessoa *apud* Mello, 1990, p. 97)

As críticas de Epitácio Pessoa revelam o pensamento acerca do papel que caberia à mulher na sociedade. Embora Camilo de Holanda não fosse totalmente avesso a esse pensamento, sua iniciativa apontava outro caminho para a mulher, que, através da formação, aumentaria a participação feminina no exercício

<sup>119</sup> Ainda de acordo com este autor, “a cidade portuguesa é planeada e projectada no sítio, e atendia às características do território em que se implanta, se construindo sempre de acordo com um plano, ou uma ideia de ordenamento pré-definido, mas sempre considerando as particularidades do sítio no que se refere ao ordenamento do traçado e a localização dos principais edifícios e funções urbanas” (Teixeira, 2001. p. 2)

profissional da educação. Também nessa mensagem, Camilo de Holanda informou que determinara a construção do novo prédio da Imprensa Oficial, que já estava com “um pavilhão prompto e outro em vias de conclusão”. A imagem abaixo (figura 30) mostra esse prédio e revela também uma nova conformação física do Jardim.

**Figura 30 - Jardim Público e Prédio da Imprensa Oficial, 1923**



Fonte: Stuckert Filho (2004)

Na imagem acima, podemos ver uma nova disposição de bancos, sendo alguns localizados ao redor do tambor do coreto, dando de frente para os outros dispostos entre as palmeiras imperiais do primeiro círculo. Os canteiros já apresentam uma maior vegetação, em decorrência do crescimento das plantas, e em um deles está o chafariz em formato de águia (destacado) mencionado anteriormente, conforme verificado em ampliação dessa fotografia constante no acervo do Arquivo Histórico do Estado.

Passadas três décadas da oficialização da separação da Igreja-Estado por meio do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que extinguiu o padroado, as determinações da igreja não interferiam mais na organização do espaço urbano, tendo este se secularizado. Contudo, sua influência no uso do espaço ainda sofria a sua interferência, tal como ocorreu em 1922, quando a igreja havia conseguido impor regras de comportamento nas ruas que ladeavam o Jardim Público. Foucault (2004, p. 119), ao analisar a disciplina dos corpos dóceis, fala da “invenção” de uma

anatomia política, que se articula por meio de uma “mecânica do poder”, que determina a forma para se ter o domínio sobre o corpo dos outros, no intuito de que estes corpos ajam da maneira que se quer. Sobre essa anatomia, diz que

Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias [...] e em algumas dezenas de anos reestruraram a organização militar. Circularam às vezes muito rápido de um ponto a outro (entre o exercito e as escolas técnicas ou os colégios e liceus).<sup>120</sup>

Tal mecanismo estava presente no diretor da Escola Normal, o monsenhor João Batista Milanez, que resolveu proibir os alunos do Liceu de conversarem com as alunas da Escola Normal nas proximidades desta. O diretor da escola chegou ao ponto de traçar uma “linha imaginária”, denominada “linha da decência”, que passava no centro do Jardim Público e que não poderia ser cruzada pelos estudantes. Para garantir o cumprimento deste regulamento, conseguiu, com a chefia policial, um guarda para a porta da escola, no que foi de imediato atendido (Silva, 2009, p. 2). As consequências foram trágicas, pois a medida resultou na morte do estudante Sady Castor Correia de Araújo, do Liceu, que transgrediu o regulamento e foi vítima de um tiro disparado pelo guarda, em setembro de 1923. Sady era noivo de Ágaba Gonçalves de Medeiros, aluna da Escola Normal, que se suicidou em outubro do mesmo ano. Certamente, a punição imposta pelo soldado não foi ordem da igreja, mas a medida revela que os estudantes foram submetidos à vigilância de seus corpos.<sup>121</sup>

No ano dessa tragédia, a conformação urbana no entorno da praça e seu traçado podem ser observados nas imagens abaixo. No detalhe da planta da cidade elaborada pelo engenheiro militar Otto Kun (figura 31)<sup>122</sup>,

<sup>120</sup> Sobre a denominação “Direita”, comum na cidade brasileira, Murilo Marx (1980, p.45) diz que esta se refere à função de ligar, de levar de um ponto importante a outro, seja um pátio ou uma construção religiosa; definição que se adequa à realidade da Cidade de Nossa Senhora das Neves, pois os pontos importantes ligados pela Rua Direita, de princípio, foram a Igreja dos Franciscanos e a igreja da Misericórdia

<sup>121</sup> Expressão que tomo de empréstimo de Moura Filha (2005 p. 198). A regularidade atual, referente à sucessão de espaços que esta rua apresenta, só foi propiciada com a abertura, em 1610, do largo para nele se instalarem a Casa de Câmara, a Cadeia e o Pelourinho, e depois, já no século XX, com a abertura da Praça Vidal de Negreiros. Estes logradouros se somaram ao Largo e ao Pátio do Palácio, dando, então, essa característica da multiplicidade de espaços abertos comum no urbanismo português.

<sup>122</sup> Sobre esse assunto, consultar OLIVEIRA, C. M. S. As igrejas barrocas paraibanas, a divisão do espaço urbano e a consolidação da dominação. In: **Sæculum**. Revista de História, João Pessoa, Departamento de História, Universidade Federal da Paraíba, n. 1, jul.-dez. 1995 p. 59-74; e SILVA, José Flávio. **Progresso e Destrução na Cidade da Paraíba**: Cidade dos Jardins. João Pessoa/PB, Ed. UFPB, 2009.

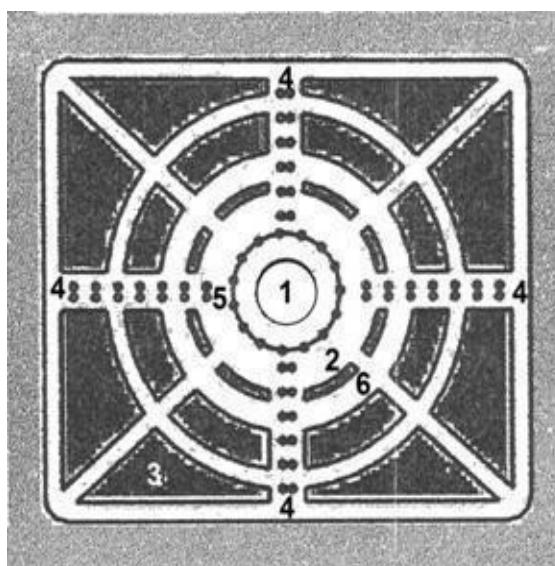
destaca-se o traçado da Rua Duque de Caixas em 1923 (em amarelo). Na área do entorno do Jardim Público, representado no ponto “45” (em vermelho), podemos visualizar as localizações do prédio da Imprensa Oficial - o ponto “g” (em verde), do Liceu Paraibano, da Igreja da Conceição e do Palácio do Governo - pontos “I; V; n” (em azul) respectivamente, e da Escola Normal - o ponto “N” (em amarelo).

**Figura 31** - Detalhe da Planta da Cidade elaborada em 1923 por Otto Kunh



Fonte: Sousa; Vidal, 2010

**Figura 32** - Esboço do Jardim Público

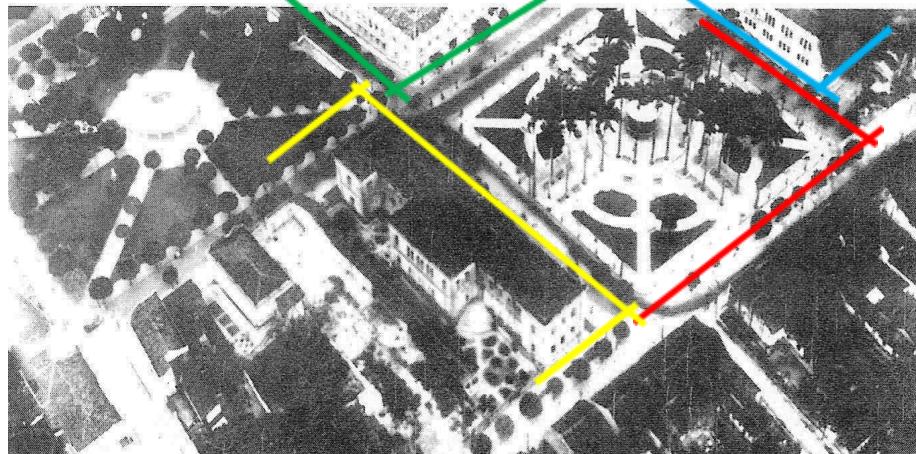


Fonte: Soriano, 2001.

**Legenda:** 1-Coreto; 2- Passeio; 3 - jardins; 4 - entrada dos Portões; 5 – palmeiras; 6 – quiosque.

Nas imagens acima (figuras 32 e 33), é possível perceber o traçado da Praça com a disposição dos canteiros, dos passeios e o coreto ao centro, assim como também parte dos prédios do Palácio do Governo (em verde), da Imprensa Oficial (em azul) e o prédio da Escola Normal (em amarelo). Em vermelho, podemos perceber a presença de árvores à frente do prédio da Imprensa Oficial e em direção ao oitão da Igreja das Mercês.

**Figura 33 - Imagem aérea da Praça Comendador Felisardo em 1930.**



Fonte: Stuckert Filho (2004)

Este cenário, conforme estamos demonstrando, foi resultado de um lento processo de reformas urbanas na cidade, sendo que a política de embelezamento continuou sendo a tônica dos governos posteriores. Embora não faça referência ao Jardim Público, em 8 de março de 1928, no jornal *A União*, com matéria intitulada “O problema da cidade”, sobre a administração municipal, destaca-se o plano de “aformoseamento urbano” que buscava reformar “aspectos e paisagens da capital”. A notícia mencionou, ainda, que “os influxos da ação do prefeito João Maurício de Medeiros podiam ser sentidos em vários pontos da urbs”, inclusive na cidade baixa, tão esquecida pelos governos anteriores.

### 3.3 O jardim público na gestão de João Pessoa

A vida do jardim, regada a retretas, bem como sua feição, só veio a sofrer modificações com a gestão de João Pessoa (1928-1930), em cujo governo foi desenvolvido um discurso pelo qual se apresentava como o reformador das práticas das oligarquias locais. Suas ações políticas, como não poderiam deixar de ser, refletiram-se sobre o espaço urbano da cidade, sobretudo do Jardim Público, que teve seu muro e gradis derrubados. As leituras sobre a destruição dos muros feitas por vários historiadores e intelectuais são unâimes na afirmação de que a administração de João Pessoa representou uma “proposta radical de quebrar os quadros de ferro da velha oligarquia rural” (Mello, 1990, p. 100-101, grifos do autor).

Compreendemos que a visão de cidade moderna vai se renovando e a tendência a modificações para atender às mudanças sociais é uma prática comum, mas a derrubada dos gradis pode ser compreendida também como o rompimento com o símbolo do passado oligárquico que o presidente do Estado queria apagar. Com sua retirada, o espaço passou a ter seu acesso liberado.<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> Nesse primeiro capítulo, denominarei este espaço como “terreiro”, por ser a forma recorrente como aparecem nas produções acadêmicas que estudam espaços fronteiros de Igrejas Jesuíticas em outras cidades, onde são comumente chamados de Terreiro de Jesus.

**Figura 34 - Praça Comendador Felisardo (Busto Epitácio Pessoa)**



Fonte: Rodriguez, 1974.

Para analisarmos a formação do espaço urbano de uma cidade que teve seu nome mudado para João Pessoa, assim como o nome do principal jardim público, é crucial entendermos algumas questões a respeito do personagem que lhe dá nome. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi “eleito” Presidente do Estado da Paraíba em 22 de junho de 1828, mas, na verdade, foi aclamado, já que não houve disputa eleitoral, pois não existiam outros candidatos concorrendo ao cargo (Aguiar, 2005, p. 35). A indicação de João Pessoa para o cargo de Presidente do Estado partiu de Epitácio Pessoa, chefe oligárca e tio do presidente eleito.

Em seus estudos sobre a oligarquia epitacista, Linda Lewin (1993, p. 326-327) aponta que a decisão de Epitácio Pessoa em colocar João Pessoa no governo da Paraíba serviu como uma manobra estratégica. Ela possibilitou uma rejeição diplomática à indicação do então Presidente do Estado, João Suassuna (1924-1928), que pretendia nomear seu afilhado e protegido, Júlio Lira, chefe de polícia do estado, para o cargo.

Além disso, a escolha de João Pessoa representava uma estratégia de Epitácio para restabelecer relações positivas com a Presidência da República e para impedir a interferência dos políticos sulistas na escolha dos líderes dos estados do Norte. Ao alegar que havia sido alertado por membros do Congresso e do Executivo sobre a inadequação de ter um político desconhecido, como Lira, no cargo de

Presidente do Estado, Epitácio encontrou a desculpa perfeita para indicar seu sobrinho, João Pessoa.

Essas ações não só demonstram a força de Epitácio Pessoa como chefe oligárquico, mas explicitam uma estratégia para a manutenção de sua máquina política. Ter João Pessoa como Presidente do Estado lhe garantiria, em tese, menos conflitos e apoio irrestrito às suas ações. João Pessoa, que vivia no Rio de Janeiro, assumiu o cargo em 22 de outubro de 1928 e, já no discurso de posse, deixou os membros da Assembleia Legislativa alarmados. Dos pontos levantados, a luta contra o cangaço soou como uma ameaça aos coronéis que os acolhiam em suas propriedades.

Outro ponto que causou rebuliço nos deputados presentes na Assembleia Legislativa, bem como na sociedade, devido à sua repercussão, foi a proposta de renovação dos mandatos do legislativo (Aguiar, 2005, p. 38-43). O tom do seu discurso de posse, como bem observou Lewin (1993, p. 327), já denunciava que ele estava mais acostumado a tomar decisões do que a negociá-las.

Mesmo se tratando de um órgão oficial, é interessante notar como a imagem de bom administrador de João Pessoa começou a ser destacada com apenas quinze dias de mandato. Em 7 de novembro de 1928, o jornal A União publicou uma matéria sobre a boa impressão do governo, elogiando suas ações em diversas frentes. O texto destacava a “cobrança da disciplina, pontualidade e trabalho dentro do regulamento” na administração, a caça aos contraventores e cangaceiros na polícia, a exigência de ação efetiva nas promotorias de justiça, acima das “influências subalternas que ameaçam subjugar os interesses da sociedade”, o rigor nos impostos legais da fazenda e sua aplicação com “probidade, regularidade, previdência e harmonia com as verbas estabelecidas em orçamento”. Por fim, aos amigos, aos chefes locais e aos correligionários, João Pessoa solicitava “uma exigência simples, de ser feita a homens dignos e conscientes das suas responsabilidades, que o ajudem como paraibanos, para a conquista desses objetivos de trabalho de moralidade e de justiça”.

Durante sua gestão, o Jardim Público e as principais edificações do entorno, a exemplo do complexo jesuítico, passaram por significativas mudanças, como a retirada do gradil e a demolição da Igreja da Conceição durante a reforma que fez do Palácio do Governo. Por meio do Decreto 1.544, de 30 de novembro de 1928, João Pessoa transferiu a administração do Jardim Público da Praça Commendador

Felizardo ao município, “sem nenhum ônus para o Estado”, e afirmou que “a prefeitura poderá executar nesse logradouro as obras que julgar necessárias ao seu aformoseamento”.

No entanto, na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 5 de agosto de 1929, João Pessoa informou que:

Para hygienização e embellezamento da capital, tive de empreender algumas obras. Está sendo inteiramente reformado o jardim da praça Comendador Felizardo. Foi regularizada a sua arborização; a iluminação está sendo substituída por postes de globos diffusos, com lâmpadas de 300 velas, dos 150 comprados para as praças desta capital; o antigo gradil foi removido e, com a reforma dos passeios que o circundavam, duplicou-se a largura das ruas que lhe formavam os quatro ângulos; os bondes, finalmente, com a mudança das suas linhas, passaram a circular a mesma praça, deixando de trafegar pela rua Duque de Caxias, desafogando o trecho fontreiro ao Palacio do Governo, que mal permitia a passagem de outros vehiculos.<sup>124</sup>

Esta informação indica que o decreto pode ter sido revogado. Após a remoção do gradil, a denominação Jardim Público deixa de ser registrada nos documentos do governo, sendo chamada apenas de Praça Comendador Felizardo. Quanto à retirada dos gradis, Mello (1990, p. 102) diz que o povo, inclusive os detentos da cadeia pública, ocupou a praça, liderados pelos tribunos e jornalistas populistas-radicalis da Revolução de 1930, para forçar sua eliminação. Contudo, para ilustrar esta afirmação, o autor usou uma imagem que mostra uma manifestação popular, mas nela percebemos que os gradis já haviam sido retirados. Ainda assim, Mello enfatiza a “extraordinária ativação social do pessoismo”<sup>125</sup>. No governo de João Pessoa, ainda se realizaram nivelamentos nas ruas próximas ao Jardim Público, o que visava garantir também facilidade ao acesso a ele, bem como uma melhor ligação deste com a praça recém criada, a Vidal de Negreiros ou o Ponto de Cem Réis, diz que mandou<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> Este texto é um levantamento administrativo, militar, econômico e estatístico, além de histórico e geográfico, das capitania brasileiras, referenciado no *Portugaliae Monumenta Cartographica*, com o título Anónimo – João Teixeira Albernaz I, Dezoito Cartas no Código Rezão do Estado do Brasil, 1616. O livro foi escrito provavelmente entre 1612 e 1613 e é um dos principais documentos elaborados pelos portugueses sobre o Brasil no início do século XVII. Ao mandar fazer um “Livro do Estado”, Felipe II desejava aumentar seu conhecimento sobre as Capitanias Brasileiras. Sobre esse livro consultar: MOURA FILHA, M. Berthilde. O livro que dá “Rezão do Estado do Brasil” e o povoamento do território Brasileiro nos séculos XVI e XVII. In: **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, 2003 | Série vol. 2, pp. 591-613.

<sup>125</sup> Esse assunto será retomado adiante.

<sup>126</sup> Trabalho apresentado, em 2008, pelo autor, em colóquio e seminário, e publicado sob o título A Cidade Frederica: Reconstituição da Planta da Capital da Paraíba do Século XVII” In: PONTUAL,

[...] rebaixar, á custa do Estado, os passeios da rua Duque de Caxias no trecho comprehendido entre as praças Comendador Felizardo e Vidal de Negreiros [...] fazendo desapparecer os degraos que, alem de enfeiarem a rua, eram uma ameaça de accidente para os traseuntes. (Mensagem 05 de agosto de 1929)

Quanto à questão dos nivelamentos, alinhamentos e calçamentos de ruas, obras cuja necessidade era observada desde o século XIX, tendo sido, inclusive, realizadas parcialmente, como já mencionado anteriormente, ressalta-se a boa localização dos equipamentos jesuíticos. Ao longo da pesquisa, não encontrei qualquer referência a nivelamentos feitos em frente a essas edificações. No entanto, os que aconteceram em seu entorno propiciaram melhor acesso a esta área.

A política urbana implantada por João Pessoa para a cidade da Paraíba se intensificou no ano de 1929. Vários decretos mencionam desapropriações de prédios, seguidos quase sempre de outros decretos que aprovaram projetos de obras, tais como o Decreto nº 1.617, de 18 de dezembro de 1929, que abre crédito para desapropriação de prédios, e o Decreto nº 1.618, de 19 de dezembro do mesmo ano, que aprova o alargamento da rua Barão do Triunfo, obra considerada necessária para melhorar o tráfego urbano.

Para o entorno da Praça Comendador Felizardo, chama a atenção uma obra que não se concretizou: o Decreto nº 1.619, de 23 de dezembro de 1929, que aprovava o projeto de construção de um teatro no lado leste da Praça Comendador Felizardo. Para tal, foram “desapropriadas por utilidade pública todos os prédios e terrenos situados no local da projectada construção”, que seriam, portanto, demolidos. Eram, ao todo, onze casas na Praça e mais quatro na rua Treze de Maio, paralela à rua da Praça. O próprio decreto justifica a ação.

O presidente do Estado da Parahyba, considerando que o antigo theatro Santa Rosa, desta capital, pela sua situação e diminuta capacidade, já não corresponde ás exigências do meio e, attendendo á necessidade de se dotar a nossa capital com um theatro á altura do seu actual desenvolvimento e que, quanto possível, attenda aos reclamos de sua progressiva expansão<sup>127</sup>.

Voltando à mensagem de 1929, João Pessoa cita também outras obras que estavam concluídas, entre elas a do Liceu, a da Imprensa Oficial e a da “Torre da Nossa Senhora da

---

V. LORETO, R. P. (org.) **Cidade Território e Urbanismo:** um campo conceitual em construção. Olinda. CECI. 2009.

<sup>127</sup> Conforme informação do autor, utilizou o mapa da Cidade de João Pessoa (PMJP/SEPLAN), elaborado nos anos 1980 com base em fotografias aéreas, digitalizado e atualizado subseqüentemente.

Conceição". Ele se refere exclusivamente à torre, porque a igreja já havia sido demolida em 1929, para favorecer o Palácio do Governo, cujas condições estruturais vinham sendo continuamente mencionadas pelos Presidentes do período republicano que o antecederam como bastante problemáticas. Um deles foi o Monsenhor Walfredo Leal, segundo o qual o Palácio<sup>128</sup>

E' um edifício que necessita de muito serviço, por seu estado de ruínas. Seria conveniente se o admitisse a situação financeira, que se construisse um novo Palacio, ficcando o actual, effectuados certos consertos, para accomodação da Assembléia Legislativa, que presentemente não tem prédio próprio. (Mensagem 1 de setembro de 1906)

Duas décadas depois, João Pessoa declarou que

O Palacio do Governo, apesar de algumas reformas porque passara, podia ser considerado inhabitavel, tanto que alguns presidentes tiveram de residir em casas particulares. Não tendo o Estado, no momento, recursos para construir um palácio compatível com a sua representação, resvolvi remodelar o actual, adaptando-o às necessidades do serviço publico e a um relativo conforto para habitação. (Mensagem 05 de agosto de 1929)

O Palácio do Governo passou por frequentes obras, tanto para a construção de novas instalações quanto para reparos no madeiramento, execução de pinturas ou outros pequenos aprimoramentos. Essas intervenções marcaram quase todos os governos; contudo, a reforma durante a gestão de João Pessoa resultou no desaparecimento da Igreja da Conceição.<sup>129</sup>

[...] dando lugar a um jardim que servirá de área de respiração, deixando livres os oitões do palácio. O velho prédio do Colégio, porém, seria mantido nas suas linhas coloniais, salvo a torre de beirais acachapados (Batista apud Silva 2009, p. 157)

Essas reformas foram conduzidas pelo engenheiro e arquiteto Clodoaldo Gouveia e, durante os trabalhos, parte do teto desabou, resultando em vários feridos

<sup>128</sup> Arrisco-me a dizer que os jesuítas se anteciparam a uma determinação que só veio surgir no século XVIII, quando as igrejas passaram a ser construídas de acordo com as diretrizes das primeiras **Constituições Synodais do Arcebispado da Bahia** de 1707. Divididas em cinco livros, estas leis regiam vários aspectos da vida da Igreja na colônia portuguesa (Marx, 2003, p. 28). De acordo com o Livro IV, o título XVIII: "Conforme o direito Canonico, (1) as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, em lugar decente, livre da umidade e desviado, quanto for possivel, de lugares immundos, e sordidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possão andar as Procissões"(p.252)

<sup>129</sup> Existiam seis aldeias tabajara. As de Piragibe e Guiragibe ficaram sob a responsabilidade direta dos jesuítas. As outras quatro, Almagre, Praia, Joane e Mangue ficaram com os franciscanos (cf. Gonçalves, 2007, p. 119).

e duas mortes. Na imagem a seguir (figura 35), é possível observar os escombros da demolição da Igreja da Conceição e as obras em andamento na fachada do edifício da Imprensa Oficial.<sup>130</sup>

**Figura 35 - Prédio da Imprensa Oficial**



Fonte: Extras do Documentário Álbum de Memória. 2000

Há também, na imagem acima, uma faixa afixada no prédio da Imprensa Oficial, na direção da Rua Duque de Caxias, onde podemos ler os seguintes trechos: “Parahybanos... a chapa... João Pessoa”, o que indica que se tratava da campanha eleitoral da Aliança Liberal, na qual João Pessoa seria candidato a vice-presidente da República na companhia de Getúlio Vargas, que disputava a Presidência. Embora não tenha encontrado referência sobre o autor e a data dessa fotografia, tais dados, além do fato de que a praça já estava sem os gradis, indicam que ela é do ano de 1929 ou do primeiro semestre de 1930. As modificações pelas quais este espaço passou no ano de 1933 fizeram com que o caráter profano e o sagrado se mesclassem, pois ele se transformou em um lugar sagrado; um lugar sagrado para a política, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>130</sup> Utilizei a denominação constante na documentação do Projeto Resgate AHU, pois que Moura Filha (2005 p. 376) usa Manuel Antunes Lima, e Machado (1977, p. 480) usa Manuel Cruz de Lima. O documento consultado e citado por Moura Filha (p. 376), data de 1749, e diz que foram “trinta mil cruzados para que empregados em bens de raiz do rendimento deste se sustentassem os Religiosos e dos seis mil cruzados se satisfizessem as dispozições perpetuaz, que constão da escritura que offerecião”.

## 4 A PRAÇA JOÃO PESSOA

Neste capítulo, abordaremos a transformação da Praça Comendador Felizardo em Praça João Pessoa, um processo que se desenrolou entre 1930 e 1933. Nesse período, o coreto foi substituído por um monumento em homenagem ao presidente do Estado, em um movimento impulsionado pelos acontecimentos políticos de 1930.

As mudanças na praça em 1933 foram consequência direta de um evento trágico: o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930. Como já mencionado neste trabalho, o presidente assassinado foi utilizado pelas forças políticas da Aliança Liberal como mártir do movimento que se tornaria conhecido como “Revolução de 1930”.

Cabe registrar que, sobre o termo “Revolução de 1930”, há um consenso entre os historiadores de que não ocorreu uma revolução, mas sim a substituição das oligarquias no poder pela posterior instalação de um governo autoritário. Devido a isso, se costuma grafar, entre aspas, o termo “revolução”, assim como outros a esse fato associados, ou se usa a denominação de “movimento” ou “golpe” em seu lugar.

O historiador Boris Fausto, em sua análise da “Revolução de 1930”, aborda o contexto econômico, destacando a crise de 1929 como fator crucial que abalou o mercado cafeeiro e, consequentemente, o poder político dos grandes cafeicultores do centro-sul do país.

Embora a Aliança Liberal seja um elemento importante da “Revolução de 1930”, este trabalho não se aprofundará em sua história, antecedentes, ideologias ou nuances econômicas. Tampouco abordará o processo eleitoral de 1930 e a participação da Aliança na deposição de Júlio Prestes. Para um estudo mais aprofundado sobre esses aspectos, recomenda-se a consulta às obras referenciadas neste capítulo.<sup>131</sup>

---

<sup>131</sup> Padre jesuíta espanhol, Francisco de Borja (1510-1572) canonizado 1671. Sobre ele consulte: ASSUMPÇÃO, T. Lino. **História Geral dos Jesuítas**. Rio de Janeiro, Moraes, 1982. Sobre esta procissão consta que, em 1757, os oficiais da Câmara da Paraíba queixaram-se ao Rei D. José I de que os jesuítas não os esperaram à porta da Igreja para que a acompanhassem. Doc 1552 AHU Projeto Resgate. Esta era uma das festas obrigatórias mais frequentes na primeira metade do século XVIII, e ocorreu, se não em todas, na maioria das cidades brasileiras.

Nosso foco está na análise do papel de João Pessoa na “Revolução de 1930”. Esse movimento de alcance nacional, iniciado na Paraíba e impulsionado por seus partidários e simpatizantes, resultou na deposição do presidente eleito Júlio Prestes.

#### **4.1 João Pessoa, entre a vida e a morte: política, campanha e combate**

Antes de analisarmos a instalação do conjunto escultórico “Altar da Pátria” no centro da Praça João Pessoa, é fundamental compreender o contexto político no qual João Pessoa estava inserido.

Conforme já exposto neste trabalho, decorridos os primeiros anos da Proclamação da República, a elite rural, detentora do poder econômico, continuou a controlar a política no Brasil. Esse processo, como analisou Boris Fausto (1981), se desenvolveu com as ações da burguesia cafeeira, que progressivamente levou a União a representar e assumir seus interesses, fazendo surgir uma política alinhada aos interesses das oligarquias do centro-sul, em laços de interdependência.

Assim, na vida política, centrada nos partidos republicanos estaduais, destacava-se a atuação dos presidentes de estado, que, em conjunto com o presidente da República, eram responsáveis pela escolha dos candidatos a senador, deputado, vereador e pela nomeação dos prefeitos. Nesse contexto, os políticos indicados e eleitos mantinham estreita relação com os grandes proprietários de terras.

O Estado passou, dessa forma, a legitimar as oligarquias regionais e seus partidos. Nesse contexto, os representantes da elite rural de São Paulo e Minas Gerais, as unidades da federação com economia mais vigorosa, foram progressivamente se apropriando do poder central e, utilizando esse mecanismo, passaram a comandar a vida política do país (Fausto, 1981, p. 232-233). Ou seja, os candidatos à Presidência da República, indicados, apoiados e eleitos por uma eficiente máquina eleitoral, eram sempre políticos ligados aos grupos de Minas Gerais e São Paulo, que se alternavam no poder a cada troca de mandato.<sup>132</sup>

No contexto político interno, a atuação de João Pessoa como presidente do Estado e do Partido Republicano da Paraíba foi marcada por muitos conflitos. Desde o início de seu governo, em 1928, suas ações vinham causando forte oposição, que explodiu em plena campanha presidencial da Aliança Liberal. Em sua gestão, João Pessoa:

---

<sup>132</sup> Carta Régia de 19 Abril de 1771

[...] implementou uma política sistemática de desprestígio dos chefes políticos ou coronéis dos municípios, que eram, segundo o presidente de estado, os principais responsáveis pelos abusos e, consequentemente, pelo atraso do estado [...] destituir chefes políticos, demitir juízes e promotores, remover delegados e coletores, bem como combater o banditismo [...] foi o que João Pessoa fez em vários municípios, sem comunicar nem pedir autorização às pessoas que detinham o poder local, rompendo com um acordo antigo das oligarquias, de não interferir na política do município (Mariano, 2010, p. 108-109).

As exigências do governo, então, eram de que os setores policiais, fiscais e judiciários agissem com rigor. Por outro lado, passou a controlar os recursos aplicados na realização das obras contra secas, tirando-os das mãos dos coronéis. Além disso, passou também a cobrar dos grandes proprietários tributos sobre a comercialização de sua produção com casas comerciais estabelecidas no estado de Pernambuco. Esta era a principal via de escoamento para o algodão paraibano, pois os produtores preferiam enviá-lo por esta rota, através das fronteiras do sertão, do que pelo porto da capital do estado.<sup>133</sup>

A intenção de João Pessoa era aumentar a receita da Paraíba, e, por isso, sobretaxou o comércio com o Recife. A atitude atingiu principalmente os comerciantes da cidade de Princesa, localizada no alto sertão do estado, que comercializavam com a casa Pessoa de Queiroz, de Recife, familiares do próprio João Pessoa (Mariano, 2010, p. 110-111). No contexto geral, a administração de João Pessoa procurava se alinhar a uma política nacional, tal como observou Santos Neto (2010, p. 207):

Dante das crescentes reivindicações de participação política dos Estados que estavam fora do eixo café-com-leite, e da crescente crise econômica de 1929, a sobrevivência político-financeira e administrativa dos Estados dependia de uma nova definição estrutural face ao contexto nacional. Nessas condições, a administração de João Pessoa não foi um ato heróico, mas uma necessidade de adequação econômica da Paraíba frente às transformações do mercado interno – havendo de considerar ainda que a sua administração deu apenas os primeiros passos nesse sentido.

Melo (2000, s.p.) lembra um fato quase sempre esquecido. Em 1928, ano em que assumiu o governo do Estado, ocorreram eleições para os Conselhos Municipais, e João Pessoa decidiu aprovar o resultado das urnas, reconhecendo, assim, a vitória da oposição em Sousa e Piancó. Essa atitude lhe garantiu a gratidão

---

<sup>133</sup> Sobre a anexação consultar OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: Subordinação e Autonomia (1755-1799)**. João Pessoa. Editora Universitária. 2007.

de uns e a antipatia de outros chefes locais, o que contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos.

Outra atitude que gerou grandes consequências ocorreu em 1930, quando da indicação dos candidatos para o Senado e a Câmara Federal. João Pessoa, como chefe do partido, elaborou a lista sem consultar previamente o Comitê e os chefes políticos locais. Esta lista não continha o nome de João Suassuna, presidente do estado que o antecedeu, mas manteve o nome de seu primo, Carlos Pessoa. João Pessoa acusava seu antecessor, a quem José Pereira, chefe político do município de Princesa, apoiava, de levar o Estado à bancarrota. Além disso, foram vetados também os nomes de todos os aliados de João Suassuna (Meireles, 2006, p. 501).

Esta atitude desagradou ao coronel José Pereira, que havia sido procurado por João Pessoa, em 19 de fevereiro, em busca de apoio para a eleição federal. Mas José Pereira era um dos prejudicados pela política fiscal, além de ter perdido pessoas de sua confiança em cargos públicos. Para piorar a situação, o coronel de Princesa também havia sido um dos alvos da tentativa de desarmamento realizada como parte da campanha de combate ao banditismo executada pelo Governo do Estado (Mariano, 2010, p. 151).

Sobre este episódio, Joacil de Britto Pereira conta que, quando João Pessoa visitou Princesa, ainda se discutia a possibilidade de incluir o nome de João Suassuna na chapa. A relação entre eles, no entanto, já estava estremecida desde que João Pessoa anunciara algumas providências e falara nos cangaceiros que o coronel de Princesa protegia. Assim, “a resposta de José Pereira foi veemente: ‘Esses cangaceiros a quem Vossa Excelência se refere ajudaram a eleger seu tio Epitácio Pessoa a Presidente da República’” (Pereira, apud Mello, 2000, s.p.).

O rompimento se oficializou quando José Pereira, por telegrama, comunicou a adesão à Chapa Nacional. João Pessoa puniu o ato exonerando parentes e amigos de José Pereira dos cargos que ocupavam, cinco dias antes das eleições. Mas, ao mesmo tempo, temendo represália, enviou tropas policiais para Princesa. De acordo com Mariano (2010, p. 124), quando as tropas chegaram à cidade de Teixeira, iniciou-se um tiroteio entre a família Dantas e as tropas chefiadas por Ascendino

Feitosa, inimigos destes. José Pereira enviou homens para socorrer os Dantas e iniciou-se assim o confronto que ficou conhecido como Guerra de Princesa.<sup>134</sup>

A prática política, proveniente da aliança entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais, se manteve em funcionamento no âmbito nacional até 1930, ou seja, até a sucessão de Washington Luís, quando surgiu mais uma crise entre esses estados. Para que a mecânica dessa política fosse obedecida, a sucessão presidencial deveria ser dada a um mineiro. O candidato indicado foi o presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, mas Washington Luís não apoiou a indicação, talvez pela fama de “matreiro, muito esperto, muito chegado a dar golpes”, o que criou um atrito forte, começando a surgir certa resistência ao seu nome (Melo, 2000, s.p.).

Em uma tentativa de conciliação, foi indicado um político de outro estado, não mais do Norte, mas do Sul: Getúlio Vargas, que havia sido Ministro da Fazenda de Washington Luís. No entanto, o presidente também não aceitou essa indicação e impôs que o candidato fosse o governador de São Paulo, Júlio Prestes, ou seja, outro paulista. Essa decisão rompeu o laço político entre Minas e São Paulo. Antônio Carlos, então, buscou novas alianças e conseguiu a adesão dos políticos do Rio Grande do Sul e da Paraíba.<sup>135</sup>

A Paraíba se destacava no cenário político nacional desde que Epitácio Pessoa, que ainda exercia grande influência no partido paraibano, havia sido Presidente da República.<sup>136</sup> Em 29 de julho de 1929, após consultar seu tio, João Pessoa negou seu apoio à candidatura de Júlio Prestes, episódio conhecido como o Dia do Nego. Essa recusa, combinada com a política reformista que implementava na Paraíba e a influência de Epitácio Pessoa, tornou João Pessoa o candidato ideal

<sup>134</sup> Ainda sobre as fontes públicas de água, Koster afirma: “As fontes públicas na Paraíba foram as únicas obras desse gênero que encontrei em toda a extensão da costa por mim visitada” (Koster, 2002 p.131).

<sup>135</sup> Felisardo Toscano de Britto, natural de Mamanguape foi chefe do Partido Liberal, Deputado Provincial e Presidente da Província da Paraíba entre 1864-1865 e Comendador da Imperial Ordem da Rosa (Leal, 1990 p.27), instituída em 1829 para comemorar o casamento de D. Pedro I com D. Amélia de Leuchtenberg. Diante da necessidade de se criar uma nobreza brasileira, no pós-independência Pedro II, passou a condecorar com insígnias das Ordens de Cristo e da Rosa artistas de maior destaque, bem como a personalidades que lhe mostrasse muita obediência (Schwarcz, 2000, p. 145).

<sup>136</sup> De acordo com estes relatórios de governo, seu nome é grafado com **s**. Mas encontrei também grafado com **z** na bibliografia e documentação consultadas. Assim utilizarei tanto a grafia com **s** como com **z**, de acordo com a referência que estiver usando. Há também diversas formas a se referir este espaço, tais como Jardim Público da Praça, além de, por vezes, utilizarem o termo Pátio do Palácio e Largo do Palácio para os dois espaços, ou seja, as atuais Praças Venâncio Neiva e João Pessoa.

à vice-presidência do Brasil na chapa da Aliança Liberal, um arranjo que se tornou essencial para a conjuntura da época.

Conforme aponta Melo (2000, s.p.), os opositores de João Pessoa já se preparavam para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas quando este foi indicado à vice-presidência do Brasil. No entanto, com a exceção do Partido Democrático, a oposição paraibana passou a apoiar Júlio Prestes, ou seja, o Partido Republicano Paulista, originando o termo “perrepismo”.

**Figura 36 - Getúlio Vargas e João Pessoa (sd)**



Fonte: Arquivo Nacional (2012)<sup>137</sup>.

---

<sup>137</sup> Placa instalada na Praça João Pessoa pela Secretaria Municipal de Turismo em 2009, para atender ao Projeto de Roteiro para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa.

**Figura 37 - Imagens da Campanha da Aliança Liberal**



Fonte: Revista **O Cruzeiro**, 1929<sup>138</sup>.

A campanha para essa eleição tinha como lema a reforma política, mas, apesar do discurso de renovação, o que se buscava, de fato, era a substituição do grupo ligado à economia cafeeira por outros grupos vinculados a atividades econômicas diferentes, relativamente marginalizados durante a República Velha. A liberdade nas urnas ficou apenas no discurso. Como observou Boris Fausto (1981, p. 237), “o sistema político imperante, condenado verbalmente pela Aliança, foi utilizado também por ela, na prática. A ‘máquina’, nas eleições de 1930, fraudou votos em todos os Estados”, tanto de um lado quanto do outro. Desse jogo de forças, Júlio Prestes saiu vencedor. A derrota gerou grande descontentamento e, gradualmente, foi se organizando a resistência à instalação do governo de Júlio Prestes.

<sup>138</sup> AHU\_CU\_014, Cx. 40, D. 2816: Carta do Ouvidor Geral, de 18 de maio de 1803, o desembargador Manuel Leocádio Rademaker, encaminhada ao príncipe regente D. João, informando que poderá agir com rigor contra os familiares dos ex-ouvidores da Paraíba, Antônio Filipe de Andrade e Brederode e Gregório José da Silva Coutinho, pelo mal comportamento destes no festivo dia do aniversário do príncipe regente; E o AHU\_CU\_014, Cx. 40, D. 2817, Ofício encaminhado na mesma data ao Secretário de Estado da marinha e do Ultramar, pelo mesmo ouvidor informando sobre o mesmo caso.

**Figura 38 - Cartaz da Aliança Liberal<sup>139</sup>**



Fonte: Imagens Google

As eleições federais de 1930 tiveram grande peso para os partidos, pois garantiriam um número elevado de sua participação política, já que se tratavam de eleições para o Senado e a Câmara. Contudo, o que de fato garantia a vitória dos candidatos era o reconhecimento dos eleitos pelo Governo Federal. Neste processo eleitoral, o governo realizou a seguinte manobra: todos os deputados do Rio Grande do Sul foram reconhecidos, assim como dois terços dos deputados de Minas Gerais. A Aliança Liberal perderia a Presidência, mas ganharia a maioria das cadeiras no Senado e na Câmara. Essa foi a maneira encontrada por Washington Luís para calar a oposição e garantir a assunção de Júlio Prestes.

Nesse contexto de reorganização política, tanto nacional como local, ocorreu o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930. A aparente calmaria se dissipou. Os aliados perceberam a ameaça que representavam ao governo federal e decidiram reiniciar o movimento para forçar a renúncia de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. João Pessoa foi rapidamente utilizado como

<sup>139</sup> O livro de Hugo Segawa. **Ao amor de público:** Jardins do Brasil (São Paulo: Studio Nobel, 1996), é um dos trabalhos mais importantes nesta área. Embora não aprofunde a discussão que este autor fez aqui, utilizarei suas considerações ao longo deste capítulo.

mártir do movimento, apesar de ter sido assassinado também por razões políticas internas e pessoais. Dois dias após o assassinato, jornais já publicavam notícias que responsabilizavam o governo federal e seus apoiadores perrepiatas pela morte de João Pessoa, com reportagens forjadas para disseminar essa narrativa. Segundo Aires (2006) e Duarte (2009), a estratégia dos aliancistas foi crucial para a mobilização popular, levando à organização rápida do movimento e à deflagração, em outubro de 1930, da “revolução” que depôs o presidente eleito.<sup>140</sup>

A morte de João Pessoa tem um peso importante no que concerne à efervescência e à reorganização da Aliança Liberal, de tal maneira que a construção de sua memória será a munição fundamental para a retomada dos planos golpistas costurados a nível nacional, com o ponta pé inicial na Paraíba. Portanto João Pessoa, naquele momento, seria o maior símbolo nacional da Aliança Liberal e, a partir de seu nome, seriam inventadas tradições e construídos lugares de memória. (Aires, 2006, p. 18)

Tais acontecimentos culminaram em uma manobra para a criação de um mito. Na historiografia local, há certo consenso de que as ações desenvolvidas durante a “Revolução de 1930” santificaram, heroicizaram e mitificaram a figura de João Pessoa. Para sustentar essa narrativa, era preciso criar um quadro simbólico, e nada mais apropriado do que a criação de lugares de culto à figura de João Pessoa, o candidato assassinado no curso da campanha.

Apresentamos o contexto político que envolvia o presidente do Estado da Paraíba e como essa conjuntura foi utilizada para alcançar os objetivos da Revolução de 1930. Dentro dessa lógica, impulsionada por interesses locais que convergiam com os nacionais, a Praça Comendador Felizardo foi renomeada para Praça João Pessoa, como demonstraremos a seguir.

---

<sup>140</sup> As doenças mais comuns, citadas no Relatório do 2º Vice-Presidente da Província da Paraíba do Norte em 12 de Junho de 1879 eram: febres infectuosas, varíola, moléstias do aparelho digestivo como disenterias, obstruções, dispepsias e enterites, além de anemias, beri-beri, hidropepsias entre outras. Tais problemas só passaram a ter reduções significativas quando se instalou o saneamento da cidade no início do século XX. Sobre esse assunto consultar os seguintes trabalhos: ADVÍNCULA, C. C. B. **Entre Miasmas e Micróbios:** a instalação de redes de água e esgoto na Cidade da Paraíba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade (1910-1926). 2009. Dissertação (Mestrado em História), CFCH Universidade Federal de Pernambuco. 2009; e SOARES JÚNIOR, A. dos S. **Corpos Hígidos:** o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). 2011. Dissertação (Mestrado em História) CCHLA, Universidade Federal da Paraíba.

#### 4.2 A cidade e as homenagens ao João Pessoa herói e mártir

Verificamos que o processo de santificação, heroicização e mitificação da figura de João Pessoa, tanto no contexto local quanto no nacional, teve início muito antes de sua morte, em 1930, durante a campanha da Aliança Liberal e do combate à “oligarquia” (Princesa). As matérias publicadas pelo jornal *A União* retratavam como libertador e salvador da Paraíba. Diariamente, eram publicados artigos eloquentes sobre homenagens recebidas e sobre o apoio popular ao presidente.

Dentre os muitos casos de homenagens publicadas, destacam-se quatro que remetem diretamente ao uso da praça e às ações dos agentes de seu entorno. O primeiro caso ocorreu em 6 de janeiro de 1930, com uma passeata cívica que se iniciou na aglomeração da Festa de Reis, realizada na rua Visconde de Itaparica, na cidade baixa.

Os seus promotores [da festa de reis] resolveu [sic] inicial-a com esta expressiva demonstração de solidariedade á causa liberal e de apreço a individualidade suggestiva do presidente João Pessoa. Organizou-se, assim, uma passeata cívica [...]. Tomavam parte do préstimo, conduzindo bandeiras e lanternas, senhoras e senhoritas, tocando uma fracção da banda de música da Força Policial. Antes de partir a passeata foi queimada em sinal, uma salva de 21 tiros. A multidão **subiu pela rua da República indo estacionar em frente ao edifício da escola normal**, actual sede do governo, e em cuja balaustrada, se encontrava o dr. Álvaro de Carvalho [...] o universitário Samuel Duarte [...] [Falou que] aquella manifestação era mais um protesto da irrevogável solidariedade com que o povo da capital acompanhava a acção política e administrativa do presidente João Pessoa, o homem de generosos ideais cívicos que, investido das funcções do governo, se collocara ao lado do povo, na defesa de seus interesses e de sua soberania. Referiu-se á obra de reconstrução econômica da Paraíba e a coragem espartana com que o seu presidente enfrentara o prestígio do Catete, para fincar ao lado das legítimas aspirações nacionaes na escolha do futuro chefe da nação. **Em resposta ao discurso [...] falou o dr. Alvaro de Carvalho [...] traçando um vigoroso perfil do presidente João Pessoa [...] (Destaque meus) (A União, 08 de Janeiro de 1930)**<sup>141</sup>

É importante destacar que, apesar de a notícia ter sido apresentada como um evento espontâneo, o nível de organização, com a presença de tiros e banda de música, sugere que a manifestação foi, na verdade, orquestrada.

O segundo caso, publicado nos dias 15 e 16 de março de 1930, merece destaque. Trata-se das doações feitas ao governo do Estado por 300 alunas da

<sup>141</sup> Segundo Rodriguez (1962, p. 30), na praça do Recife, além dos gradis e dos quatro portões de ferro, adquiridos por 7.000\$000, também foram compradas as mudas de palmeiras imperiais. Conforme destaque acima, volto a chamar atenção para as diversas denominações, ou seja, largo, pátio e campo, usadas para designar o mesmo local, o que de certa forma dificulta a pesquisa.

Escola Normal. As estudantes, recebidas no Palácio por João Pessoa, o cercaram, o cobriram de flores, fizeram um discurso e entregaram 300 cartuchos de balas, embrulhados em papel de seda, para o combate à “oligarquia” (Princesa).

O terceiro caso envolve os estudantes do Liceu, que também prestaram homenagem a João Pessoa, entregando um manifesto de apoio em 8 de junho de 1930, conforme matéria publicada no dia 10.<sup>142</sup>.

O quarto caso trata da homenagem prestada pelos alunos dos grupos escolares e das cadeiras isoladas. A matéria, ao destacar que o tributo não fora previamente anunciado, informa que diretores e professores doaram um dia de seus vencimentos e, enquanto os alunos se reuniram para contribuir com uma oferta ao governo, destinada a apoiar o soldado paraibano na luta contra a “oligarquia” (Princesa). A quantia de 1:1074\$300 foi entregue no dia 18 de junho de 1930. A notícia diz:

Às 16 horas, quando o Jardim Público começaram a chegar em filas, as crianças dos grupos escolares, das escolas de todos os ângulos da cidade, uniformizadas, e cada uma delas conduzinho um laço, um distintivo, um signal encarnado, já aquelle logradouro publico regorgitava de pessoas representativas de todas as classes, famílias e grande massa popular. Quando chegaram todos os jovens manifestantes, em número approximado de três mil, tendo a frente os respectivos professores e professoras, uma commissão foi ao Palácio convidar o chefe do executivo a fim de receber o obulo dos escolares. As crianças formaram alas desde o vestíbulo do Palacio até o Pavilhão do Jardim, onde aguardavam o presidente João Pessoa os encarregados da entrega da contribuição para o nosso soldado. O chefe do governo caminhou [...] o cobriram de flores em todo o percurso, secundadas pelo povo que ovacionava a Parahyba e seu presidente. Chegando ao coreto [...] saudado pelas lindas meninas Maria Nilse Onofre e Maria Nazareth de Athayde, que disseram versos de exaltação [...].

João Pessoa recebeu a doação em dinheiro, envolvida em uma bandeira nacional, e, acompanhado pela banda de música da Força Pública, todos cantaram o Hino da Paraíba. O presidente retornou ao Palácio e discursou de sua sacada.

É importante ressaltar que, apesar de ser um órgão oficial, o jornal A União corroborava a hipótese levantada, pois era por meio dele que os políticos e autoridades ligadas a João Pessoa se expressavam, sendo responsáveis pela construção do mito, do herói, do santo. Essas atitudes explicam a comoção popular e a falta de oposição às mudanças implementadas após sua morte.

---

<sup>142</sup> Este texto foi primeiramente publicado no jornal A Gazeta da Paraíba, e republicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano Revista do IHGP, n.2, 1910 e Revista do IHGP, n.3, 1911 (Sousa; Vidal, 2010, p. 21).

Como bem observou Mariano (2010, p. 109), João Pessoa teve uma vivência eminentemente urbana, devido ao tempo que passou no Rio de Janeiro. Ao chegar à Paraíba, encontrou uma classe média urbana que ansiava por maior participação no processo político. Essa classe média se sentiu prestigiada com a política urbana implementada pelo governo do Estado.

Como já registrado no capítulo anterior, a remoção dos gradis do Jardim Público, transformando-o em Praça Comendador Felizardo, não foi a única intervenção nesse espaço durante a gestão de João Pessoa. As edificações do entorno também passaram por remodelações, tanto internamente quanto em suas fachadas, além da pretensão de construir um novo teatro.

Chama a atenção uma notícia publicada em 7 de junho de 1930 no jornal A União, intitulada “Uma série de realizações entravada pelo surto de cangaceirismo orientado pelo governo federal.” A notícia aborda os gastos do governo com a guerra de Princesa, acusa repetidamente o presidente da República Washington Luís como financiador dos revoltosos e o culpa pela paralisação das obras do governo na capital. Vejamos alguns trechos:

O movimento armado de Princeza, que mobilizou contra o poder legal os peores scelerados do Nordeste, teve como uma de suas mais lamentáveis consequências **a interrupção do rythmo dessa administração [...].** A desordem precipitada pelo sr. Washington Luis, com o intuito de abater a Parahyba indomita já conseguiu, além do sangue derramado dos que a esta hora lhe defendem a dignidade, esse grande mal: **pararam as obras publicas mais, importantes, que o governo estava ultimando na sua construcção.**

O que vinha acontecendo na Parahyba que se levantava graças á probidade e á energia realizadora do seu presidente, era um desafio [...] Era preciso prejudicar fundamentalmente um governo que nesta Republica de sybaritas tinha a audacia de ser honesto, de arrecadar os dinheiros do povo para applicá-los conscientemente em obras de utilidade publica. [...] **A nossa capital estava, então em plena febre de realizações de toda a natureza.** E o interior se apparelhava de magnificas estradas de rodagem e pontes que resolvessem o problema do tráfego em varias regiões.

**Na edificação de predios públicos, serviços de calçamento, só nesta cidade, trabalhavam mais de dois mil operarios.**

Mas a necessidade de defender a ordem contra a investida do cangaceirismo determinou a paralisação de muitos desses melhoramentos notaveis, que dentro de breve estariam concluidos, reformando inteiramente o aspecto urbano. [...]

Visando documentar o tristíssimo efeito da mashorca dos bandidos, traduzido nessa sustação dos serviços públicos da capital, deliberámo-nos á publicação desta reportagem photographica.

**Ahi estão os imponentes predios que o governo construia** e estavam em vésperas de ultimação ao deflagrar da lucta. Faltam muitos: os que tiveram, a edificação terminada, como o Lyceu Parahybano, tornado duas vezes mais imponente, e o edificio da Imprensa Official, duplicado também

nas suas proporções architectonicas. Não está a Praça Commendador Felizardo completamente remodelada [...]

Ladeando o texto dessa reportagem, foram divulgadas fotografias de algumas das obras citadas. Destacam-se abaixo as que são do entorno da Praça, com as respectivas legendas da reportagem:

**Figura 39 - Obras no Lyceu Paraibano**



O Lyceu Parahybano, na sua actual architectura colonial. Ao lado, ainda entre andaimes, a torre já construída, para a collocação de relogio, serviço de radio e serviço semaphorico

Fonte: A União (1930)

**Figura 40 - Obras no Palácio do Governo**



Fonte: A União (1930)

A Igreja dos Jesuítas foi demolida, como já mencionado, mas sua torre foi preservada e, como mostra a figura 39, teve sua altura elevada para a instalação do relógio. A Praça Comendador Felizardo, apesar de sua remodelação não ter sido concluída, já servia como palco para missas em apoio à Aliança Liberal e ao governo. Missas também foram realizadas em prol da autonomia do estado, como a anunciada da seguinte forma: “Vae ser celebrada imponente missa campal para que Deus illumine o espírito dos actuaves dirigentes da Republica”.<sup>143</sup>

O motivo dessa missa foi a possível intervenção federal no estado, diante da desestabilização política causada pela Guerra de Princesa. A missa buscava, assim, fortalecer a resistência à intervenção com o apoio popular. Contudo, embora se esperasse a presença de “quarenta mil almas”, à “impressionante cerimônia católica de hontem á praça Commendador Felisardo” compareceram apenas

[...] oito mil pessoas de todas as classes sociais, assistiram a [sic] missa campal celebrada pelo exmo. Sr. Arcebipso d. Adauto, em vistoso altar

<sup>143</sup> A economia algodoeira teve um peso tão grande na economia do Estado que recebeu, da historiografia paraibana, o codinome de “ouro branco”. O algodão chegou a ter 61,1% de participação na arrecadação do estado de 1916 a 1920. Entre 1915 e 1920, o valor das exportações na Paraíba atingiram uma cifra de 21.216.746\$000 e, entre 1917 e 1918, o gasto com obras públicas foi de 1.241.541\$986. (Guedes, Tinen, Chaves, 2008. p. 126).

erguido no centro do coreto e onde se via a imagem de Nossa Senhora das Neves.<sup>144</sup>

Ao final da missa “da religião e da pátria”, na qual se entoaram cânticos patrióticos pelas alunas da Escola Normal, João Pessoa discursou da sacada do Liceu e dali seguiu para o Ponto de Cem Réis, acompanhado pela população sob “ruidosos vivas”.

As edificações jesuíticas, nessa época, já haviam perdido seu sentido religioso. Elas passaram a servir como espaço para as falas dos governantes, que transformaram suas sacadas em púlpitos. Não mais o púlpito sacro existente no interior das igrejas, mas o político, aberto para a praça. As sacadas, tanto do Liceu quanto do Palácio do Governo e da Escola Normal, passaram a ter essa destinação, e a praça se converteu em lugar da política.

Nesse sentido, o próprio João Pessoa, ainda em vida, transformou a praça em um lugar sagrado da política, processo que se completou após sua morte. De cenário para banda de música ou para solenidades políticas, a praça foi logo rebatizada como Praça João Pessoa, ainda no mês de agosto de 1930. Tomada pela comoção, a população não foi apenas expectadora, mas passou a ser incitada a atuar na defesa das medidas que levaram à criação de seus símbolos. A praça se tornou o principal local de aglomeração, situada diante da balaustrada da Escola Normal, onde funcionou o primeiro Altar da Pátria (Figura 41). Diante dele se realizavam a maioria das manifestações em favor da revolução e as homenagens a João Pessoa.

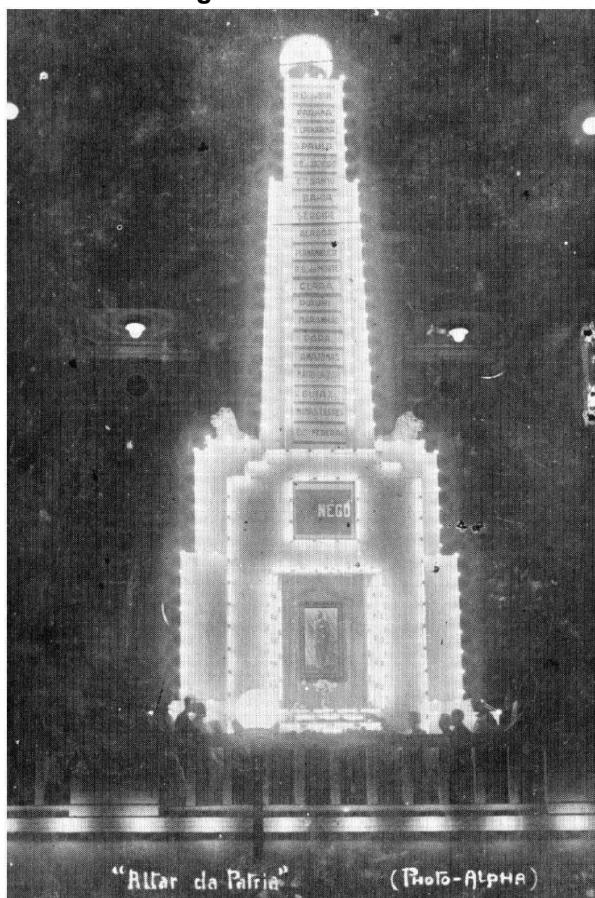
A curiosa notícia de um milagre atribuído a João Pessoa, publicada no jornal Correio da Manhã, em 8 de novembro de 1930, e transcrita por Aires (2006, p. 17), ilustra esse estado de comoção. Ao saber de um boato sobre a morte de seus filhos que estavam lutando contra as tropas revolucionárias, a senhora Maria Lyra orou “diante da efígie sagrada do immortal João Pessoa, para que lhe chegasse notícia dos seus filhos”, o que aconteceu dois dias depois. Essa “efígie sagrada” estava afixada na base do Altar da Pátria, que era um obelisco de arestas rodeadas de lâmpadas que ficavam acesas à noite.

---

<sup>144</sup> Castro Pinto havia renunciado ao Governo do Estado devido aos conflitos políticos da transição que se operava da oligarquia alvarista para a epitacista. Seu vice, Antônio Pessoa, assumiu o governo de 1915 a 1916. Assim, podemos considerar que Camilo de Holanda foi o primeiro Presidente do Estado sob o domínio da oligarquia comandada por Epitácio Pessoa.

A efígie foi distribuída em folhas para a população, para serem penduradas nas paredes das casas. Verificamos que, na produção simbólica que se fez em torno da figura de João Pessoa, são visíveis as várias artimanhas utilizadas na criação dessa aura santa e heroica. Muitas são as evidências encontradas pelos historiadores que pesquisam essa construção aclamada, de muitas formas, nos meios de comunicação da época. É notável que esse aspecto nunca é deixado de lado por aqueles que tratam de João Pessoa e da Revolução de 1930.<sup>145</sup>

**Figura 41 - Altar da Pátria sd**



Fonte: Aires (2006).

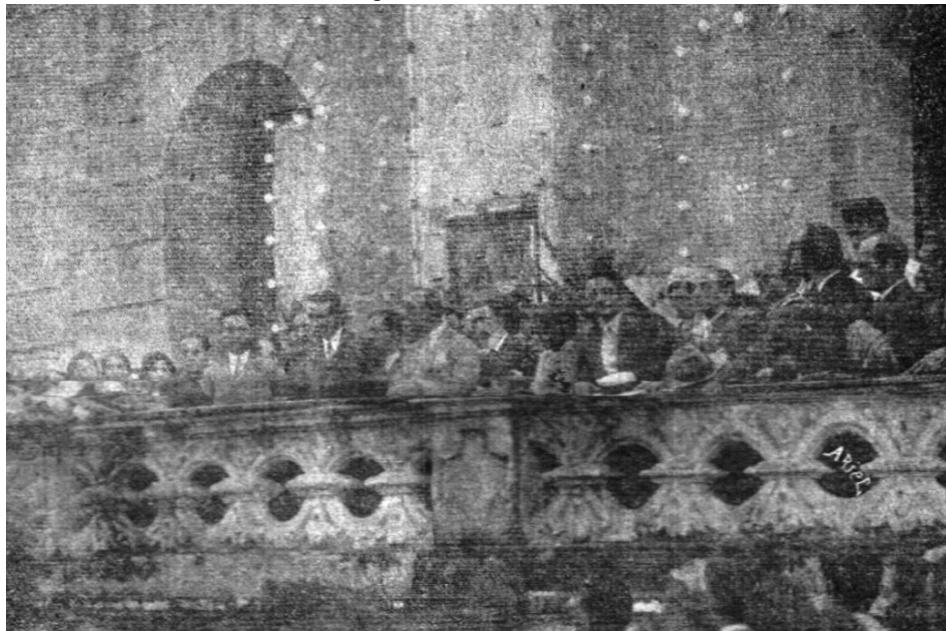
O conjunto escultórico que posteriormente foi instalado no lugar do coreto da praça recebeu, depois, a mesma denominação. A praça, assim, já havia se transformado em local de culto, ao passar a ser o lugar ideal para as manifestações

<sup>145</sup> O caso causou comoção na cidade, revolta dos estudantes, e virou tema literário. Este assunto é tema de doutorado em andamento de Favianni da Silva. Para saber mais, consultar: SILVA, Favianni da. **O caso Sady e Ágaba:** Desdobramentos discursivos de uma tragédia paraibana. Anais do II Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: Culturas, leituras e representações, João Pessoa: UFPB, 2009. v. 1. p. 78-79.

populares. Antes, em apoio à Aliança Liberal e à luta contra a Revolta de Princesa, e depois, com as homenagens do dia da morte de João Pessoa, 26 de julho, ou no dia de seu natalício, quando se apoiaram as mudanças realizadas, a exemplo da confecção da nova bandeira do estado e da alteração no nome da capital. O boletim distribuído para a população em 31 de agosto de 1930 atesta essas atitudes:

Ao povo - No intuito de prestar mais uma homenagem à memória do inovável e querido Presidente João Pessoa, indo ao encontro da vontade de quase totalidade dos paraibanos, cogita o povo de nossa terra promover os meios necessários, no sentido de ser mudado o nome da capital do Estado para o de João Pessoa. Para este fim, a comissão abaixo assinada convida todas as classes desta cidade para uma grande reunião, amanhã, 2<sup>a</sup> feira, às 13 horas, **na praça que tem o nome do grande benfeitor da Paraíba**, onde, após um discurso de consagrado orador, irá toda a população à Assembléia Legislativa solicitar a execução dos seus desejos. Para maior realce dessa **procissão cívica**, encarece a comissão o fechamento de todo o comércio àquela hora, a fim de que possam os interessados que são todos os filhos dignos da Paraíba tomar parte direta no grande acontecimento que vem homenagear o maior vulto do Brasil dos nossos dias. (VIDAL apud AIRES, 2006, p. 34) (Destaques meus).

**Figura 42** - Altar da Pátria Homenagem Antenor Navarro e João Pessoa. Escola Normal.

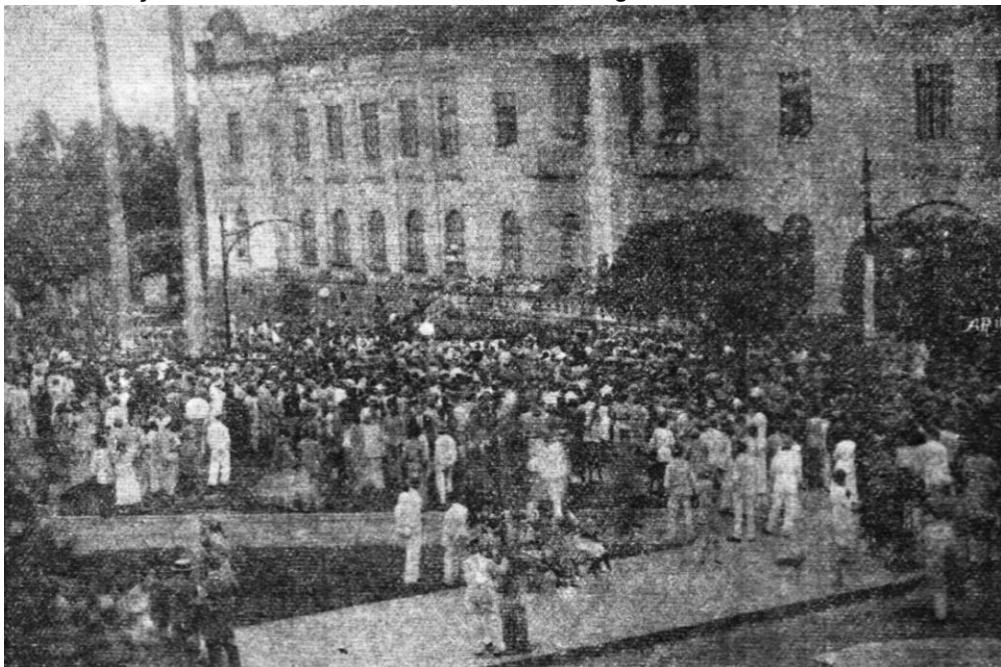


Fonte: Jornal **A União** de 28 de julho de 1932.

Não foi só no estado da Paraíba que se ergueram monumentos e se rebatizaram nomes de ruas e praças. Em seu estudo, Luciano Aires verificou a existência de treze avenidas, vinte e seis ruas, quatro travessas, um largo e duas praças com o nome de João Pessoa, em dezoito capitais brasileiras. Mas foi no túmulo de João Pessoa, no Rio de Janeiro, além de iniciativas em Campina Grande

e na capital da Paraíba, que se ergueram os principais monumentos em sua homenagem, com providências tomadas rapidamente.<sup>146</sup>

**Figura 43 - Praça João Pessoa, Altar da Pátria homenagem Antenor Navarro e João Pessoa**



Fonte: Jornal **A União** de 28 de julho de 1932.

Na capital, o projeto de lei – de autoria do deputado Generino Maciel, para a construção da estátua *em tamanho natural* de João Pessoa – foi aprovado em 17 de setembro de 1930 e autorizado pelo Decreto 708 de 30 de setembro do mesmo ano (Aires, 2006, p. 54).<sup>147</sup>

O decreto não mencionava o local onde a estátua seria instalada, mas designava uma comissão de quatro técnicos, na qual o presidente que assumiu após a morte de João Pessoa, Álvaro de Carvalho, e o diretor das Obras Públicas teriam voto de qualidade. Apontava também um prazo de doze meses, frisando que, se possível, o monumento fosse inaugurado no primeiro aniversário da morte do

<sup>146</sup> De acordo com Sousa e Vidal (2010, p. 65), em 1916, a equipe de Camilo de Holanda destacou a necessidade de se levantar uma nova planta da cidade para melhor planejamento e realização do serviço de esgoto, fato já observado no governo de Sólon de Lucena, que havia assumido os três últimos meses do mandato de Castro Pinto, antes da transição para Antônio Pessoa. Ao voltar ao governo do Estado, em 1920, Sólon de Lucena retomou a elaboração dessa planta, contratando o engenheiro Otto Kuhn, que se encontrava na cidade comandando a construção do prédio dos Correios e Telégrafos e do Quartel do 22º B.C. Esta planta foi elaborada por esse engenheiro e sua equipe, composta também pelos engenheiros militares capitães José Rodrigues da Silva e Innalde Carvalho Tupper, auxiliados pelo agrimensor Frederico Carneiro Monteiro, contratados em 1922. Ver Sousa e Vidal (2010, p. 65-72).

<sup>147</sup> Segundo Mello (1990 p. 100), os gradis do jardim público, retirados em 1929, foram colocados no cemitério Senhor da Boa Sentença na Cidade Baixa.

homenageado, e abria crédito até a quantia de quinhentos contos para sua construção. Contudo, só após três anos se inaugurou o monumento na capital. Até que este monumento fosse instalado, a cidade, que se expandia, lhe prestaria ainda outras homenagens.

Durante os anos de 1930 a 1932, o foco do governo do interventor Antenor Navarro, nomeado por Getúlio Vargas, foram as obras contra a seca que assolava o estado, sendo essa uma de suas principais preocupações. Conforme analisou Santos Neto (2007, p. 63), nesta gestão “o que se verificou na Paraíba foi a expansão do controle do Estado sobre a educação, sobre as finanças, sobre o crédito, justiça e toda a funcionalidade estatal”, ou seja, deu-se continuidade ao programa de governo de João Pessoa.<sup>148</sup>

No que diz respeito especificamente ao desenvolvimento urbano, a partir de 1930, os arquitetos e urbanistas passaram a assumir gradativamente os papéis de gestores e idealizadores de projetos, sendo contratados pelos governos das cidades para elaborar planos urbanos de remodelação e expansão. Tal como observou Caldeira (2007, p. 287), na década de 1930, a divulgação dos princípios modernistas se propagou com o debate desenvolvido em congressos e encontros disciplinares, realizados desde 1920. O arquiteto e urbanista Nestor Egydio de Figueiredo, um dos representantes dessa vertente, foi contratado para elaborar planos urbanos para o Recife, Campina Grande, Fortaleza e João Pessoa (Muniz, 2006, p. 138).. Em 1932, ao falar de suas impressões sobre a cidade de João Pessoa, o arquiteto disse que

[...] é uma das poucas cidades que possuímos com um pittoresco tão acentuado dentro do seu conjunto regional inconfundível. Ella tem recursos naturaes para ser mais linda. O mar, o rio, a planicie e a montanha, juntaram-se, pedindo a mão do homem para harmonizal-a. [...] De amanhã em diante devo iniciar os trabalhos graphicos do esboço onde será fixada a primeira idéa. Toda obra de urbanismo é realizada sobre plantas **que** devem receber sempre a primeira ideia do conjunto. Os detalhes surgem posteriormente como uma consequênci natural da **idéa** geral. Desta forma antes de fixadas as idéas **gerais**, observe em theoria que a cidade de João Pessoa não deve perder a personalidade do seu lindo pittoresco.<sup>149</sup>

A imagem abaixo foi publicada com a matéria sobre o plano de Nestor Figueiredo. Nela, visualizamos que a conformação física da Praça João Pessoa em

<sup>148</sup> Não se invalida a valiosa contribuição desse historiador, mas devo frisar que José Octávio de Arruda Mello, ao menos neste trabalho, registrou a história oficial e interpretou o movimento de 1930 como uma grande revolução.

<sup>149</sup> Inaugurado em 12 de outubro de 1924, foi construído no local da Igreja do Rosário dos Pretos, demolida no mesmo ano.

1932 permanecia a mesma do Jardim Público, conforme figura apresentada no capítulo anterior.

**Figura 44** - Vista área da cidade alta, vendo-se ao centro a Praça João Pessoa.



Fonte: Jornal **A União** de 04 de fevereiro de 1932

Em março de 1930, o esboço do plano elaborado foi apresentado ao governo do Estado em reunião da comissão composta para colaborar com a sua implementação. Nesta reunião,

[...] o plano foi exposto através de esboço de duas plantas; nele se reservava espaço para a construção do “Arco do Triunfo do Presidente João Pessoa”. Segundo descrição do arquiteto, este arco ficaria “visível em todo prolongamento que avançará pela actual Praça Vidal de Negreiros, e pelas ramificações, que irão aquelles dois conjuntos architectônicos da cidade futura”, ou seja, entre a Praça João Pessoa e a Vidal de Negreiros.<sup>150</sup>

Este arco havia sido idealizado pelo Centro Cívico João Pessoa, fundado em 19 de dezembro de 1931, por amigos e correligionários do ex-presidente do estado, e cujo estatuto rezava, em seu primeiro artigo, que seu objetivo era “promover a glorificação do grande patriota [...] tratando da ereção de um Arco de Triunfo a sua memória”.

---

<sup>150</sup>Tais como a construção de novas latrinas e salas de banho. Relatório de 01 de outubro de 1903, do Desembargador José Peregrino de Araújo

Foi organizada uma “Cadeia de Ouro” para arrecadar fundos. Este arco não foi construído, mas quase que diariamente as doações e os saldos para ele foram publicados nas páginas do jornal oficial do estado durante o ano de 1932.<sup>151</sup>

Contudo, na gestão de Antenor Navarro, outras homenagens foram prestadas a João Pessoa. Tal como observou Aires (Aires, 2012, p. 88), em 1931, o primeiro ano após a morte de João Pessoa, as homenagens foram de grandes proporções, pela proximidade do fato, e tiveram programação de uma semana inteira, sendo cada um dos dias reservado a um determinado setor da sociedade.

Na cidade baixa, uma praça foi construída em homenagem a João Pessoa, a Praça do Trabalho, conhecida também como Praça da Pedra, inaugurada em 21 de julho de 1931 (Buriti, 2010, p. 260).

**Figura 45 - Praça do Trabalho, ou Praça da Pedra**



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Os estudantes, professores e diretores ficavam próximos ao Altar da Pátria, defronte à Escola normal, a fim de recepcionarem o interventor e sua comitiva oficial, que traziam a efígie de João Pessoa para colocá-la no referido altar. Os operários e trabalhadores, de um modo geral, partiam da Praça do Trabalho; as “classes armadas” tomavam como ponto de partida os quartéis; os comerciantes, por sua vez, saiam da Associação Comercial; o clero e Associações de Caridade reuniam-se na catedral; todos em direção ao Altar da Pátria, rumando ao encontro da efígie do mito João

---

<sup>151</sup> São tantos os relatórios que falam de obras no Palácio desde o século XIX, que seria excessivo mencioná-las aqui.

Pessoa e dos representantes do Estado que lá estavam (AIRES, 2012, p. 88).

No entorno da Praça João Pessoa, o Palácio do Governo, que teve remodelação iniciada no governo do homenageado, foi concluído em 1931 e passou a se chamar Palácio da Redenção por meio do Decreto 143, de 29 de julho de 1931.

Inaugurado nas homenagens do dia 26 de julho, dia da morte de João Pessoa, teve bênção do Arcebispo Dom Adauto e discurso do arquiteto Giovanni Gioia, contratado para o serviço (Aires, 2012, p. 257).

Sr. Interventor, orgulhoso me sinto hoje de entregar em vossas mãos, ao auxiliar mais próximo e dedicado de João Pessoa, a obra delle, que mereceu todo o vosso carinho para o fiel acabamento ideado e projectado pelo grande Presidente [...] (apud AIRES, 2012, p. 258)<sup>152</sup>

**Figura 46 - Palácio do Governo (ou da Redenção)**



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

#### **4.3 A construção do monumento “Altar da Pátria”**

Diante de todas as homenagens feitas a João Pessoa, a maior delas sendo a mudança no nome da cidade, a praça ocupa um lugar de destaque, pois ela se consagrou de fato como um lugar de culto à sua memória.

Assim, em 1933, iniciou-se sua transformação. A transferência das retretas que se realizavam na mesma e a construção do monumento foram assim noticiadas.

<sup>152</sup> João Pessoa apenas lamentou por meio de telegrama, o desastre nas obras do palácio, no qual faleceram dois trabalhadores, pedindo que Álvaro de Carvalho, que o substituirá durante a campanha presidencial da república, apresentasse pêsames à família. Talvez por este motivo o arquiteto Giovanni Gioia tenha assumido a obra, de acordo com a inauguração desta obra como veremos no próximo capítulo. O jornal **A União**, 25 de janeiro de 1930.

No decorrer desta semana deverá chegar a esta capital o monumento que a Parahyba vai erigir á memória do presidente João Pessoa, executado pelo escultor Humberto Cozzo, por encomenda do governo. As providências preliminares para o início da montagem da monumental obra de arte já estão sendo tomadas pelo sr. Borja Peregrino, prefeito da capital. O pavilhão existente no centro da praça que tem o nome do grande cidadão está prestes á desaparecer, desmontado, para dar lugar ao assentamento da base da nova construção.<sup>153</sup>

Em outra reportagem da mesma edição:

A retreta da praça João Pessoa constituiu-se em uma das tradições mais queridas desta cidade. Durante cerca de meio século esse logradouro foi o ponto de convergência, aos domingos, de toda a população, sem exclusão de classes ou condições, atraída pela magia da musica, pelo encanto dos sorrisos que enfloram os labios das mulheres, ou pela polychromia dos trajes que envolviam corpos flexíveis, *estuantes* de vida ou porejando graça e espiritualidade. “Rendez-vouz” de tudo quanto era elegante e distinto, por isso mesmo tinham ellas feição e côr local inconfundíveis. Transferidas, agora, para a praça Venancio Neiva, o êxito dessas encantadoras reuniões ao ar livre, está de ante-mão assegurado, naquelle local, uma vez que alli não faltam as condições necessárias para o seu esplendor. O velho pavilhão da praça João Pessoa, mordido pelas ferramentas demolidoras dos operarios da Prefeitura, desaparecerá rapidamente a fim de ceder lugar aos blocos de granito do monumento á memoria do Grande Presidente. Mais alguns dias, por entre a magestade das palmeiras, no centro da mais linda praça da cidade [...].<sup>154</sup>

Assim, a última retreta foi realizada em 4 de junho de 1933, tendo sido, ao final, executado o hino a João Pessoa.

A população não ficou sem esse divertimento, o que, em tese, indica que não houve oposição à intervenção que seria realizada. A construção do monumento iniciou no dia 10, quando foi assentada a pedra fundamental. Como bem analisou Aires (Aires, 2006, p. 63), essa data foi estrategicamente escolhida, pois no dia seguinte se daria a eleição da Assembleia Nacional Constituinte e, para tal, relembrar o mártir foi uma forma de conseguir apoio e votos. A organização da solenidade foi especialmente elaborada pelo Centro Cívico João Pessoa, que se reuniu para discutir “os meios de imprimir-se o maior brilho àquela cerimônia, que constituirá mais uma oportunidade de cultuar-se a memória do grande presidente e terá um cunho eminentemente popular”.<sup>155</sup>

<sup>153</sup> Neste período, Epitácio atuava como representante do Brasil na *Corte Permanente de Justiça Internacional*, órgão responsável pelas deliberações e missões de paz do pós-guerra (1921-1930).

<sup>154</sup> Publicado na Revista **O Cruzeiro** em 01 março de 1930. <http://www0.rio.rj.gov.br/memorialgetuliovargas/home.php>. Acesso em 13-Jun-2012

<sup>155</sup> Vale lembrar que o Presidente Washington Luís já havia sido acusado, pelo próprio João Pessoa, ainda em vida, de ter financiado os revoltosos da Guerra de Princesa, uma vez que havia negado

A solenidade foi assim noticiada: “A pedra fundamental do monumento ao Grande Presidente. Será colocada, solennemente, no próximo sábado. O convite do Centro Cívico ‘João Pessoa’ à população da cidade”.<sup>156</sup> Nos dias seguintes, publicaram-se telegramas de apoio da Associação Comercial, convocando os lojistas; da Academia de Comércio, convocando os corpos docente e discente; e da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, que chamava suas associadas para saírem em conjunto de sua sede.

A família de João Pessoa foi representada, na cerimônia, por Oswaldo Pessoa, a pedido de Epitácio Pessoa, que enviara telegrama de agradecimento.<sup>157</sup>

Na solenidade, as bênçãos à pedra fundamental do monumento foram feitas pelo arcebispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques. O orador da cerimônia foi o Cônego Matias Freire.

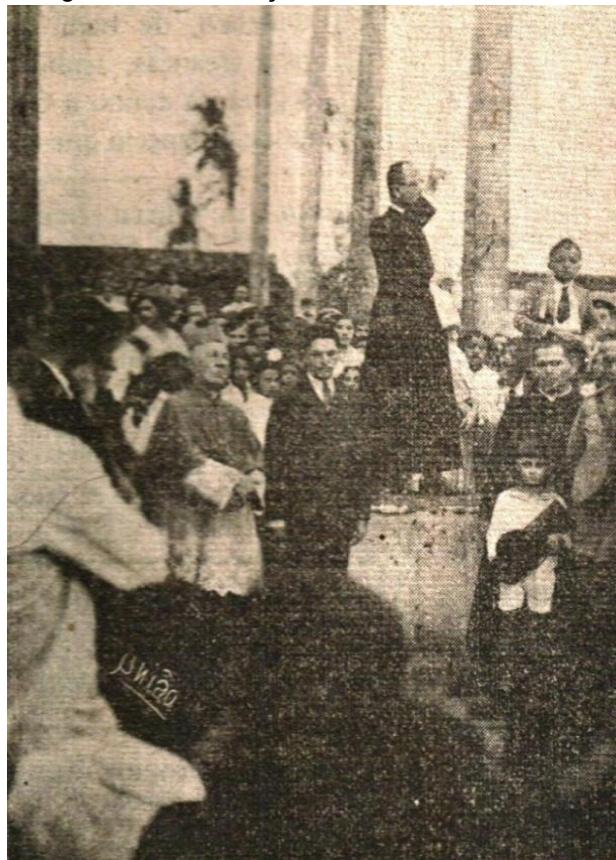
---

apoio ao seu candidato, Júlio Prestes, e estava disputando a vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas. A este assunto voltarei mais à frente.

<sup>156</sup> Para tal intuito, sugiro a consulta das obras aqui referenciadas e além das mencionadas ao longo desse capítulo ver: MELLO, José Octavio de Arruda. **A Revolução Estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. João Pessoa**: Ed. Universitária, 1992.

<sup>157</sup> As dissertações de: RIBEIRO, Genes Duarte, **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa**, Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. UFPB 2009; e, a já citada, de: AIRES, Luciano **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A “Revolução de 1930” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa; UFPB, 2006; trabalham muito bem essa questão.

**Figura 47** - Discurso do cônego Matias na benção Pedra Fundamental do Monumento a João Pessoa



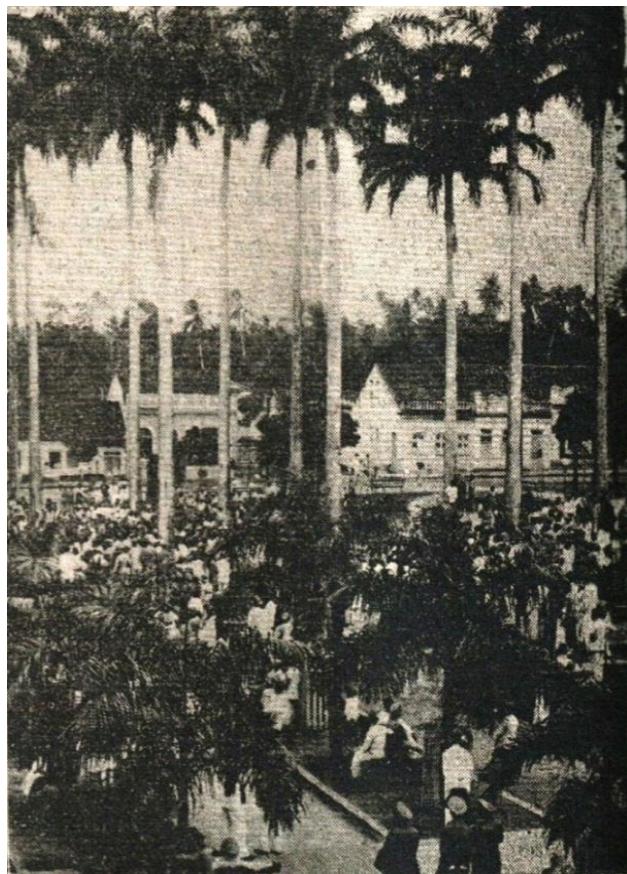
Fonte: Jornal A União, 13 de junho de 1933

Parte de seu discurso, marcado por louvações diversas a João Pessoa, está abaixo transrito. Selecionei especialmente os trechos que mencionam a praça e o ritual da benção. Assim, após iniciar seu discurso, destacando a ambiência do local, e as edificações do entorno, diz:

Esta praça é um dos locaes sagrados pelo civismo parahybano. Porque está circundado de fortalezas de nossa liberdade, de nosso pensamento, de nosso heroísmo, nas luctas maiores que temos ferido, até hoje, contra os erros de uma Republica sem republicanos. [...] Aqui viemos, senhores, para assistir ás primeiras fundações de um templo, que terá vida bem mais longa, bem mais expressiva, bem mais eloquente que nossa vida individual. Vamos ter aqui uma escola permanente e sempre aberta ás gerações futuras para o ensino e a aprendizagem de um evangelho de salvação publica, para o culto da coragem [...] Os templos religiosos são destinados ao culto do Deus Vivo e sacramentado e dos Santos de sua doutrina [...] Os monumentos civicos teem uma finalidade parecida, porque são erigidos pelos povos ou pelos governos para o fim de celebrarem, perpetuamente, o culto á memoria dos grandes homens.[...]<sup>158</sup>

<sup>158</sup> Com a praça da cidade de João Pessoa, são três. As outras duas estão no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, ou seja, na então capital do país e em Minas Gerais, o estado aliado. No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, há duas avenidas com o nome de João Pessoa. Há também ocorrências de outros logradouros com esse nome em demais municípios de alguns estados. Existiam, ainda, as homenagens oficiais, tais como colocar seu nome em poço de petróleo (descoberto em Minas Gerais), em charutos e em escolas profissionalizantes. Curiosamente, o

**Figura 48** - Aspecto da Praça João Pessoa na Benção da Pedra Fundamental do Monumento à João Pessoa



Fonte: Jornal A União, 13 de junho de 1933

Após a conclusão do discurso, foi colocada, pelo Interventor Gratuliano Brito, ao lado da primeira pedra, uma caixa contendo alguns objetos, tal como se explica na notícia:

[...] desceram á fundação, onde o Chefe do Governo encerrou, no logar competente, a caixa de bronze, artisticamente cinzelada, que encerrava a acta da solennidade, uma collecção das moedas nacionaes em circulação, offerecida pelo dr. João Mauricio e prefeito Borja Peregrino, jornaes do dia, revistas do Rio de Janeiro, um exemplar do "Almanach do Estado da Parahyba" e uma copia do discurso do cônego Mathias Freire. [...] O chefe do Estado, dando como lançada a Primeira Pedra, joga-lhe com uma colher dourada um pouco de argamassa de cimento. A autoridade eclesiastica dá-lhe a bençam e, a seguir o côro de alumnas do Orphéon da Escola de Música "Anthenor Navarro", acompanhadas pelas creanças das escolas publicas, sob a batuta do maestro Gazzi de Sá canta o "Hymno João Pessoa", encerrando-se o ceremonial.

---

monumento de Campina Grande também foi inaugurado muito antes do monumento da capital, em 1931. Todas estas notícias, entre outras, foram publicadas no Jornal **A União** entre 1932 e 1933.

**Figura 49** - Momento em que o arcebispo abençoava a primeira pedra, tendo a seu lado o interventor Gratuliano Brito



Fonte: Jornal A União, 13 de junho de 1933

**Figura 50** - Autoridades municipais, estaduais e federais assistindo à colocação da pedra



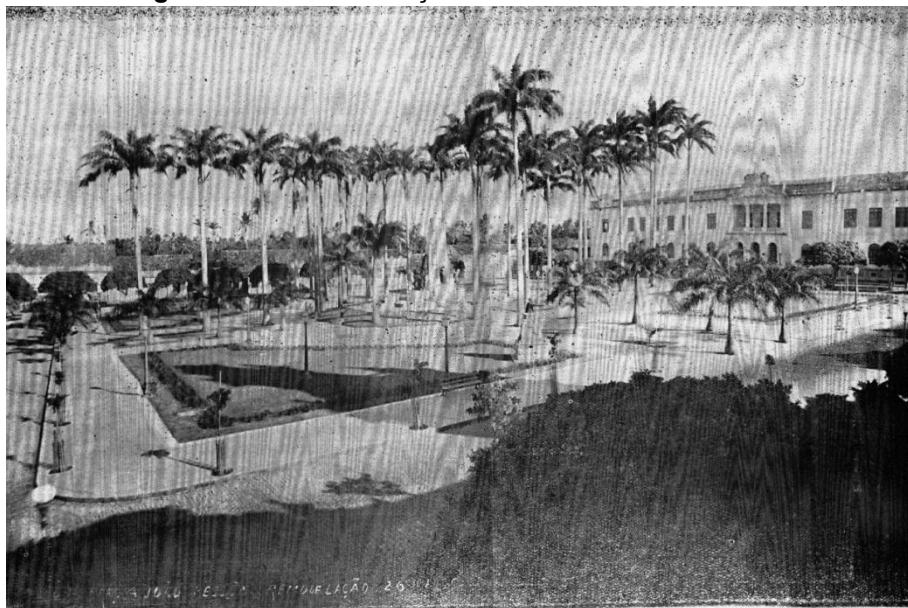
Fonte: Jornal A União, 13 de junho de 1933

A transformação da praça não ocorreu apenas com a inserção do monumento; sua configuração física também foi alterada. Para isso, a equipe do arquiteto Nestor Figueiredo foi contratada para realizar o novo ajardinamento.

Não poderia, entretanto, permanecer a praça João Pessoa com a feição antiga, em linhas que destoavam, por completo, do estylo que presidiu á confecção da obra que hoje constitue o seu principal motivo. Elaborado um projecto de jardim moderno pelo urbanista Nestor de Figueirêdo, acham-se concluídos os trabalhos de remodelação do melhor logradouro publico da capital, dotado de iluminação bastante e com aspecto inteiramente novo<sup>159</sup>

Conforme o relatório de Gratuliano de Brito, com aspecto inteiramente novo, a praça se adequou a um novo contexto de cidade (Figura 50). Segundo Aires (2012, p. 195), Gratuliano de Brito foi o pioneiro na política de introdução da linguagem modernista na cidade, e, nesse sentido, a Praça João Pessoa foi um dos primeiros espaços públicos a refletir essa vertente. De acordo com Hélio Piñon, o que identifica a obra da arquitetura moderna “é uma estrutura espacial consistente”, na qual se atende ao sentido “construtivo, funcional, econômico” (Piñon apud Rocha, 2009, p. 57).<sup>160</sup>

**Figura 51 - Vista da Praça João Pessoa e do Monumento 1933**



Fonte: Exposição da Administração do Interventor Gratuliano Brito 1932 a 1934.  
Imprensa Oficial. João Pessoa. 1935

<sup>159</sup> Aires (2006) verificou que, em Campina Grande, Argemiro Figueiredo, filho de um perrepista, apoiou a Aliança Liberal através do Partido Democrático e fez doações para a construção do monumento, assim como também o fizeram ex-opositores de João Pessoa. Na capital, Epitácio Pessoa passou a condenar a “revolução” quando Vargas se aliou aos tenentes, aos quais era avesso, pois, quando fora presidente do Brasil, teve que enfrentar o movimento tenentista. Em 1933, o então presidente Getúlio Vargas havia convocado a Assembleia Nacional Constituinte, o que fez com que as forças políticas da Paraíba se rearranjassesem em blocos opositores.

<sup>160</sup> Estatuto do Centro Cívico, publicado no jornal **A União** 31 de Janeiro de 1932.

O estilo moderno do jardim, ao qual Gratuliano de Brito se refere, foi marcado por linhas simples, em consonância com os princípios da arquitetura moderna, que busca a racionalização e a funcionalidade das construções (Aires, 2012, p. 198). Tinem (2006, p. 89) sintetiza as características gerais da arquitetura moderna, agrupando-as em três ordens distintas: técnica, metodológica e formal. A autora destaca a liberdade da arquitetura pelo uso do concreto armado; o caráter artesanal, sem preconceitos com a estandardização; o caráter simbólico e monumental; a plasticidade baseada em equilíbrio, audácia e flexibilidade; a leveza e a simplificação pelo uso da claridade; a inspiração geométrica e a originalidade. É possível identificar na praça projetada traços que se alinham a algumas dessas características. Em 1933, as modificações realizadas conferiram à praça linhas modernas, transformando os canteiros, antes quase todos sinuosos, em formas geométricas, como podemos verificar na imagem abaixo:

**Figura 52** - Planta da Praça João Pessoa. SEDURB, 2005



Fonte: Ramos (2006).

A praça, como já mencionado, mesmo antes de ser denominada João Pessoa, consagrou-se como local do poder político, tendo sido utilizada na exaltação de novos princípios que se buscava inserir, ou seja, na exclusão das práticas

políticas da República Velha. Nesse contexto, vale retomar que, em fins do século XIX, ruas e praças receberam denominações que expressam os valores republicanos. Teixeira (2009, p. 312-313) afirma que esse fenômeno reflete o processo de modernização vivido por diversas cidades brasileiras:

As “praças da República” – algumas das quais monumentais – proliferam em algumas grandes capitais do país [...]. Dedicadas à República ou à Independência, elas são geralmente concebidas para acolher o poder político, uma vez que abrigaram algumas edificações da administração (Teixeira, 2009, p. 313).

No caso da cidade da Paraíba, não tivemos uma Praça da República, mas a antiga Rua da Imperatriz, chamada assim pelo menos até 1889, de acordo com a monografia de Vicente Gomes Jardim. Depois, passou a se chamar Rua da República. Somente no século XX se construiu a Praça da Independência, inaugurada em 1922, na comemoração do Centenário. A praça que se tornou a do poder foi a Praça João Pessoa, antes mesmo de receber a denominação de Praça dos Três Poderes, quando, em 1975, se inaugurou a Assembleia Legislativa. Nesse sentido, a Praça João Pessoa estava destinada a ser o lugar do poder, e a inauguração do monumento foi um dos momentos desse processo.

**Figura 53** - Vista aérea do centro de João Pessoa, com a Praça João Pessoa em 1974



Fonte: Rodriguez (1974)

A data para a inauguração do monumento foi escolhida segundo a mesma lógica da solenidade da bênção da pedra fundamental. Marcada anteriormente para o dia 15 de novembro de 1933, data da Proclamação da República, foi antecipada para o dia 8 de setembro. O motivo da antecipação, conforme observou Aires (2006, p. 63), foi a presença do Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, na inauguração. A coincidência da data foi oportuna, pois, nesta época, Vargas visitava o norte em virtude de sua campanha para continuar na presidência, já que, naquele ano, havia sido convocada a Assembleia Nacional Constituinte.

A figura de João Pessoa, como mártir da revolução de 1930, representava tanto para o governo que se instalou quanto para o presidente Getúlio Vargas, que veio à Paraíba inaugurar o monumento Altar da Pátria. Homenagear o herói de 1930 tornou-se, assim, uma oportunidade para se relembrar nacionalmente a “revolução” que o colocou no poder. O dia escolhido, logo depois de 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, deu à ocasião um clima ainda mais propício a exaltações. Na solenidade de inauguração, que durou um dia inteiro, aviões da esquadilha da Marinha de Guerra que acompanharam a excursão presidencial fizeram acrobacias sobre a praça. Ao final, na presença de uma multidão, o ministro José Américo de Almeida, chefe do Partido Progressista, fez o discurso oficial.

**Figura 54 - Inauguração do Monumento a João Pessoa**



Fonte: Cidade de João Pessoa. Álbum de Memória. 2006

Em seguida, o filho de João Pessoa, Epitácio Pessoa Cavalcanti, falou em nome da família, e, ao som do hino em homenagem a João Pessoa, entoado pelas alunas da Escola Normal, Getúlio Vargas e D. Adaucto descobriram o monumento (Aires, 2006, p. 64). Obra do artista Humberto Cozzo, o monumento nos revela alguns pontos interessantes. Em suas palavras, ele diz:

[...] foi meu escopo reunir um conjunto de linhas architetônicas, sóbrias, modernas e harmoniosas entrecortadas entre si e que, embora conservando o seu caráter monumental [...] iniciando-se por uma ampla base de 14 metros por 10, fazendo com que parte integrante da praça, elevase o monumento por uma harmonia de blocos sobrepostos à altura de 10 metros. Nas partes laterais do monumento dois grupos grandiosos e simétricos como requer o conjunto, symbolizando em syntese, os **dois traços culminantes da vida gloriosa do grande vulto que se vae homenagear: ACCÃO e CIVISMO**. O primeiro representado por duas figuras masculinas que sustentam em seus braços vigorosos uma bigorna, symbolo do **trabalho e actividade**, guiados pela figura alada do gênio. O outro, duas figuras determinadas de combatentes, dispostos à luta em defesa de seus ideias, **symbolizarão o “Civismo”**. Na parte superior do monumento uma figura enérgica empunhando a bandeira da Paraíba e o braço direito distendido em sinal de protesto, symbolizarão a célebre phrase: Nego. Na parte anterior, em attitudes serena e natural, a estátua ao grande brasileiro, tendo em seus ombros, como complemento decorativo, a toga de magistrado. Nas extremidades laterais da base, dois bancos que serão executados em granito, completa (sic.) o monumento. Destaques meus.<sup>161</sup>

**Figura 55** - Monumento a João Pessoa (post.1933)



Fonte: Extras do Documentário Álbum de

**Figura 56** - Maquete do Monumento



Fonte: Jornal A União, 14 de Junho de 1933.

<sup>161</sup> **A União**, 08 de Junho de 1933.

Memória. 2000 (Acervo Renata Sobreira)

Ao monumento foram adicionadas, posteriormente, duas placas. A primeira, com data de 1931, tem a inscrição: “À memória do grande João Pessoa, o culto eterno dos Universitários de Minas Gerais. 26-VII-MCMXXXI.” A outra placa, datada de 1939, quatro anos depois da inauguração, diz: “Ao vulto imortal de João Pessoa, símbolo de nobres princípios de brasiliade, a Embaixada Paulista rende o culto da juventude solícita ao ofertar o sangue em holocausto à felicidade da Pátria - São Paulo 25.01.39” (Aires, 2006, p. 69). Jacques Le Goff (1996, p. 535) nos diz que o monumento pode ter dois sentidos:

1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

Fica, assim, evidente que tais sentidos se aplicam ao monumento a João Pessoa, que, pela sua utilização pelo poder, passou a ter também um valor histórico (Le Goff, 1990, p. 545). Completando a ambiência do local, encontram-se presentes as cinzas do ex-presidente no mausoléu construído no jardim interno do Palácio do Governo, no local onde ficava a Igreja dos Jesuítas, demolida por ordem de João Pessoa. Sua estátua no monumento volta-se para esse lugar.<sup>162</sup>

---

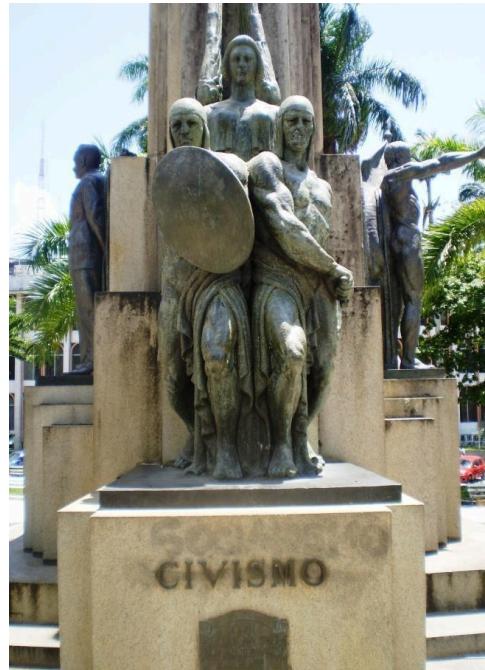
<sup>162</sup> **A União**, 10 de junho de 1933.

**Figura 57 - Monumento Altar da Pátria – João Pessoa.**



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

**Figura 58 - Monumento Altar da Pátria – Civismo**



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

**Figura 58 - Monumento Altar da Pátria – Ação**



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

**Figura 59 - Monumento Altar da Pátria – Nego**



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

As alegorias do *trabalho e da atividade (ação)* e do *civismo*, inseridas pelo artista Humberto Cozzo no monumento a João Pessoa, revelam sua cuidadosa idealização, pois o objetivo foi perpetuar a imagem de João Pessoa como bom administrador e herói. Neste sentido, de acordo com Abreu (2003), há nas esculturas

públicas sentidos intencionais, dos quais destaco dois: o da rememoração e o da devoção. Assim,

[...] quando a intenção dominante é iconografar acontecimentos ou personalidades de um determinado tempo histórico, pela notoriedade e/ou relevância da sua ocorrência ou acção para a existência e a evolução colectivas, o sentido dominante é o da *rememoração*. Por outro, quando a intenção dominante é iconografar crenças ou entidades de um tempo sagrado, na transcendência encarnada da sua missão, o sentido dominante é o da *devoção*. (Abreu, 2003, p. 396) Destaques do autor.

O monumento a João Pessoa atendeu, então, a essas duas classes intencionais. No caso aqui estudado, vemos que o monumento, ao menos no plano local, se tornou um dos elementos utilizados para promover e legitimar a “nova” política que se instalava no país. Essa função do monumento será analisada mais a fundo na próxima seção.

#### **4.4 A sacralização política da Praça João Pessoa**

Como destacamos no capítulo anterior, com a Proclamação da República, estabeleceu-se a separação entre Igreja e Estado. Contudo, na era Vargas, Teixeira (2009, p. 321) observa uma nova aproximação entre essas duas instituições, estratégia usada por Getúlio visando legitimar o poder e impor o projeto de neocristandade, o que fez a Igreja Católica recuperar partes dos privilégios perdidos em épocas anteriores. No Estado Novo, o uso da imagem do Cristo Crucificado nas instituições públicas atendia a propósitos específicos; nas fábricas, por exemplo, foi usado para abençoar e despertar o valor do trabalho. Essa é, aliás, uma característica presente nos regimes totalitários, que usam um “forte apego à sacralização do político como instrumento de dominação” (Lenharo, 1986, p. 170). Essa lógica se aplicou durante o Estado Novo a partir de 1937, período no qual.

A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava (Lenharo, 1986, p.18).

Lenharo ainda identificou dois momentos em que a Igreja auxilia o Estado nos anos 30:

[...] o primeiro, de caráter mais constitucional, significou um apoio político decisivo em momentos cruciais da década; o segundo, não menos importante, relacionou-se à função milenar e indispensável de domesticação das consciências. (Lenharo, 1986, p.190)

Nesse sentido, observo que, na Paraíba, esse fenômeno ocorreu no início da década de 1930, um dos momentos cruciais, com a presença da Igreja nas ações movidas pelo Estado na construção da imagem de João Pessoa. Na fala do cônego Matias Freire, durante as bênçãos à pedra fundamental do monumento, é claramente identificável essa intenção de fazer da praça um lugar de culto, o que legitima a sacralização desse espaço para a política. João Pessoa se tornou, assim, ao mesmo tempo, herói e santo. O discurso proferido por Maurício Lacerda no Rio de Janeiro, em 1930, é um dos mais exaltados nesse aspecto.

Cidadãos! Mirai este esquife! Morrei por este homem que por vós morreu. Ajoelhem-se e deixem passar o cadáver deste Cristo do Civismo! E ergam-se, depois, para ajustar as contras com os Judas que o traíram (Lacerda *apud* Aires, 2006, p. 14)

**Figura 60 - Praça João Pessoa sd**



Fonte: Extras do Documentário Álbum de Memória. 2000  
(Acervo Renata Sobreira)

José Murilo de Carvalho (1990, p. 55-67) nos lembra que “não há regime que não promova o culto de seus heróis”; esta foi a percepção no início da República,

quando se heroicizou os principais participantes de 15 de novembro, no qual Tiradentes foi a figura escolhida para se sagrar como herói republicano, através do apelo às tradições cristãs do povo. Como pudemos ver, essa manobra política continuou em uso, e em 1930 o escolhido como herói para a nova fase republicana foi João Pessoa. Comparado ao próprio Cristo, ele passou a ter até um lugar especial para seu culto e sua memória: a praça.

De acordo com Pierre Nora, um lugar de memória deve atender a três sentidos: “material, simbólico e funcional, simultaneamente ou em graus diversos”, que devem coexistir sempre. Ao exemplificar os três sentidos, Nora (1993, p. 21-22) nos diz que um depósito de arquivos pode ser considerado um lugar de memória “se a imaginação o investe de uma aura simbólica”. Um lugar funcional, como um “manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes”, precisa ser objeto de um ritual. E que o minuto de silêncio, “exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal” e deve servir a “uma chamada concentrada de lembrança”.

O monumento Altar da Pátria se ajusta aos três componentes apontados por Pierre Nora, que caracterizam os lugares de memória. O sentido material, portanto, encontra-se materializado no próprio monumento. O mármore, transformado em depósito da memória, foi “investido de aura simbólica” através da imagem de João Pessoa e das alegorias presentes no monumento. O monumento foi concebido, assim, com o “sentido intencional da rememoração”, já com a significação simbólica, por corresponder a uma “chamada à lembrança” do herói João Pessoa. A esse sentido se agrega o “sentido intencional da devoção”, também funcional, por ser “objeto de um ritual” presente nas homenagens e celebrações póstumas na data de sua morte.

De acordo com Aires (2012, p. 90), de 1934 a 1945, nas cerimônias do dia 26 de julho, após a missa celebrada na catedral, seguia-se em romaria à Praça João Pessoa para se realizar o ritual da Guarda do Monumento, onde “cada cidadão permaneceria ao pé da estátua cerca de meia hora, em turmas previamente organizadas”. Os interessados em participar do ritual eram convocados a se inscrever na sede do jornal oficial do estado. A praça, então, transforma-se no templo que abriga o altar. Ou seja, a presença do monumento na praça a investiu de uma aura simbólica, materializada na figura de João Pessoa como santo e herói.

Concluímos, portanto, que a Praça João Pessoa, na cidade homônima, capital da Paraíba, se tornou um espaço que materializa a memória da Revolução de 1930 e de seu mártir, João Pessoa, convertendo-se, assim, em um lugar de memória, na perspectiva de Pierre Nora (1993, p. 22). Com a instalação do monumento, “parou-se o tempo”, “bloqueou-se o trabalho do esquecimento”, “fixou-se um estado de coisas”, “imortalizou-se a morte” e “materializou-se o imaterial”.

No decorrer desta pesquisa, constatamos que o espaço, antes religioso e paulatinamente se tornando profano, foi transformado por completo com a instalação do monumento, consolidando-se novamente como sagrado, mas agora na dimensão política, transformando João Pessoa em um “santo político” e “político santo”. Ou seja, este espaço, em tese secularizado, foi apropriado pela política com as bênçãos da Igreja, transformando-se em um local de memória política.

De “santo político” a “político santo” é uma das trajetórias da história centrada na figura de João Pessoa. Essas expressões, aparentemente paradoxais, revelam uma dualidade importante na figura de João Pessoa, como retratada no monumento e na memória popular.

Como santo político, João Pessoa é apresentado como um mártir da política, alguém que lutou por ideais políticos e morreu por eles. Ele é reverenciado como um herói, um símbolo de resistência e sacrifício pela causa política. A figura de João Pessoa como santo político evoca um ideal de pureza e abnegação na luta política.

Já como político santo, ocorre a sua santificação no contexto político. Ele se torna uma figura quase divina, um ícone político inquestionável, cuja memória foi usada para legitimar ações políticas, justificar ideias e mobilizar o povo. A figura de João Pessoa como político santo é utilizada para construir uma aura de legitimidade em torno de certos projetos políticos.

A diferença reside no foco: como santo político, o foco está na figura de mártir, de herói que lutou e morreu por suas convicções políticas. Como político santo, o foco está na utilização da figura de João Pessoa como um símbolo político, um ícone inquestionável para justificar ações e ideias.

É importante lembrar que essa interpretação, baseada na análise da relação entre o monumento e a memória popular em torno de João Pessoa, pode variar conforme as diferentes perspectivas e interpretações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, expusemos a longa trajetória de um espaço público da cidade de João Pessoa, desde sua origem como Terreiro de Jesus, na cidade colonial, passando por Largo do Palácio da província imperial, Jardim Público da capital republicana e, finalmente, a Praça João Pessoa. O período abordado, que compreende o século XVI até a terceira década do século XX, demonstra os usos religiosos (possíveis) e profanos que esse espaço recebeu em cada fase, além de sua importância para a cidade. Ao longo dessa trajetória, também destacamos sua relação com as edificações do entorno em cada momento.

Do século XVI até meados do século XVIII, traçamos o perfil social, político, religioso e urbano em que se inseriram os jesuítas e suas construções, buscando referências ao terreiro nesse processo. Apresentamos uma análise da atuação da Companhia de Jesus na Cidade de Nossa Senhora das Neves, em paralelo à discussão da relação Estado-Igreja e seus reflexos na cidade. Nesse contexto, as interferências da Igreja Católica na organização do espaço urbano confirmaram o uso religioso desse espaço.

Assim, no âmbito religioso, destacamos a relação Estado-Igreja, marcante, sobretudo, quando a Companhia de Jesus se firmou como a primeira parceira do Estado no projeto colonizador. Percebemos, no entanto, que essa relação se deu em meio a conflitos de interesses com os colonos, agentes socioeconômicos da Coroa portuguesa; conflitos que geraram a primeira expulsão dos jesuítas da Capitania da Paraíba. A partir dos autores consultados, vimos que, com a expulsão dos jesuítas em 1759, a Igreja perdeu, de forma geral, um pouco de sua influência e passou gradativamente a ocupar um lugar secundário no projeto de acumulação econômica do Estado.

Quanto ao impacto sobre a questão urbana na Paraíba, após a expulsão, iniciou-se a secularização das edificações jesuíticas, bem como do uso do terreiro. A partir de 1771, o Seminário Jesuítico passou a servir de morada para os Capitães-mores da Capitania e, posteriormente, para os Presidentes da Província. Abordamos as ações desses últimos nas questões urbanas da cidade, principalmente as ações realizadas nesse espaço, que passou a ser utilizado para fins cívicos e festivos.

Vários fatores interferiram e influenciaram as mudanças no espaço do Terreiro de Jesus, que passou pelo uso religioso, culminando com a criação do Largo do Palácio e seu uso profano. Ou seja, no âmbito urbano, a área onde se instalaram os jesuítas, considerada arrabalde da cidade do século XVI ao XVIII, foi progressivamente se afirmado na malha urbana. Primeiro, beneficiou-se pelo traçado da Rua Direita e, posteriormente, pelas operações urbanas realizadas desde o ano de 1857. Estas, somadas às outras realizadas nos arredores do terreiro ao longo de todo o século XIX e no início do século XX, fizeram com que esse lugar passasse a ter centralidade para a cidade, num processo que culminou com sua transformação em novo espaço do poder.

Assim, compreendemos que as funções sociais desse espaço só podem ser compreendidas se associadas às das edificações de seu entorno. Como vimos, estas foram influenciadas pela transformação do Seminário Jesuítico em morada para os governadores, caracterizando, assim, uma demanda político-administrativa e também urbana. Vemos, enfim, que a demanda urbana que propiciou a criação desse espaço foi motivada pelos interesses religiosos e políticos desde fins do século XVI até fins do século XVIII.

Embora não tenhamos encontrado registros documentais de celebrações sendo realizadas no espaço do terreiro, a abordagem do período jesuítico revelou dados importantes para a compreensão das questões urbanas da cidade no período colonial. Chamamos atenção para uma área geralmente esquecida pelos historiadores, para o arrabalde, onde estava localizada a ermida, a Capela de São Gonçalo, e para a expansão da cidade ao sul. Esse esquecimento se refletiu, também, nas representações iconográficas da cidade produzidas no século XVII.

Vimos que, a partir do século XIX, a Cidade da Parahyba inicia seu processo de crescimento e desenvolvimento urbano. Assim, abordamos os ajardinamentos dos espaços públicos e a formação do Jardim Público, em 1879, o que reforçou o caráter profano de seu uso a partir de então, com função recreativa e social, por meio das retretas realizadas em seu coreto, desde fins do século XIX até o ano de 1933. Contudo, o Jardim teve uso regulado e controlado por vários agentes. Nesse processo, vimos que a criação do Jardim Público da Cidade da Parahyba atendeu tanto a uma demanda urbana, pois a cidade precisava ser higienizada e modernizada, como a uma demanda social, pois tinha agora uma sociedade desejosa de novas formas de lazer.

Verificamos que, à medida que a cidade se expandia, surgiam novas necessidades que precisavam ser atendidas. A instalação de novos serviços públicos na cidade e seus reflexos nesse espaço, assim como sua posterior modernização e crescimento, foram também verificados nesse processo, no qual a redefinição do espaço urbano pôde ser visualizada nas plantas da cidade. As demolições e transferências das igrejas da Conceição, do Rosário e das Mercês para abertura de vias e praças, que muitos lamentam terem ocorrido, foram consideradas a solução, naquele momento, para aquela realidade urbana. Ou seja, essa operação de contextualização histórica é absolutamente fundamental para ser possível entender as decisões tomadas pelas sociedades e seus diferentes grupos em cada época.

Vimos, assim, que tanto o antigo Largo do Palácio quanto o Pátio do Palácio, espaços abertos ao sul e a leste das construções jesuíticas, área que, em suas origens, fora construída nos arrabaldes da cidade colonial, por ainda disporem de chãos livres, permaneceram como espaços livres, verdes e públicos. Nesse sentido, apresentamos e discutimos a formação, não só do jardim público no século XIX, mas também seu entorno imediato, com as construções que completaram seu emolduramento, a Escola Normal e a Imprensa Oficial. Estas, com o Lyceu, o Palácio do Governo e a Igreja da Conceição dos Militares, deram o tom da ambiência desse espaço, associados ao lazer das retretas dos fins de semana.

A partir de 1928, foi possível identificar transformações consideráveis nesse espaço, que se iniciaram a partir do momento em que o muro e o gradil foram removidos. Essa derrubada permitiu acesso mais livre a ele, ação desenvolvida pelo governo de João Pessoa, que planejou dar nova ambiência ao espaço, desapropriando casas na face leste para a construção de um teatro. Tal atitude levou a especular que João Pessoa tinha o interesse de promover a mesma ambiência da Praça da República do Recife, que tem, em seu entorno, o Teatro Santa Isabel, o Palácio do Governo (do Campo das Princesas) e o Palácio da Justiça, além do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Assim como as intervenções mencionadas na mensagem de 1929, que demonstram os investimentos materiais nesse espaço após a retirada do gradil, tais como a reforma dos passeios, instalação de novos postes, alargamento das avenidas e retirada da linha do bonde.

Constatamos que o contexto político do governo de João Pessoa interferiu nos usos desse espaço. Nos conflitos que envolveram as questões eleitorais, que

desencadearam a Guerra de Princesa, a praça passou a ser o local das manifestações em favor do governo, sendo, assim, aprofundada sua transformação como espaço do poder político; processo que se completou com as ações pós-morte de João Pessoa. Considero que esse seja um marco essencial, por expressar o momento em que o poder político se traveste de sentido religioso. Assim, constatamos que as modificações de 1933 foram motivadas por questões políticas e modificaram seu uso como espaço profano. A partir de então, verificamos que ocorreram importantes transformações na Praça, que passou a ser locus de celebrações, de culto e ritual para a figura de João Pessoa. A análise desse processo de transformação e a história da criação e da formação dessa Praça na cidade foram, dessa forma, realizadas.

Assim, percebemos que o chão da cidade da Paraíba, especialmente na área que estudamos, foi gradativamente passando de uma apropriação sagrada a uma apropriação profana. Contudo, esse processo de secularização do espaço do Jardim Público teve três momentos distintos. Primeiro, no contexto da intervenção da Igreja na organização do espaço urbano, essa área foi destinada ao possível uso religioso, do século XVI até meados do século XVIII, com a presença dos jesuítas. O segundo momento, com a presença política e administrativa derivada do fato de que os governadores, a partir de 1771, passaram a morar no antigo Seminário Jesuítico e a utilizar esse espaço para outros fins, entre eles o cívico e o festivo; e, finalmente, com a formação do Jardim Público, em 1879, passou a ter o uso profano, de cunho recreativo e social, mas ainda assim é possível perceber algumas imposições da Igreja quanto às formas de sua utilização. As modificações pelas quais esse espaço passou no ano de 1933 fizeram com que o caráter profano e o sagrado se mesclassem, pois ele se transformou num lugar sagrado; um lugar sagrado para a política.

As conclusões desta pesquisa revelam a ocorrência da sacralização da política nesse espaço e que ela foi iniciada pelo próprio João Pessoa. A praça, assim, não é simplesmente um espaço público na cidade, mas é, de fato, um lugar de memória e atende simultaneamente aos três sentidos, “material, simbólico e funcional”, tal como demonstramos, tornando-se, ao menos na década de 1930, dotado de valores advindos da relação de afetividade de seus usuários. Nesse sentido, compreendemos que as esculturas do monumento Altar da Pátria criaram essa sensação de lugar, com características históricas e culturais intrínsecas ao seu

processo de formação. Tal como os autores consultados analisaram, percebemos que sua identificação e significação se deram pela intenção humana e sua relação com o cenário físico e as atividades que passaram a ser desenvolvidas nesse espaço.

Consideramos, assim, que é, portanto, lugar de memória e lugar da vida, tanto por sua permanência e evolução na configuração urbana da cidade, mas também pelas transformações pelas quais passou, que a fazem ser, de fato, social, cultural e historicamente construída. Os sentidos que assumiu a “monumentalização” da praça extrapolaram a própria ordem política que a gerou. Tanto o monumento a João Pessoa quanto as esferas do poder ali instaladas trouxeram para o espaço da praça a teatralidade política e a presença de outros atores políticos/sociais, que ultrapassaram os limites da própria ordem política que João Pessoa, em vida, consolidou.

A Praça João Pessoa teve seu caráter de espaço do poder e da política reforçado a partir de 1975, com a instalação do poder legislativo no novo prédio da Assembleia Legislativa, construído após a demolição do antigo, onde funcionava a Imprensa Oficial. Essa nova conformação consolidou a Praça João Pessoa como espaço para o exercício da democracia, sendo o lugar perfeito para ações de manifestações e protestos de diversos segmentos sociais nas décadas seguintes e até o momento atual. Acampamentos, comícios, concentração de passeatas e outras manifestações de camponeses e trabalhadores urbanos, além dos estudantes, tornaram-se comuns na Praça. Este é um processo sobre o qual outras pesquisas podem/devem se dedicar.

O estado atual da praça, no entanto, também revela o descaso em relação ao patrimônio tombado, que é também de interesse turístico. Os indícios de deterioração e depredação estão bem presentes; canteiros e passeios necessitam de cuidados, e o monumento Altar da Pátria está com seus bancos de mármore danificados. Além disso, tem se transformado em espaço frequentado por moradores de rua no período noturno. Apesar de sua importância para a história política e urbana da cidade, a Praça João Pessoa ainda não foi inserida nas políticas de revitalização. Nesse sentido, espero que este trabalho possa contribuir para as ações de preservação e conservação por parte dos órgãos competentes.

Optamos por não estudar os estilos da arquitetura do entorno da praça, mas a praça e seus agentes, suas transformações e seus usos. Ao desenvolver esta

pesquisa, percebemos o quanto o estudo das praças é importante para o conhecimento da cidade em que vivemos. Ao realizá-la, pude revisitar uma parte do que estava adormecido nas fontes históricas e, assim, informações importantes sobre a história da Paraíba, e especificamente sobre o processo de urbanização da cidade de João Pessoa, foram identificadas e analisadas. Esta é, portanto, a nossa contribuição para a Linha de Pesquisa Projeto e Memória, desenvolvida pelo PPGAU/UFPB, e também para a sociedade paraibana. Esperamos que este trabalho contribua para o debate sobre a história da cidade, estimulando a preservação de seu valor histórico e cultural e promovendo um olhar mais atento para as histórias e os espaços que moldam a nossa identidade de cidadãos paraibanos.

## REFERÊNCIAS

### I - FONTES MANUSCRITAS

[ANT. 1662, abril, 13, Paraíba]. **Carta do capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, ao rei D. Afonso VI, sobre a obra de reedificação da igreja matriz da cidade da Paraíba.** AHU-Paraíba, cx. 1, AHU\_CU\_014, Cx. 1, D. 49.

[ANT. 1671, agosto, 25, cidade de Nossa Senhora das Neves]. **Carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao príncipe regente [D. Pedro], acerca das sobras da Fazenda Real, em que pedem uma ordinária aplicada aos dízimos da capitania, para sustento dos padres da Companhia de Jesus, e uma esmola para reedificar e ornamentar a igreja matriz; e em que tecem elogios ao governador Inácio Coelho da Silva.** AHU-Paraíba, cx. 1, doc., AHU\_CU\_014, Cx. 1, D. 78.

[ANT. 1734, setembro, 8, Paraíba]. **Carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. João V], sobre a arrematação das obras da capela-mor da igreja matriz da cidade, em 1702, sendo as esmolas insuficientes para acabar a referida obra.** Anexo: 2 docs. AHU-Paraíba, cx. 9, doc., AHU\_CU\_014, Cx. 9, D. 755.

[ANT. 1736, maio, 23, Paraíba]. **Carta do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Jorge Salter de Mendonça, ao rei [D. João V], sobre a representação dos oficiais da Câmara da Paraíba, a respeito de se finalizar a obra da capela-mor da matriz da cidade.** AHU-Paraíba, mç. 6, AHU\_CU\_014, Cx. 10, D. 792.

[ANT. 1757, maio, 13, Paraíba]. **Carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. José I], sobre a correspondência que mantiveram com o vigário e o vice-reitor do colégio da Companhia de Jesus da cidade, relativa à procissão de Nossa Senhora e à festa de São Francisco de Borja.** Anexo: 3 docs. AHU-Paraíba, mç. 37, AHU\_CU\_014, Cx. 20, D. 1552.

[ANT. 1765, junho, 16, Paraíba]. **Carta do [governador da Paraíba, brigadeiro] Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, reclamando da falta de mestres de gramática, tendo em vista a expulsão dos jesuítas.** AHU-Paraíba, cx. 13, AHU\_CU\_014, Cx. 23, D. 1759.

[ANT. 1803, maio, 18, Paraíba]. **Carta do ouvidor-geral da Paraíba, desembargador Manuel Leocádio Rademaker, ao príncipe regente [D. João], advertindo que poderá agir com rigor contra os familiares dos ex-ouvidores da Paraíba, António Filipe de Andrade e Brederode e Gregório José da Silva Coutinho, tendo em vista o comportamento destes no festivo dia do aniversário do príncipe regente.** Anexo: 11 docs. AHU-Paraíba, mç. 28, AHU\_CU\_014, Cx. 40, D. 2816.

[ANT. 1746, agosto, 29, Lisboa]. **Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o pedido dos oficiais da Câmara da Paraíba para que se pudesse construir um anexo à igreja dos padres da Companhia de Jesus com a**

**finalidade de recolhimento de alguns filhos dos moradores de fora da cidade.**  
Anexo: 5 docs. AHU-Paraíba, mç. 9, AHU\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177.

[ANT. 1766, abril, 23, Paraíba]. Ofício do [governador da Paraíba, brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando da necessidade de se prover a capitania com novos mestres de gramática, tendo em vista a expulsão dos jesuítas. AHU-Paraíba, cx. 13, AHU\_CU\_014, Cx. 23, D. 1783.

[ANT. 1782, agosto, 9, Paraíba]. Ofício do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade de uma casa para o governador, já que há doze anos reside no antigo colégio que foi dos jesuítas. AHU-Paraíba, cx. 15, AHU\_CU\_014, Cx. 28, D. 2115.

[ANT. 1803, maio, 18, Paraíba]. Ofício do ouvidor-geral da Paraíba, desembargador Manuel Leocádio Rademaker, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo carta contra o procedimento do pároco Manuel António da Rocha e do seu sobrinho coadjutor padre Dr. Gregório José da Silva Coutinho, pelo desrespeito com as festividades no dia do aniversário do príncipe regente.  
Anexo: 14 docs. AHU-Paraíba, mç. 22, AHU\_CU\_014, Cx. 40, D. 2817.

[ANT. 1803, outubro, 1, Paraíba]. Ofício do [governador da Paraíba] Luís da Mota Fêo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo requerimento em que solicita a graça de ser transferido para a cidade do Porto como intendente da Marinha, dada a necessidade de tratar da doença que sofre sua esposa, já que os banhos de mar não trazem resultado. Anexo: 4 docs. AHU-Paraíba, mç. s/n e 23, AHU\_CU\_014, Cx. 41, D. 2868.

[ANT. 1785, maio, 6, Paraíba]. Ofício do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a chegada do vigário António Soares Barbosa e a propósito da construção de uma fonte nova, com um passeio público, que antes só servia aos escravos. AHU-Paraíba, cx. 15, AHU\_CU\_014, Cx. 29, D. 2144.

[ANT. 1804, maio, 12, Paraíba]. Ofício do [governador da Paraíba] Luís da Mota Fêo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], informando da necessidade em se construir uma barraca para acomodar alguns soldados na praia de Tambaú, tendo em vista ser aquele local vulnerável a invasões; e, também, por estar sua mulher necessitada de tomar banhos de mar, pois padece de males nos olhos.  
AHU-Paraíba, mç. 12, AHU\_CU\_014, Cx. 42, D. 2952.

[ANT. 1804, julho, 30, Paraíba]. Ofício do [governador da Paraíba] Luís da Mota Fêo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre a difícil situação dos habitantes da capitania em atenderem a contribuição voluntária que o príncipe regente [D.

**[João] solicitou acudir as urgências do Estado; e sobre seu desejo de ser transferido.** Anexo: 3 docs. AHU-Paraíba, mç. 23, AHU\_CU\_014, Cx. 42, D. 3000.

[ANT. 1728, outubro, 30, Paraíba]. **Requerimento dos religiosos da Companhia de Jesus da Província do Brasil, ao rei [D. João V], solicitando que a casa e residência da Paraíba seja transformada em colégio e colocada sob a proteção real, fazendo-se dela fundador e consignando-lhes renda suficiente para sustentá-los e edificarem uma nova igreja.** Anexo: 9 docs. AHU-Paraíba, cx. 9, AHU\_CU\_014, Cx. 7, D. 560.

[ANT. 1761, agosto, 13, Paraíba]. **Requerimento do vigário colado da igreja matriz da cidade da Paraíba, António Soares Barbosa, ao rei [D. José I], solicitando mandar que a Fazenda Real aplique o resto da quantia dos três mil cruzados, doada como ajuda de custo à obra da mesma igreja, na conclusão da capela-mor.** Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, mç. 38, AHU\_CU\_014, Cx. 22, D. 1655.

[ANT. 1767, outubro, 3, Paraíba]. **Requerimento do vigário colado da freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba, António Soares Barbosa, ao rei [D. José I], solicitando que o provedor da Fazenda Real da Paraíba dê cumprimento à ordem para entregar a esmola estipulada para as obras da dita igreja.** Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, mç. 35, AHU\_CU\_014, Cx. 24, D. 1829.

[ANT. 1798, Lisboa]. **Requerimento do [governador nomeado para a Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, à rainha [D. Maria I], solicitando a autonomia do governo da Paraíba face ao de Pernambuco.** AHU-Pernambuco, AHU\_CU\_014, Cx. 33, D. 2409.

## II – FONTES IMPRESSAS

### **ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA (IHGP)**

Jornal A União (1930-1933)  
Arquivo Privado de João Pessoa

### **ARQUIVO DA FUNDAÇÃO CASA DE JOSE AMÉRICO**

Jornal A União (1918-1929)  
Jornal O Norte 1987

### **COLEÇÃO PARAIBANA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB**

**PARAÍBA** Decreto nº 218 de 27 de junho de 1902. Concede permissão aos cidadãos Felix Mascarenhas e Augusto Pereira de Vasconcellos, para estabelecer no Jardim Público da Praça Commendador Felizardo, 2 kioskes, por tempo de 5 anos:

**PARAÍBA** Decreto nº 261 de 24 de abril de 1905. Dá regulamento para o Jardim Público desta capital

**PARAÍBA** Decreto nº 566 de 04 e novembro de 1912. Cria o lugar de ajudante de zelador do Jardim Público

PARAIBA Decreto nº. 1.544 de 30 de novembro de 1928. Transfere ao município da Capital a administração do Jardim Público da Praça Commendador Felizardo.

PARAÍBA Decreto nº 1.619 de 23 de dezembro de 1929. Approva o projecto de construção de um Theatro, nesta capital e desapropria os prédios e terrenos situados no local destinados áquelle edifficio.

PARAÍBA Decreto nº 708 de 30 de setembro 1930. Manda erigir nesta capital estátua do mallogrado presidente João Pessoa

PARAÍBA Lei nº 700 de 4 de setembro de 1930. Autorisa o governo a dar a denominação JOÃO PESSOA a capital deste Estado.

PARAÍBA Decreto nº 143 de 29 de julho de 1931. Da nova denominação ao Palácio do Governo

RELATÓRIO exposição da Administração do Interventor Gratuliano Brito 1932 a 1934. Imprensa Oficial. João Pessoa. 1935.

BRAZILIAN government document digitization project do center for research libraries. Disponíveis em <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>

EXPOSIÇÃO de motivos e occorencias do quadriennio administrativo de 1916-1920 do Estado da Parahyba apresentada pelo Dr. Francisco Camillo de Holanda ao exmo. Sr. Dr. Sónon de Lucena. Imprensa Oficial. Parahyba do Norte, 1920.

MENSAGEM apresentada a Assembléia Legislativa do Estado em 1 de setembro de 1906 pelo Presidente do Estado Monsenhor Waldrefo Leal. Imprensa Oficial. Parahyba do norte. 1906.

MENSAGEM apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo presidente Monsenhor Walfredo Leal, em 01 de setembro de 1907. Parahyba do Norte. Imprensa Oficial. 1907.

MENSAGEM apresentada a Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba, pelo presidente do Estado João Pereira de Castro Pinto, em 01 de setembro de 1914. Imprensa Oficial. 1914

MENSAGEM apresentada a Assembléia Legislativa pelo Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque em 05 de Agosto de 1929. Imprensa Oficial.

RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice presidente, exm. snr. dr. Felisardo Toscano de Britto, em 4 de agosto de 1865. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1865.

RELATÓRIO apresentado á Assembléia Legislativa Provincial da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Ulysses Machado Pereira Vianna, em 1.o de janeiro de 1879. Parahyba do Norte. Typ. Liberal Parahybana. 1879.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. 2º Vice-Presidente da Provincia da Parahyba do Norte, padre Felipe Benicio da Fonseca Galvão, passa a adminisitração da província a ao Exm. Sr. Dr. José Rodrigues pereira Junior em 12 de Junho de 1879. Parahyba do Norte. Typ. Liberal Parahybana.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Oliveira Borges passou a administração da provincia ao Exm. Sr. Dr. Pedro Francisco Correa de Oliveira em 9 de agosto de 1888. Parahyba, Typ. d'O Pelicano de J. Seixas, 1889.

## II OUTRAS FONTES IMPRESSAS

**ARQUIVO NACIONAL. Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff.** 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012.

**CIDADE de João Pessoa: Álbum de Memória – Acervo do Museu Walfredo Rodrigues (1871-1942).** Fernando Moura (org.). João Pessoa: PMJP; Marca de Fantasia, 2006.

CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illusterrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimbra em 1720 com todas as licenças necessarias, e ora reimpressas nesta capital. São Paulo: Na Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. Disponível em:  
<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em: 20 set. 2012.

**JARDIM, V. G. Monografia da Cidade da Parahyba do Norte.** In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano.** Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1912.

**MEMÓRIAS Contendo a Biographia do Vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres.** A História dos governadores e capitaens generaes de Angola, desde 1575 até 1825 e a Descrição Geographica e Política dos Reinos de Angola e de Benguela oferecidas a S. M. Fma. O senhor D. João VI, por J. C. Feo Cardozo de Castellobranco e Torres. Pariz: Livreiro Fantin, 1825. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2012.

**NOVO Orbe Serafico, ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil.** Impressa em Lisboa em 1761. Rio de Janeiro: Typ. Basiliense de Maximinando Gomes Ribeiro, 1858. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2012.

**SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba.** Escrito e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo o Padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus de toda a província do Brasil. Disponível em: <http://www.cms-oliveira.uol.com.br/sumario.html>. Acesso em: 23 jul. 2010.

## III – BIBLIOGRAFIA

ABREU, José Guilherme. Um modelo fenomenológico para a escultura pública. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 2, p. 385-418, 2003. Disponível em: <https://ucp.academia.edu/>. Acesso em: 15 mar. 2012.

ADVÍNCULA, C. C. B. **Entre miasmas e micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na Cidade da Paraíba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade (1910-1926)**. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

AGUIAR, Wellington. **A Velha Paraíba nas Páginas dos Jornais**. João Pessoa: A União, 1999.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: Poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

AIRES, Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: A "Revolução de 1930" na Paraíba**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

ALMEIDA, Maurílio Augusto. **Presença de D. Pedro II na Paraíba**. João Pessoa: Vozes, 1982.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de Cor e de Fé: Irmandades negras na Paraíba do século XIX**. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

ARAÚJO, Darlene Karla. **O impacto da nova arquitetura pública na paisagem da capital paraibana: 1900-1950**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

ARAÚJO, Edna Maria N.; MENESES, Joedna Reis de. Tessituras da modernidade. In: ABRANTES, A.; SANTOS NETO, Martinho G. dos (org.). **Outras histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.p. 11-38

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ASSUMPÇÃO, T. Lino (coord.). **História geral dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Moraes, 1982.

AZEVEDO, Maria Helena Andrade. **A Rua Direita em preto e branco – Cidade da Paraíba (1970-1930): Fotografias de arquitetura numa leitura histórico-morfológica da paisagem urbana**. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BARBOSA, Cônego F. **Monumentos históricos e artísticos da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

BENEVOLO, L. **A história da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BURITY, Glauce Maria Navarro. **Anthenor Navarro**: um homem além do seu tempo: intelectual, jornalista, revolucionário e administrador público. João Pessoa: A União, 2010.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira - trajetória de espaço urbano: Origem e modernidade**. 2007. 432 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARLOS, Ana L. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, J. L.; MARTINS, Carla Gisele Macedo dos Santos. Rua Nova, a primeira da cidade. In: TINEM, Nelci (org.). **Fronteiras, marcos e sinais**: Leituras das ruas de João Pessoa. João Pessoa: EDUFPB/Prefeitura Municipal, 2006. p. 57-80.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade da Paraíba na época da Independência**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

CHAGAS, W. F. **As singularidades da modernização na Cidade da Paraíba nas décadas de 1910 a 1930**. 2004. 281 f. Tese (Doutorado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COSTA, Cacilda T. **O sonho e a técnica**: a arquitetura de ferro no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2001.

COSTA, Emília V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

COSTA, Paulo E. **Do sensível ao inteligível**: O auto de São Lourenço. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

DANTAS, Ana Claudia de Miranda. **Cidades coloniais americanas**. Arquitextos, São Paulo, ano 5, jul. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2012.

DE ANGELIS, Bruno D.; CASTRO, Rosanda Miranda de; DE ANGELIS NETO, Generoso. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho**, Braga, n. 20, p. 57-70, maio 2004. Disponível em:

<http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num20/Pag%2057-70.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.

DE BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil.**

**Salvador: Progresso, 1956.** Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv\\_000025.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv_000025.pdf). Acesso em: 12 nov. 2011.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930:** História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. **Portugal na época da restauração.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GOMES, Edgar da Silva. **A separação Estado - Igreja no Brasil (1890):** uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca. 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado em História Eclesiástica) - Centro Universitário Assunção, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e açúcares:** Política e economia na Capitania da Paraíba, 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007.

GUEDES, K. A.; TINEN, N.; CHAVES, C. M. A economia algodoeira e as transformações urbanas na cidade da Paraíba. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 10, n. 18, p. 120-132, 2008.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Paraíba.** João Pessoa: A União, 1982.

ISHAQE, Vivien. **Companhia de Jesus.** Comentário. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=295&sid=40>. Acesso em: 26 jan. 2012.

KANTOR, Iris. Festa pública e processo colonizador: as festas de comemoração da conquista do Tibagi na segunda metade do século XVIII. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 165-177, 2008.

KASSAB, Yara. **As estratégias lúdicas nas ações jesuíticas nas terras brasílicas (1549-1597):** “Para a maior glória de Deus”. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITÃO, Deusdedit. **História do Tribunal de Justiça da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1985.

LEITE, Adriana Figueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, Rio de Janeiro, v. 21, 1998.

LEITE, Serafim. **Suma histórica da Companhia de Jesus do Brasil: 1549-1760**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Hélio Costa. A Cidade Frederica: reconstituição da planta da capital da Paraíba do século XVII. In: <http://revistas.ceurban.com/numero9/artigos.htm> Acesso em 20 jun. 2009, online .

LINS, G. G. da S. D'Ávila. **Revisão dos sucessivos nomes oficiais da capital da Paraíba ao longo do tempo**. João Pessoa: Edição Independente do Autor, 2005.

LINS, G. G. da S. D'Ávila. **Uma apreciação crítica do período colonial na “História da Paraíba: lutas e resistência”**. João Pessoa: Felipéia, 2006.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da província da Paraíba**. Tomos I e II. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

MAIA, D. S.; SÁ, N. L. A. R. A festa na cidade no século XIX e início do século XX: lembranças e memórias da cidade da Parahyba Brasil. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 4, p., ago. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4725>. Acesso em: 6 nov. 2011.

MAIA, Doralice Sátiro. Ordem, higiene e embelezamento na Cidade Alta e na Cidade Baixa: a modernização da cidade da Parahyba-Brasil. **Revista Convergência Crítica**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2012.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto?: O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 131-214.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil**: Terra de quem? São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

MARX, Murilo. **Nosso chão**: Do sagrado ao profano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MASSIMI, Marina et al. **Navegadores, colonos, missionários na Terra de Santa Cruz**: um estudo psicológico da correspondência epistolar. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MELLO, Humberto Cavalcanti de. A Revolução de 30 e a Paraíba. In: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. **Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000. Disponível em: <http://www.ihgp.net/pb500.htm>. Acesso em: 25 mar. 2012.

MELLO, José Octávio de A. **A revolução estatizada**: Um estudo sobre a formação do centralismo em 1930. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1984.

MELLO, José Octávio de A. **Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba**. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.

MELO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos**: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 3. ed. Recife: Fundaj/Massangana, 1987.

MOURA FILHA, M. B. de Barros Lima e. Festas no Brasil colonial: elos de ligação com a vida na metrópole. In: UNIVERSIDADE DO PORTO. **Barroco**: Actas do II Congresso Internacional. Porto: Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2003. p. 465-474.

MOURA FILHA, M. B. **O cenário da vida urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX**. João Pessoa: Editora UFPB, 2000.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipéia à Paraíba**: Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (séculos XVI-XVIII). 2005. 486 f. Tese (Doutorado em História da Arte) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade do Porto, Porto, 2005. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14275>. Acesso em: 11 nov. 2010.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. O livro que dá “Rezão do Estado do Brasil” e o povoamento do território brasileiro nos séculos XVI e XVII. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 2, p. 591-613, 2003.

MUNFORD, L. **A cidade na história**: Suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MUNIZ, Maria Águeda. **O plano diretor como instrumento de gestão da cidade**: O caso da cidade de Fortaleza-CE. 2006. 397 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, C. M. S. As igrejas barrocas paraibanas, a divisão do espaço urbano e a consolidação da dominação. **Sæculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 1, p. 59-74, jul./dez. 1995. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum01\\_art06\\_oliveira.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum01_art06_oliveira.pdf). Acesso em: 11 ago. 2011.

OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na crise do século XVIII:** Subordinação e autonomia (1755-1799). João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

OLIVERIA, Marlon Anderson de. Entre a coroa e a cruz: a Igreja colonial sob a égide do padroado. In: Encontro Internacional de História Colonial, 2., 2008, Caicó. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme: Revista de Humanidades**, Caicó, v. 9, n. 24, set./out. 2008. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrrn.br/mneme/anais>.

OTÁVIO, Valéria Rachid. **A dança de São Gonçalo:** releitura coreológica e história. 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PAULINO, Maria da Conceição Pereira. **Grupos escolares: política e educação na cidade da Paraíba (1915-1921)**. 2007. 56 f. Monografia (Licenciatura em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

PEREIRA, Fulvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.

RAMOS, Leonard A. **A Praça João Pessoa:** Passado e presente. 2006. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil: 1500/1720**. São Paulo: Pini, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade:** A arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

RICUPERO, Rodrigo. **As capitanias hereditárias**. Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Lisboa, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>. Acesso em: 31 jul. 2012.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

ROBERT-DEHAULT, E. As fundições artísticas, sua história e seus escultores. In: Seminário internacional obras de arte em ferro fundido técnicas de conservação e restauro, 1997, Rio de Janeiro. **Obras de arte em ferro fundido: Técnicas de conservação e restauro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997. Disponível em: <http://www.easyligne.com.br/francis/fontrio/p3po.htm#escultores>. Acesso em: 29 fev. 2012.

ROCHA, Mércia Parente. **Patrimônio arquitetônico moderno: Do debate às intervenções**. 2009. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder**: Paraíba 1889/1930. João Pessoa: Editora Universitária, 1989.

RODRIGUEZ, José de Nazareth (org.). **Dois séculos da cidade**: Passeio retrospectivo (1870-1930). Acervo Walfredo Rodriguez. João Pessoa: Interplan Editorial Propaganda, 1974.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do estado**: A interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). 2007. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins do Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SERAFIM, S. I. **Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

SILVA, Aline de F. **Jardins do Recife**: Uma história do paisagismo no Brasil (1879-1937). Recife: CEPE, 2010.

SILVA, Favianni da. O caso Sady e Ágaba: desdobramentos discursivos de uma tragédia paraibana. In: Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais, 2., 2009, João Pessoa. **Anais do II Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações**. João Pessoa: UFPB, 2009. v. 1, p. 78-79.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura de ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, José Flávio. **Progresso e destruição na cidade da Paraíba**: Cidade dos jardins. João Pessoa: Editora UFPB, 2009.

SILVA, L. M. T. **Memória e intervenção urbana**: O caso do Ponto de Cem Réis no centro de João Pessoa/PB. 1995. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

SILVA, Ligia Maria T. da. **Parahiba, uma cidade esquecida no Império do Brasil (1822-1859)**. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES JÚNIOR, A. dos S. **Corpos hígidos: O limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SORIANO, Ana Gabriela W. **Cenários modernizados: Os espaços públicos da Paraíba 1916-1924**. 2001. 183 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

SOUSA, A. J.; VIDAL, W. **Sete plantas da capital paraibana, 1858-1940**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SOUSA, Alberto J. de; NOGUEIRA, Helena. O plano de implantação da cidade da Paraíba (1585). In: **Arquitextos**, n. 093, fev. 2008. Disponível em: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq093/arq093\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq093/arq093_03.asp). Acesso em: 18 jul. 2009.

SOUSA, Moacir Barbosa de. **As primeiras transmissões de rádio na Paraíba**. In: **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br>. Acesso em: 8 ago. 2012.

STUCKERT FILHO, G. Lyra. **Paraíba Capital em Fotos**. v. I. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2004.

STUCKERT FILHO, G. Lyra. **Paraíba Capital em Fotos**. v. II. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2005.

TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001a.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os modelos urbanos portugueses na cidade brasileira**. In: **Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitetura**, Portugal, abr. 2001b. Disponível em: [http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo\\_07.htm](http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_07.htm). Acesso em: 11 nov. 2010.

TEIXEIRA, R. Brazão. **Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: EDUFRN, 2009.

TINEM, Nelci. **O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

TINEM, Nelci; CHAVES, C. M.; GUEDES, K. A. **A economia algodoeira e as transformações urbanas na cidade da Paraíba**. In: **Revista do Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano X, n. 18, 2008, p. 120-132.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens. Arquitextos**, São Paulo, n. 07.078, Vitruvius, nov. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/298>. Acesso em: .

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

#### **IV- OBRAS DE REFERÊNCIA**

SOUSA, Alberto J. de; NOGUEIRA, Helena. **O plano de implantação da cidade da Paraíba (1585)**. Arquitextos, São Paulo, n. 93, fev. 2008. Disponível em: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq093/arq093\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq093/arq093_03.asp). Acesso em: 18 jul. 2009.

SOUSA, Moacir Barbosa de. **As primeiras transmissões de rádio na Paraíba**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belo Horizonte: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://www.portcom.inter com.org.br>. Acesso em: 8 ago. 2012.

STUCKERT FILHO, G. Lyra. **Parahyba capital em fotos**. v. 1. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2004.

STUCKERT FILHO, G. Lyra. **Parahyba capital em fotos**. v. 2. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora, 2005.

TEIXEIRA, M. C. (org.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

TEIXEIRA, M. C. **Os modelos urbanos portugueses na cidade brasileira**. Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitetura, [Portugal], abr. 2001. Disponível em: [http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo\\_07.htm](http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_07.htm). Acesso em: 11 nov. 2010.

TEIXEIRA, R. Brazão. **Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: EDUFRN, 2009.

TINEM, N.; CHAVES, C. M.; GUEDES, K. A. **A economia algodoeira e as transformações urbanas na cidade da Paraíba**. Revista do Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano 10, n. 18, p. 120-132, 2008.

TINEM, Nelci. **O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens.** Arquitectos, São Paulo, n. 78, nov. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/07.078/298>. Acesso em: [inserir data].

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

## V- SÍTIOS ELETRÔNICOS

MEMÓRIA VIVA. **O Cruzeiro.** [S.I.]: Memória Viva, [s.d.]. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro>. **O Cruzeiro de 02 de agosto de 1930.** Acesso em: 25 fev. 2012.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital Brasileira: Jornal A União (1893-1895).** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [s.d.]. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

## VI - FILMES E DOCUMENTÁRIOS

LIRA, Bertrand; CABRAL, Elisa (dir.; prod.). **Álbum de memória.** João Pessoa: Laboratório de Imagem (LABI); Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre a Imagem (GREI), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2000. 1 DVD.